

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

Rafael Rangel Winch

**TRAJETOS DE SENTIDOS SOBRE A MUDANÇA CLIMÁTICA NA
DISCURSIVIZAÇÃO DA REVISTA SUPERINTERESSANTE (1995-2015)**

Santa Maria, RS
2017

Rafael Rangel Winch

**TRAJETOS DE SENTIDOS SOBRE A MUDANÇA CLIMÁTICA NA
DISCURSIVIZAÇÃO DA REVISTA SUPERINTERESSANTE (1995-2015)**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Comunicação Midiática, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do título de **Mestre em Comunicação**.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Márcia Franz Amaral

Santa Maria, RS
2017

Ficha catalográfica elaborada através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Central da UFSM, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Winch, Rafael Rangel

Trajetos de sentidos sobre a mudança climática na discursivização da Revista Superinteressante (1995-2015) / Rafael Rangel Winch.- 2017.

171 p.; 30 cm

Orientadora: Márcia Franz Amaral

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Programa de Pós-Graduação em Comunicação, RS, 2017

1. Discurso jornalístico 2. Mudança climática 3. Jornalismo de revista 4. Jornalismo e ciência 5. Superinteressante I. Amaral, Márcia Franz II. Título.

© 2017

Todos os direitos autorais reservados a Rafael Rangel Winch. A reprodução de partes ou do todo deste trabalho só poderá ser feita mediante a citação da fonte.

E-mail: rangelrafael16@hotmail.com

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

**TRAJETOS DE SENTIDOS SOBRE A MUDANÇA CLIMÁTICA NA
DISCURSIVIZAÇÃO DA REVISTA SUPERINTERESSANTE (1995-2015)**

Dissertação apresentada Curso de Pós-Graduação em Comunicação Midiática, da
Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do
título de **Mestre em Comunicação**.

COMISSÃO EXAMINADORA:

Márcia Franz Amaral, Dr^a (UFSM)
(Presidente/Orientadora)

Eloisa Beling Loose, Dr^a (UNINTER)

Reges Toni Schwaab, Dr. (UFSM)

**Santa Maria, RS
2017**

AGRADECIMENTOS

A pesquisa apresentada aqui só conseguiu ser desenvolvida por conta da influência, auxílio e incentivo de alguns sujeitos especiais. Gostaria de registrar meu singelo agradecimento a eles.

Maria e José, obrigado por acreditarem e apoiarem meus sonhos. Sou grato por todo carinho, compreensão e suporte desde que nasci.

Felipe, obrigado pela torcida, estímulo e paciência comigo. Você foi quem mais esteve ao meu lado no decorrer deste percurso. Sem dúvidas, o período do mestrado não teria sido tão leve sem a tua companhia.

Márcia, minha orientadora, obrigado pelos ensinamentos sobre jornalismo e discurso, pelas palavras inspiradoras e pela confiança depositada em mim. Nunca me esquecerei da tua generosidade, ética e competência.

Agradeço, também, a outras duas professoras que marcaram minha formação como jornalista e pesquisador. Viviane Borelli, obrigado por me acolher e me encorajar a fazer parte do universo da pesquisa científica. Juliana Petermann, obrigado por ter me mostrado que a comunicação é, antes de tudo, humana e social.

Aos colegas do mestrado, obrigado pelos conselhos e angústias compartilhadas ao longo desses dois anos, em especial, os queridos Liz, Marilice, Vinicius, Lauren e Dani.

Aos membros da banca, Eloisa e Reges, obrigado por aceitarem ler e avaliar a dissertação. Suas provocações e contribuições, ainda no exame de qualificação, me deram mais ânimo para concluir o estudo.

À Capes, obrigado pela bolsa que me permitiu dedicação integral à pesquisa.

O que sempre me atraiu e me seduziu na análise de discurso é que ela ensina a pensar, é que ela nos tira as certezas e o mundo fica mais amplo, menos sabido, mais desafiador. E pensar que o sentido pode ser sempre outro vai nessa direção.

(Eni Orlandi)

RESUMO

Num contexto marcado pela crise ambiental, a mudança climática desponta como uma problemática multidimensional, congregando fatores e implicações científicas, políticas, econômicas, socioculturais, entre outras ordens. Além de suas propriedades físicas, o fenômeno do clima também é construído discursivamente, em grande medida, pelo jornalismo. Diante desse entendimento, a pesquisa busca compreender o funcionamento da discursivização sobre a mudança climática na revista *Superinteressante*, da editora Abril, entre os anos 1995 e 2015. O trabalho reflete acerca dos aspectos centrais relacionados à questão do clima, destacando alguns de seus elementos históricos. Questões da cobertura jornalística sobre a alteração do clima, do jornalismo de revista e da relação entre jornalismo e ciência também compõem a reflexão. Para interpretar os sentidos sobre a mudança do clima em *Superinteressante*, emprega-se o aporte teórico-metodológico da Análise de Discurso de linha francesa (AD). O *corpus* é formado por 343 sequências discursivas, recortadas de 21 textos, e que se inserem em dez Redes Parafrásticas. Tais redes, por sua vez, estão englobadas em quatro Formações Discursivas que representam formas de compreensão da mudança climática a partir de domínios específicos, são elas: (FD1) *A mudança climática reúne efeitos indesejáveis*; (FD2) *A mudança climática concerne à ação humana*; (FD3) *A mudança climática é uma questão controversa*; e (FD4) *A mudança climática é um problema desigual*. A escuta discursiva sinaliza a predominância significativa da (FD1) e, logo depois, da (FD2), o que evidencia que os sentidos mais reiterados pela revista dizem respeito às consequências negativas e às dimensões humanas atreladas ao problema. Além disso, verifica-se que *Superinteressante* não apenas reitera dizeres acerca das variadas dimensões do fenômeno, mas também os atualiza ao longo dos anos.

Palavras-chave: Discurso jornalístico. Mudança climática. Jornalismo de revista. Jornalismo e ciência. *Superinteressante*.

ABSTRACT

In a context marked by the environmental crisis, climate change emerges as a multidimensional problem, gathering scientific, political, economic, sociocultural factors and implications, among other types. Besides their physical properties, climate phenomenon is also constructed discursively, largely, by journalism. Based on this, the research aims to understand how the discourse on climate change is constructed in magazine *Superinteressante*, by Abril Company, between 1995 and 2015. The study discusses central aspects related to climate change, highlighting some their historical elements. It also reflects on journalistic coverage of climate change, magazine journalism, and relation between journalism and science. In order to interpret the meanings about climate change in *Superinteressante*, we use theoretical-methodological French Discourse Analysis. The corpus is formed by 343 discursive sequences, taken from 21 texts, and that are inserted in ten Paraphrastic Networks. These networks, in turn, are encompassed in four Discursive Formations that represent forms of understanding climate change from specific domains, they are: *(DF1) Climate change has undesirable effects; (DF2) Climate change is about human action; (DF3) Climate change is a controversial issue; (DF4) Climate change is an unequal problem*. Discursive listening points to a significant predominance of (DF1) and, soon after, of (DF2), which shows that the meanings most frequently reiterated by magazine concern negative consequences and human dimensions associated with the problem. In addition, we verified that *Superinteressante* not just reiterates discourses about the various dimensions of phenomenon, but also updates them over the years.

Key words: Journalistic discourse. Climate change. Magazine journalism. Journalism and science. *Superinteressante*.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1:	Capa julho de 1995.....	75
Figura 2:	Capa outubro de 2005	76
Figura 3:	Peça do Gibi Heróis do Clima.....	76
Figura 4:	(FD1) e suas respectivas redes parafrásticas	99
Figura 5:	(FD2) e suas respectivas redes parafrásticas	114
Figura 6:	(FD3) e suas respectivas redes parafrásticas	128
Figura 7:	(FD4) e suas respectivas redes parafrásticas	141

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: O futuro pode ser pior (RP1).....	104
Quadro 2: Fatos comprovam o perigo (RP2)	109
Quadro 3: Há custos econômicos (RP3)	112
Quadro 4: A culpa também é nossa (RP4)	119
Quadro 5: É possível e preciso agir (RP5)	123
Quadro 6: Crítica ao ceticismo (RP6)	127
Quadro 7: Ainda não há certeza (RP7).....	133
Quadro 8: Algumas visões são exageradas (RP8).....	137
Quadro 9: Os cientistas divergem (RP9).....	140
Quadro 10: Assimetrias entre nações (RP10)	144
Quadro 11: Sentidos sobre a mudança climática em Superinteressante	146

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AD	– Análise de Discurso
CO ₂	– Dióxido de carbônico
COP	– Conferência das Partes
CQNUMC	– Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima
FD	– Formação Discursiva
GEE	– Gases de Efeito Estufa
GT	– Grupos de trabalhos
IPCC	– Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas
OMM	– Organização Meteorológica Mundial
ONU	– Organização das Nações Unidas
PNUMA	– Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
RP	– Rede Parafrástica
SD	– Sequência Discursiva

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	21
1 O DESEQUILIBRIO DO CLIMA	27
1.1 A MUDANÇA CLIMÁTICA E SEUS REFERENTES HISTÓRICOS	28
1.2 INCERTEZAS E CÉTICISMO	40
1.3 ENFRENTAMENTO E VULNERABILIDADES.....	45
2 OS DIZERES DO JORNALISMO	53
2.1 SOBRE O QUE VEM SENDO DITO.....	54
2.2 O FAZER JORNALÍSTICO EM REVISTA.....	62
2.3 APROXIMAÇÕES ENTRE JORNALISMO E CIÊNCIA	67
2.4 A SUPERINTERESSANTE.....	70
3 ANÁLISE DE DISCURSO: TEORIA E MÉTODO	79
3.1 UMA TEORIA MATERIALISTA DO DISCURSO	80
3.2 AS ANCORAGENS DE TODO DIZER.....	82
3.3 ENTRE O MESMO E O DIFERENTE.....	88
3.4 PROPRIEDADES DO DISCURSO JORNALÍSTICO.....	91
4 GESTO INTERPRETATIVO	95
4.1 (FD1) A MUDANÇA CLIMÁTICA REÚNE EFEITOS INDESEJÁVEIS	98
4.2 (FD2) A MUDANÇA CLIMÁTICA CONCERNE À AÇÃO HUMANA.....	113
4.3 (FD3) A MUDANÇA CLIMÁTICA É UMA QUESTÃO CONTROVERSA.....	128
4.4 (FD4) A MUDANÇA CLIMÁTICA É UM PROBLEMA DESIGUAL	140
4.5 A EXTERIORIDADE E OS TRAJETOS DOS SENTIDOS.....	145
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	155
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	161
APÊNDICE	171
APÊNDICE A – TEXTOS DE SUPERINTERESSANTE POR ANO (1995 – 2015)	171

INTRODUÇÃO

Apesar de sua onipresença e urgência dentre os principais temas da agenda global contemporânea, a mudança climática¹ já se tornou um clichê antes mesmo de ser entendida (FLANNERY, 2007). O lugar de destaque no âmbito da ciência e da política não garante uma compreensão clara e indubitável do fenômeno, visto que suas causas e consequências são contornadas por diversas dúvidas e incertezas. Conforme postula Hulme (2015), trata-se de uma situação particular do conhecimento científico, da experiência pessoal e da imaginação humana que interage em contextos sociais múltiplos, complexos e em constante transformação. Para o autor, o surgimento do fenômeno tem provocado alterações na forma como a relação entre clima e sociedade é concebida socialmente, projetando uma preocupação de caráter global e um conjunto de desafios.

Como assinala Martínez (2016), a mudança climática é construída como um problema e os discursos sobre ela apresentam relação direta com a ação – ou inação – civil e política. A construção de sentidos sobre o fenômeno² não se dá apenas através da prática científica, embora esta tenha um peso especial no reconhecimento e tratamento da questão. Há uma diversidade de sujeitos interessados em demarcar seus pontos de vista acerca do assunto, o que sinaliza a existência de uma disputa de sentidos em torno da mudança climática que ultrapassa os aspectos estritos da ciência do clima, incluindo questões como mitigação, adaptação e justiça social (MARTÍNEZ, 2016). Conforme sublinha a autora, os meios de comunicação contribuem para a construção e magnificação dos discursos sobre o problema, reproduzindo e transformando sentidos, bem como legitimando opiniões.

Ao ser reverberado no (pelo) discurso jornalístico, a mudança climática tem atestada sua importância como pauta atual e necessária, mas não se desprende de seus aspectos difusos e conflitantes. A prática exercida pelo jornalismo congrega uma série de valores e constrangimentos próprios que também interferem na construção discursiva do problema. Além disso, como sinaliza Carvalho (2011), estamos diante de uma questão multidimensional, que traz consigo implicações de ordem científica, política, econômica, ambiental,

¹ Segundo o IPCC (2007), o termo se refere a uma variação estatisticamente significativa em um parâmetro climático médio ou sua variabilidade, persistindo um período extenso (tipicamente décadas ou por mais tempo). Tal variabilidade pode ser natural ou decorrente da ação humana (antropogênica). Empregamos, também, outras expressões sinônimas: mudança do clima, alteração do clima, alteração climática, desequilíbrio do clima, questão do clima e problemática do clima; além de termos mais genéricos, tais como: assunto, questão, processo, tema e temática.

² Entendemos, a partir de Carvalho (2011), que o fenômeno é tanto físico (relacionado à propriedades físicas, químicas e biológicas), quanto discursivo (relacionado aos sentidos, à ideologia, ao imaginário).

sociocultural e ética. Neste contexto, é imprescindível, também para o jornalismo, reconhecer que “a situação é mais complexa e repleta de nuances do que o senso comum ou a própria ciência apontam, e clama por sensibilidade ao ser tratada” (MARTÍNEZ, 2016, p. 52).

E como o discurso jornalístico poderia tratar a alteração climática de forma sensível? Tal pergunta conjuga uma diversidade de respostas possíveis, passando por aspectos relativos ao próprio fazer jornalístico, como a seleção, a apuração e a narração dos fatos que tenham algum vínculo com o fenômeno. O tratamento do problema requer, sobretudo, contextualização, ou seja, é necessário levar em conta o conjunto complexo de elementos que circundam a problemática do clima na contemporaneidade. Atentar às dinâmicas contextuais da questão é, logo, requisito básico para uma abordagem jornalística – e consequente construção de dizeres sobre o tema – de qualidade. Compreender, por exemplo, que a mudança climática não está isolada dos processos que culminaram no que hoje conhecemos como crise ambiental não é algo acessório, mas fundamental e imprescindível.

Apesar da discussão sobre a proteção ambiental ser corriqueira em diversas esferas sociais, nunca vivemos um período de devastação do meio ambiente tão intenso e injusto como ocorre atualmente. Entender as origens da crise ambiental é um movimento que direciona o nosso olhar para episódios que estão na base da constituição do que hoje chamamos de globalização neoliberal (PORTO-GONÇALVES, 2006). A questão ambiental, incluindo a problemática específica da mudança climática, está diretamente associada a complexos e contraditórios processos históricos que ganham força e expansão com o neoliberalismo. Além do mais, os dilemas ambientais que suplicam por atenção também vêm representar materialmente um questionamento explícito acerca da racionalidade historicamente dominante (LEFF, 2010).

Os debates acerca da questão ambiental na atualidade, muitas vezes, elegem a mudança climática como o problema mais grave, já que o fenômeno não reúne apenas suas próprias consequências (efeitos específicos), contribuindo, ainda, para o agravamento de outros dilemas ambientais já existentes. Observada por esse viés, a alteração do clima é compreendida dentro de um contexto de crise ambiental, ou seja, em relação a outros processos de exploração e degradação do meio ambiente que incluem a desertificação, a poluição do ar e das águas e a perda da biodiversidade, entre outros eventos. Como ressalta Vianna (2010), a mudança do clima pode ser compreendida como a dimensão mais urgente, mais grave e mais profunda da crise ambiental do século XXI. Segundo o autor, a urgência diz respeito ao fato de restar pouco tempo para estabilizarmos a concentração de gases do efeito estufa na atmosfera. A gravidade, por sua vez, é explicada pelo agravamento que a

mudança do clima provoca em outras degradações ambientais já em andamento na sociedade. Já a profundidade do problema está associada ao entendimento de que não existe apenas solução via tecnologia, ou seja, “trata-se da busca de fontes renováveis de energia, mas isso significa também o fim de uma civilização baseada nos combustíveis fósseis e na depreciação acelerada de imensos volumes de capital imobilizados nela” (VIANNA, 2010, p. 10).

A mudança climática também se relaciona às diferentes maneiras de a humanidade perceber o fenômeno, ou seja, é passível de alterações ao longo da história. Além disso, sua caracterização não se dá somente via ciência, mas também pela cultura e pela história (HULME, 2009). As distintas percepções se atualizam e se transformam por conta de vários fatores, tais como: as pesquisas e eventos científicos, elementos de ordem social, econômica, política e cultural e, evidentemente, os próprios acontecimentos concretos e extremos como, por exemplo, os desastres e as catástrofes. Neste contexto, reconhece-se que cabe ao jornalismo atuar no esclarecimento da população através da abordagem desse assunto tão complexo que, muitas vezes, fica restrito a especialistas (LOOSE, 2016).

O jornalismo – compreendido como uma das principais atividades do sistema midiático da atualidade – funciona como um espaço de disseminação, interpretação e discussão de ideias em torno da alteração climática (CARVALHO, 2011). É por meio de suas variadas lógicas e contornos editoriais que a problemática do clima passa a ter não somente ampla visibilidade pública, como também formas particulares de compreensão. Os veículos jornalísticos, em suas mais diversas especificidades técnicas e narrativas, contribuem para a construção discursiva do problema, mobilizando determinadas perspectivas e, por vezes, silenciando outras. Nesse falar sobre o tema, o jornalismo sempre posiciona o seu dizer, isto é, inscreve seu discurso num dado lugar (num espaço e num tempo). Afinal, os sentidos não estão nas palavras, mas nas posições que os sujeitos ocupam ao discursivizarem (ORLANDI, 2005).

Considerando a necessidade e relevância da reflexão sobre como o jornalismo aborda a mudança climática, buscamos, com este trabalho, investigar como a revista *Superinteressante*, publicação mensal do Grupo Abril, vem pautando discursivamente a questão no período de 1995 a 2015. Identificamos certa ausência de estudos brasileiros que problematizem o discurso jornalístico sobre a problemática do clima a partir de um recorte temporal mais alargado, como propomos com esta pesquisa. Entendemos, ainda, que nosso objeto empírico é uma publicação marcadamente diferenciada de outros veículos (semanais e informativos, por exemplo), pois costuma pautar variedades a partir de resultados de pesquisas científicas e entrevistas com especialistas em diversas áreas do conhecimento.

Superinteressante, há vários anos, mantém-se relevante no mercado brasileiro de revistas, principalmente no que se refere ao jornalismo que versa mais intimamente com o conhecimento científico através de variadas escolhas de pautas e enquadramentos. Desde sua criação, em 1987, a publicação busca marcar um lugar particular no jornalismo brasileiro. Nos dizeres sobre si, a revista enfatiza que privilegia as novas abordagens e o enfrentamento de questões polêmicas, tais como a mudança do clima, como será demonstrado ao longo do trabalho. Nossa investigação parte do pressuposto de que a revista incorpora diferentes elementos para construir discursivamente a problemática do clima, operando não somente a partir de conformações internas à profissão e ao veículo, mas também através de acontecimentos externos – mas constituintes – à sua prática jornalística e discursiva.

Delimitamos a já referida temporalidade por entendermos que a discussão sobre a temática se transfigura ao longo dos anos em diversas esferas da sociedade, o que acaba incidindo nos modos como o jornalismo aborda a questão. Definimos 1995 como ano inicial da reflexão devido a alguns fatores, são eles: a realização da primeira Conferência das Nações Unidas sobre a Mudança Climática, a COP 1 (Berlim, Alemanha) e a divulgação do 2º relatório do Painel Intergovernamental sobre a Mudança do Clima (IPCC). Por sua vez, o ano de 2015 se explica por este coincidir com o momento de construção do estudo e, além disso, abrigar a COP 21 (Paris, França), que resultou em um acordo global histórico acerca da alteração climática.

A pesquisa também se justifica-se pelo meu interesse pessoal em relação às questões socioambientais de maneira geral. A disposição em refletir acerca do que envolve e é envolvido pelo meio ambiente se deve, em grande medida, à participação que tive no programa radiofônico Ecolândia – O mundo onde a gente vive, durante o período de graduação. Entre os anos 2011 e 2014, integrei a equipe deste projeto de extensão (existente até hoje) que desde aquela época já se propunha a produzir conteúdos relacionados ao meio ambiente e à qualidade de vida, tendo como público os ouvintes da Rádio Comunitária Carai FM, emissora localizada na região sul da cidade de Santa Maria, Rio Grande do Sul. Desde então, venho me questionando sobre o papel e as potencialidades do jornalismo diante das problemáticas socioambientais, incluindo a mudança do clima.

Com base no que foi exposto até aqui, definimos nosso problema de pesquisa a partir da seguinte questão: **Como a mudança climática é construída discursivamente pela revista Superinteressante entre os anos 1995 e 2015?** Este questionamento orienta a investigação e sinaliza nossa intencionalidade em mapear e problematizar os sentidos que a publicação oferta – nos movimentos de construção e reiteração dos dizeres – acerca das

variadas dimensões da temática ao longo do intervalo temporal já mencionado. A partir disso, também buscamos responder outras questões, tais como: Quais são os elementos mais presentes na discursivização da revista? De que maneira a publicação aborda discursivamente as causas e consequências do problema? Em que medida Superinteressante contempla aspectos como o enfrentamento e as vulnerabilidades relacionados à questão do clima? De que forma a revista utiliza o saber científico na construção discursiva sobre o assunto?

Diante disso, o objetivo geral do trabalho é compreender o funcionamento da discursivização sobre a mudança climática em Superinteressante no período 1995 – 2015. Também delimitamos objetivos específicos que desdobram nosso estudo a partir de propósitos mais particulares, são eles: a) refletir sobre as condições de produção que possibilitam a existência do discurso jornalístico sobre a mudança do clima; b) debater a importância do jornalismo como um espaço de produção, circulação e atualização de sentidos sobre a alteração climática; c) averiguar de que maneira as especificidades do jornalismo de revista repercutem na discursivização acerca da questão do clima; e d) verificar como os traços editoriais de Superinteressante se manifestam na construção discursiva da temática.

Nossa pesquisa está estruturada em quatro capítulos. A partir do primeiro deles, intitulado “Perspectivas sobre o desequilíbrio do clima”, buscamos trazer uma visão panorâmica sobre o tema. Assim, inicialmente caracterizamos a mudança climática, reconhecendo seus traços específicos como problemática singular dentro de um contexto de crise ambiental; refletimos sobre alguns episódios históricos que marcaram o surgimento e a consolidação do fenômeno na agenda global; e trazemos vários apontamentos teóricos que sublinham diferentes aspectos associados à evolução do tratamento do assunto na esfera científica, política e na sociedade como um todo. Posteriormente, discutimos acerca da incerteza e do ceticismo, elementos bastante comuns nos debates sobre a mudança climática. Também discorremos sobre a questão do enfrentamento do problema, ressaltando aspectos que integram as medidas de adaptação e mitigação, bem como as vulnerabilidades e o chamado princípio de precaução. O capítulo é embasado em contribuições de autores como Giddens (2010), Hulme (2009), Carvalho (2011), Martínez (2016), Klein (2014), Flanery (2007), Neves (2012), Gamba (2015), Valencio (2009), Barbi (2014), Loose (2016) e Grimm (2016), que discutem e problematizam variadas dimensões concernentes à mudança do clima.

No segundo capítulo, denominado “Os dizeres do jornalismo”, abordamos questões relativas ao fazer jornalístico. Primeiramente, discutimos sobre como a mudança climática vem sendo investigada por outros estudos da área da comunicação, destacamos os principais resultados desses trabalhos, e sinalizamos algumas tendências da cobertura jornalística acerca

da alteração do clima. Nossa ancoragem teórica se dá a partir de autores como Carvalho (2011), Boykoff & Boykoff (2007), Loose (2016), Bueno (2013) além de vários outros que integram nosso Estado da Arte. Na sequência, focalizamos especialmente o jornalismo de revista, elencando uma série de características que conformam esse tipo de prática jornalística. Para tal reflexão, utilizamos autores como Tavares (2008, 2011; 2013), Schwaab (2011, 2013), Vilas Boas (1996), França (2013), Scalzo (2008) e Benetti (2013). Em seguida, de maneira mais breve, discorreremos sobre a relação entre jornalismo e ciência, trazendo contribuições de Hernando (1977, 1998) Oliveira (2002), Ivanissevich (2005), Sponholz (2008), entre outros pesquisadores. Por fim, apresentamos nosso objeto empírico, a revista *Superinteressante*. Realçamos aspectos que dizem acerca do seu perfil editorial demarcado historicamente, além de também assinalarmos esforços institucionais e investidas jornalísticas da publicação em relação ao tema da mudança climática.

O terceiro capítulo, intitulado “Teoria e Método”, apresenta nosso aporte teórico-metodológico, a Análise de Discurso de linha francesa, a AD. Num primeiro momento, realizamos alguns apontamentos sobre as diferentes fases desta perspectiva, explicando como se dá a constituição de sua base epistemológica. Posteriormente, refletimos sobre as ancoragens dos discursos, explicando como a questão dos sentidos é trabalhada pela AD. Para tal, problematizamos conceitos como formação discursiva, interdiscurso e condições de produção. Em seguida, discorreremos sobre as noções de paráfrase e polissemia, enfatizando como se dá a relação entre o mesmo e o diferente nos processos discursivos. Neste quadro geral da AD, trazemos reflexões de autores como Pêcheux (1995), Orlandi (2005). Courtine (2009), Indursky (2007), Cazarin (2005), Mariani (1998), Petri (2009), Gregolin (2007) e Medeiros (2008). Prosseguimos a discussão a partir da articulação entre jornalismo e discurso, sublinhando as particularidades do discurso jornalístico. Embasamo-nos, sobretudo, em contribuições de Benetti (2010, 2016), Schwaab & Zamin (2014), Mariani (1998) que refletem sobre como os sentidos são construídos e reiterados pelo jornalismo.

No quarto capítulo, denominado “Gesto interpretativo”, explicamos nossos procedimentos metodológicos, explicitando a delimitação do *corpus* e a constituição das categorias analíticas. Após tais colocações, centramo-nos na análise do funcionamento da discursivização de *Superinteressante* sobre a mudança climática (1995-2015). Logo depois, problematizamos os resultados obtidos no processo analítico, encaminhando, assim, o trabalho para as considerações finais.

1 O DESEQUILIBRIO DO CLIMA

Neste primeiro capítulo, nossa reflexão em torno mudança climática está entrelaçada por discursos outros, oriundos de lugares e tempos diversos. Com base em dizeres construídos em variadas áreas do conhecimento, reconhecemos a problemática do clima como um dos assuntos mais relevantes na contemporaneidade e discutimos suas causas, consequências, controvérsias e desafios impostos à sociedade.

Além de intensificar problemas ambientais já existentes, a mudança do clima faz emergir novas ameaças. Logo, ela é complexa para ser compreendida porque há um considerável espaço temporal entre as causas “invisíveis” e as consequências futuras do problema (MARTÍNEZ, 2016). É paradoxal porque a maioria das pessoas não é engajada com a questão, visto que seus perigos não são palpáveis ou visíveis no cotidiano (GIDDENS, 2010). É, também, paradigmática porque lança novas formas de ver e entender o mundo, corroborando o questionamento da racionalidade vigente e os padrões dominantes de produção e consumo (LEFF, 2001).

Os vínculos e correlações entre a mudança climática e diversos elementos da estrutura social demarcam controvérsias em torno da questão, pois as necessárias medidas de adaptação e, principalmente, mitigação estão atreladas à transformação – e até mesmo rompimento – com já consolidados estilos de vida. Seu enfrentamento, portanto, envolve mudar o modo como vivemos, a maneira como nossas economias funcionam, e até mesmo as histórias que contamos sobre nosso lugar na Terra (KLEIN, 2014).

Desenvolver um estudo que situa a alteração do clima como questão central necessita de um empreendimento teórico que dê conta da complexidade do fenômeno. Afinal, como defende Carvalho (2011), trata-se de um problema de caráter multidimensional, isto é, com dimensões não somente ambientais, como também científicas, econômicas, éticas, políticas e socioculturais. Tendo em vista os objetivos da dissertação já referidos na introdução, neste primeiro capítulo, apresentaremos um panorama geral sobre a mudança climática, destacando alguns episódios históricos que colocaram o tema na agenda global. Em seguida, abordamos a questão das incertezas e as perspectivas ligadas ao ceticismo. Para finalizar o capítulo, discutimos sobre os aspectos relacionados ao enfrentamento e às vulnerabilidades diante da mudança climática.

1.1 A MUDANÇA CLIMÁTICA E SEUS REFERENTES HISTÓRICOS

De acordo com o IPCC (2007), o termo mudança climática diz respeito a qualquer alteração no clima ocorrida ao longo do tempo, seja como consequência da variabilidade natural ou decorrente de fatores antropogênicos, isto é, oriunda da atividade humana. Embora esse fenômeno tenha recebido maior atenção pública, especialmente, nas últimas décadas a partir de um contexto de crise ambiental, o clima no planeta já sofreu diversas variações climáticas ao longo de sua história³. No entanto, quando se discute sobre a mudança climática na contemporaneidade, costuma-se pensá-la a partir dos seus vínculos com os processos de industrialização da sociedade⁴ e com a exploração ambiental causada pelo ser humano.

O fenômeno da mudança climática, físico e discursivo (CARVALHO, 2011), está relacionado com o aquecimento global do nosso planeta, resultado, sobretudo, da emissão excessiva de gases causadores do efeito estufa⁵ na atmosfera, tais como o dióxido de carbono (CO₂), massivamente produzido a partir da queima de combustíveis fósseis como petróleo, carvão e gás natural. Esses três combustíveis correspondem a mais da metade das fontes de energia do mundo, formando a base da atividade industrial e dos transportes. Apesar de o aquecimento global e a mudança climática serem empregados, muitas vezes, como se fossem sinônimos, ou seja, de forma indiscriminada, compreendemos que o primeiro é, na verdade, apenas uma das várias facetas do segundo (BOYKOFF, 2011), sendo imprescindível reconhecermos as particularidades de cada processo para não tomarmos a parte pelo todo.

Segundo Martínez (2016), em menos de três décadas, a perspectiva dominante deixou de tratar a mudança climática meramente como um fenômeno natural, passando a reconhecer o grande destaque do papel humano nas alterações do clima ao redor do globo. Logo, se faz necessário destacar que conceito de mudança climática apresentado pelo Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima (IPCC na sigla em inglês) e replicado por diversas áreas e indivíduos da sociedade “vai de encontro a propostas científicas recentes que

³ Alterações no clima já eram percebidas antes do século XVIII a partir do trabalho de cientistas e historiadores, mas, especialmente a partir da Revolução Industrial, os níveis atmosféricos de gás carbônico subiram de 280 partes por milhão (ppm) para 317ppm em 1960 (LOOSE, 2016).

⁴ O segundo relatório do IPCC, divulgado em 1995, trouxe dados que evidenciam que a temperatura da Terra aumentou 0,7°C desde a Revolução Industrial, iniciada no século XVIII.

⁵ O efeito estufa é um fenômeno de caráter natural referente ao aquecimento térmico da Terra, sendo um processo fundamental para a manutenção da temperatura planetária em condições ideais para a sobrevivência dos seres vivos. Sem o efeito estufa, a Terra seria demasiadamente fria, dificultando, assim, o desenvolvimento das espécies. Como explica Pearce (2002), além do CO₂, outros gases contribuem para o efeito estufa, como por exemplo, o gás metano (CH₄), que é 20 vezes mais potente que o CO₂. Outros gases que contribuem para esse processo, em menor escala, são o óxido nitroso (N₂O) e o ozônio (O₃).

ênfatizam a influência humana no planeta e fazem parte de um grande movimento de saberes e ideologias que incorporam esse pensar” (MARTÍNEZ, 2016, p. 57).

As consequências da alteração climática são diversas. Várias delas são bastante conhecidas pela população mundial por conta da divulgação dos relatórios do IPCC realizada, em especial, pelos meios de comunicação. Entre a ampla gama de efeitos do fenômeno, destacamos os seguintes: aumento da temperatura média do planeta; derretimento de geleiras; elevação e aumento da temperatura e da salinidade dos oceanos; diminuição da qualidade das águas fluviais; redução da produtividade florestal; agravamento da desertificação; perda da biodiversidade; intensificação do risco de incêndios; maior incidência de doenças associadas a ondas de calor e de surtos de enfermidades transmitidas por insetos; aumento de ocorrências extremas como furacões, tornados, tempestades, inundações, deslizamentos de solos em encostas e secas prolongadas; e expansão de migrações que acarreta a questão dos refugiados do clima (IPCC, 2013).

Se por um lado, a crise ambiental, através de suas múltiplas consequências, começa a ser mais observada a partir dos anos 1960 e 1970⁶, a alteração do clima, em particular, vem adquirir estatuto legitimado de pauta política e jornalística no decorrer da década de 1980⁷. Com base em investigações de Carvalho (2011), compreendemos que foi a partir desta época que as discussões sobre o problema começam a ganhar força na sociedade, tanto em virtude dos alertas de ambientalistas, como também em decorrência das pesquisas sobre a questão climática e do começo de uma tímida mobilização na esfera política. Em 1985, por exemplo, ocorreu em Villach, Áustria, uma conferência internacional voltada para a discussão acerca da relação do dióxido de carbono com as variações climáticas, no âmbito do Programa Climático Mundial (CARVALHO, 2011).

Martínez (2016), por sua vez, enfatiza a importância dos anos 1980 no que concerne à ascensão da problemática do clima no fazer científico deste período. Segundo a autora, nesta época, os estudos passaram a considerar mais intensamente outros elementos que interferiam

⁶ A década de 1970 assinala o início da organização dos países em vista de um objetivo comum: conter os avanços da crise ambiental que já eram observados em várias regiões do mundo. Desde tal período histórico, as discussões começaram a incluir, mesmo que de modo inicialmente tímido, questões ligadas aos padrões de produção e consumo na sociedade (MELLO; OJIMA, 2004).

⁷ Para além da discussão mais específica sobre a questão do clima, os anos 1980 também congregam importantes episódios e marcos históricos que alavancaram a discussão sobre questões ambientais de forma geral. Em 1987, por exemplo, a Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento publicou o relatório “Nosso Futuro Comum”, também conhecido como Relatório Brundtland, que versou sobre a importância dos países buscarem outra forma de relação com aquilo que é da ordem do ecológico. É especialmente a partir desse documento que a expressão desenvolvimento sustentável se populariza e passa a ocupar destaque nos encontros internacionais sobre meio ambiente (GAMBA, 2015).

no sistema climático. Desde então, o reconhecimento de tais aspectos – não apenas no domínio da ciência, mas na sociedade em geral – vem sendo crucial na construção de discursos divergentes quanto à participação humana na geração e no enfrentamento do fenômeno.

Numa perspectiva temporal-histórica, reconhecemos que o ano de 1988 é um marco nas discussões globais sobre o tema. Como destaca Carvalho (2011), tal ano congrega diferentes acontecimentos relevantes, como por exemplo, o primeiro encontro político mundial sobre a questão, a chamada Conferência de Toronto, realizada no Canadá. Neste período, a politização da mudança climática começa a tomar forma, inclusive entre as grandes potências econômicas mundiais, como os Estados Unidos, onde houve recorde nas temperaturas do verão e consequentes problemas ambientais. “Com os seus riscos assim elevados, as alterações climáticas rapidamente assumiram uma posição importante nas agendas políticas de todo o mundo” (CARVALHO, 2011, p. 26).

Ainda em 1988, o então presidente norte-americano George Bush prometeu dar mais atenção ao problema e, por sua vez, a então primeira-ministra britânica, Margareth Thatcher reconheceu a urgência de uma discussão política sobre a questão (CARVALHO, 2011). Evidentemente, como explica a autora, desde essa época, os interesses dos governantes dos países não diziam respeito somente ao bem estar planetário (no sentido de preocupação com o meio ambiente e com a qualidade de vida das populações), mas também a diferentes tipos de possibilidades e limites econômicos. Apesar disso, tal reconhecimento político da mudança climática foi fundamental para a entrada do problema na agenda dos veículos noticiosos da época.

Martínez (2016) observa particularidades na maneira como a problemática do clima ascendeu à esfera política se comparada com outras questões ambientais:

Ao contrário da maioria das questões ambientais, as MCs entraram para a agenda internacional por meio da consciência abstrata e teórica do problema, em vez de uma experiência concreta ou até mesmo única de suas consequências. Na década de 1980 passou rapidamente do campo científico para o político, trazendo consigo preocupações de atores não estatais no caminho (MARTÍNEZ, 2016, p. 66).

No que se refere especialmente ao campo científico, 1988 marca a criação do já referenciado IPCC. A entidade foi constituída com o apoio da OMM (Organização Meteorológica Mundial) e do PNUMA (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente). O trabalho realizado pelo IPCC consiste na sistematização de pesquisas referentes a diversas dimensões da mudança do clima. A entidade, portanto, reúne trabalhos científicos

sobre o tema e também propõe estratégias de resposta para o enfrentamento do problema. Até hoje, já foram publicados cinco relatórios em momentos distintos (1990, 1995, 2001, 2007 e 2013/2014).

Climatologistas, geógrafos, meteorologistas, economistas e outros especialistas de diferentes países compõem o IPCC e os seus relatórios são desenvolvidos, sobretudo, a partir de três grupos de trabalhos (GTs). Cabe ao GT I analisar e compreender os aspectos científicos do sistema climático e da mudança do clima. O GT II, por sua vez, analisa a vulnerabilidade social e econômica diante do fenômeno, destacando seus efeitos negativos e as questões associadas à adaptação. Por fim, o GT III examina medidas mitigadoras que possibilitariam limitar ou evitar as emissões de gases estufa, avaliando as condições políticas e técnicas para a execução das atividades propostas.

O primeiro relatório divulgado pelo IPCC, em 1990, apontou a relação entre aquecimento global e atividades antropogênicas, sem deixar de sublinhar as incertezas científicas referentes ao peso da variabilidade natural do clima no aquecimento registrado no século XX. Tal relatório foi crucial para a compreensão de que era extremamente necessária a organização de um fórum internacional onde os representantes governamentais pudessem discutir sobre as questões climáticas (GAMBA, 2015).

Em 1992, durante a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (também chamada de Rio-92 ou Eco-92)⁸, foi criada a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (CQNUMC), “um passo importante dado pela comunidade internacional para atingir o objetivo de alcançar a estabilização das concentrações de GEEs na atmosfera em nível que impeça uma interferência antrópica perigosa no sistema climático” (MOREIRA; GIOMETTI, 2008, p.10). Conforme Martínez (2016) a adesão dos países a esta convenção foi responsável por trazer um clima ainda mais otimista à época, pois a sociedade assistia o fim da Guerra Fria. Desta maneira, os eventos políticos e globais sobre questões ambientais colocavam em cena a possibilidade de um futuro global mais seguro e justo.

Portilho (2005) sublinha que dentre os principais resultados da Rio-92, podemos reconhecer a expansão do enfoque que passou a apontar a responsabilidade dos estilos de vida e do consumo na propagação da crise ambiental, o que acarretou numa mudança no discurso

⁸ O evento reuniu mais de 100 chefes de Estado e contou com representações de 170 nações. Segundo Mousinho (2003), este encontro chamou atenção para a necessidade de compreendermos que os problemas ambientais do planeta estão intimamente relacionados às condições econômicas e também à justiça social.

até então dominante. Assim, a discussão que anteriormente se concentrava mais nos problemas ambientais causados pelos meios de produção passou a focar com mais ênfase o que era originário das formas de consumo⁹. A autora assevera que esse deslocamento do debate ambiental “coincide com – e pode ser explicado a partir de – uma tendência de mudança paradigmática do princípio que estrutura e organiza a sociedade, o qual também passa da produção para o consumo” (PORTILHO, 2005, p.2).

Os anos iniciais da década de 1990 foram marcados, entre outros fatores, pelo surgimento de recomendações de especialistas para a criação de uma convenção internacional – a já referida CQNUMC – que lidasse diretamente com a questão, “(...) além do desenvolvimento e transferência de tecnologia para mitigação das emissões, criação de protocolos, apoio financeiro destinado aos países menos favorecidos e responsabilização proporcional pelas emissões realizadas” (MARTÍNEZ, 2016, p. 109). Conforme explica Hulme (2009), relatórios como esse integram um contexto marcado pelo surgimento de um novo espaço de operação do fazer científico, no qual a interface entre ciência e política passa a ter um destaque maior.

Neves (2012), ao discorrer sobre as negociações políticas relacionadas à questão climática, explica que desde o começo dos anos 1990 já era difícil realizar acordos entre os países, visto que os interesses de cada nação sempre foram muito particulares.

Apesar de na Rio-92 ter sido realizado este esforço de definição de um regime internacional que viabilizasse a estabilização das emissões de GEE aos níveis de 1990, o resultado atingido não indicou medidas práticas neste sentido. Isto ocorreu principalmente devido à predominância de alguns interesses nacionais sobre o interesse geral de enfrentamento do problema, visto que Estados Unidos e diversos países exportadores de petróleo formaram um *lobby* contrário ao estabelecimento de medidas legalmente vinculantes para conter as emissões de GEE (NEVES, 2012, p. 24).

Especialmente a partir do seu segundo relatório, publicado em 1995, o IPCC passou a destacar com mais ênfase o papel do ser humano no aquecimento da superfície da Terra. A entidade afirmava, neste período, que seria pouco provável que as alterações nas temperaturas observadas nos últimos 100 anos fossem somente resultados de fatores naturais. A partir deste relatório, Martínez (2016) sublinha a entrada de economistas e cientistas sociais que passaram

⁹ Nas discussões contemporâneas sobre questões ambientais, incluindo a problemática do clima, é cada vez mais frequente a perspectiva que focaliza a relação entre consumo e meio ambiente. A noção “consumo verde” liga-se diretamente à politização da questão, sendo mobilizada, também, pelo jornalismo. Nota-se, ainda, que algumas abordagens teóricas trabalham com a articulação entre consumo, meio ambiente e cidadania. Trata-se de uma reaproximação de valores cívicos e ambientais com a cultura do consumo, que pode reduzir as fronteiras entre as categorias consumo e cidadania, simbolizada pela construção do vocábulo consumidor-cidadão (PORTILHO, CARNEIRO e GALINDO, 2010).

a aderir mais efetivamente ao debate sobre o fenômeno, somando suas vozes às discussões voltadas para a definição de equidade, análises de custo-benefício e também custos sociais da mudança climática.

O ano de 1995 também marca a realização da primeira Conferência das Nações Unidas sobre a Mudança Climática, a COP 1, em Berlim, Alemanha. Diante de um panorama nebuloso envolvendo vários aspectos básicos do problema (MARTÍNEZ, 2016), as discussões deste encontro se concentraram na busca por um consenso entre os países em relação às ações de mitigação do efeito estufa. A partir desta ocasião, se passou a ter o entendimento de que apenas compromisso voluntário das nações desenvolvidas em diminuir suas emissões para os níveis de 1990 até o ano de 2000 seria insuficiente para o enfrentamento do problema. Desse modo, lançou-se a proposta de criação de um instrumento (ou protocolo) marcado por um comprometimento oficial entre os países.

Ainda na ocasião da COP 1, aplicou-se, de modo pleno, o princípio da “responsabilidade comum, porém diferenciada entre os países”, que evidencia a necessidade de as nações desenvolvidas tomarem a iniciativa no combate à alteração climática. Tal fundamento é um reconhecimento das assimetrias entre as nações, tendo em vista que “o nível das emissões dos países em desenvolvimento, medido per capita na população, é muito inferior ao dos países ricos. Muitos deles produzem apenas emissões mínimas por integrante da população” (GIDDENS, 2010, p. 226). Portanto, as nações ocidentais altamente industrializadas têm o peso maior na geração e no aceleração do problema, tanto pelo seu atual volume de emissões, quanto também pela sua responsabilidade histórica, uma vez que os seus processos de industrialização já datam de várias décadas (CARVALHO, 2011). Desde essa primeira Conferência das Nações Unidas sobre a Mudança Climática, anualmente, os países se reúnem para apresentar e debater medidas que contribuam para o enfrentamento da mudança climática, propondo caminhos para um planeta mais limpo, justo e sustentável. Sendo assim, as conferências e os relatórios do IPCC são reconhecidos como fatores responsáveis por inserir paulatinamente o tema da mudança climática na agenda internacional (NEVES, 2012).

Num contexto de avanços científicos e disposições políticas, em 1997, representantes de 159 nações se reuniram em Quioto, Japão, para as discussões sobre o futuro do planeta na COP 3. Na ocasião, por consenso, adotou-se o Protocolo de Kyoto, documento que definiu, pela primeira vez, metas quantitativas para redução das emissões de gases causadores do efeito estufa. Pelo protocolo, fica demarcado que a diminuição das emissões deveria acontecer por meio de várias ações concentradas, sobretudo, no plano econômico. O documento,

contudo, só entraria em vigor em 2005, após a ratificação da Rússia (GAMBA, 2015). Os Estados Unidos – considerado responsável por cerca de um quarto das emissões em todo mundo – negaram-se a ratificar o protocolo. O então presidente do país, George W. Bush, na época, alegou que os compromissos elencados pelo documento poderiam prejudicar a economia norte-americana.

Conforme explica Viola (2002) o regime político da mudança climática é extremamente complexo, uma vez que há interesses diversos envolvidos na adoção de acordos entre os países. Ao refletir especificamente sobre as consequências do Protocolo de Kyoto, o autor ressalta que a assinatura do documento desencadeou um “movimento em setores do empresariado dos países desenvolvidos em favor de novas tecnologias não-carbonizantes, tanto na área energética como no conjunto do ciclo produtivo” (VIOLA, 2002, p. 42). Desde tal documento, portanto, o mercado do carbono vem sendo desenvolvido e experimentado por vários países, mesmo que esse mecanismo não tenha sido capaz de solucionar o problema do crescimento das emissões (ABRANCHES, 2010).

A expansão global do movimento ambientalista por meio de suas críticas ao impacto do crescimento econômico e do desenvolvimento científico e tecnológico sobre o meio ambiente dura até 1997 (VIOLA 2008). Os “grupos verdes”, a partir de inúmeros alertas e reivindicações, também contribuíram para a questão do clima se tornar um assunto relevante na agenda global, especialmente nos âmbitos da política e da economia. No entanto, Viola (2008) observa que, no final nos anos 1990, a percepção sobre a necessidade de medidas proativas em relação à mudança climática passou por algumas transformações.

Nos anos anteriores à Cúpula do Rio em 1992 foi se criando um clima cultural favorável a medidas proativas com relação à mudança climática, que se prolongou até 1997. Já em fins da década de 1990 houve uma atenuação desse clima favorável devido a dois fatores: o impacto da aceleração da revolução da tecnologia da informação e a formação de um forte lobby contrário liderado por empresas de petróleo, eletricidade e automóveis (VIOLA, 2008, p. 179).

Especialmente nas últimas três décadas, o setor privado também começou a se posicionar e reiterar, de modo mais incisivo, determinadas perspectivas acerca da problemática do clima. Segundo Martínez (2016), ainda no final da década de 1980 e começo dos anos 1990, companhias de seguros defendiam a divulgação de informações sobre a alteração climática por conta dos fortes indícios de um aumento de doenças relacionadas à emissão de gases do efeito estufa. Tal época, segundo a autora, marca também o agrupamento de indústrias petrolíferas, automobilísticas e de energia na formação da Coalização Global do

Clima (*Global Climate Coalition*). Este grupo, desde então, já reconhecia a seriedade da questão climática e importância da sua discussão pública. No entanto, defendia a realização de mais pesquisas sobre as implicações do fenômeno diante de tantas incertezas científicas. “Além disso, defenderam que, mesmo que existisse um perigo real, as medidas relacionadas não deveriam prejudicar a indústria; como alternativa propunham a mera transferência de tecnologia para outros países” (MARTÍNEZ, 2016, p. 116).

As discussões globais sobre a mudança climática ganham novos contornos na década de 2000. Vários componentes contribuíram para o destaque do tema na agenda pública (e midiática), a começar pela ocorrência mais frequente de eventos climáticos extremos em diversas regiões do mundo, como chuvas intensas, vendavais, furacões e grandes secas. Em 2001, o terceiro relatório do IPCC foi publicado em meio às discussões e disputas pela ratificação do Protocolo de Kyoto, passando a funcionar como referência no fornecimento de informações para as deliberações nas COPs (NEVES, 2012). O documento alertou que o aquecimento global deste século seria maior do que o previsto anteriormente. Sendo assim, as novas projeções compiladas pelo painel indicaram que a temperatura média do planeta poderia aumentar entre 1,4°C e 5,8°C, o que tornava a questão do clima ainda mais urgente.

Em 2004, durante a COP 10, em Buenos Aires, Argentina, representantes de 200 países discutiram sobre como se daria a adesão concreta do Protocolo de Kyoto após a ratificação russa. O evento abarcou as questões mais latentes daquele momento histórico, concentrando o debate principal nas ações futuras relacionadas à adaptação e mitigação da mudança do clima. Já no ano seguinte, em 2005, o interesse social pelo tema é redimensionado após o Furacão Katrina ter atingido a região litorânea do sul dos Estados Unidos, principalmente a cidade de Nova Orleans. Além de ter ocasionado mortes e devastação por onde passou, esse acontecimento catastrófico causou grande prejuízo financeiro e danos à saúde da população. Outros vários desastres e catástrofes relacionadas ao clima ocorreram em inúmeros países durante os anos 2000. Segundo pesquisa realizada pela Organização Meteorológica Mundial, a OMM, esta década foi a mais quente desde o início das medições modernas, em 1850, com vários recordes de temperatura e ondas de calor em inúmeros países.

Viola (2008) ressalta que, principalmente a partir de 2005, vários eventos catastróficos observados em diferentes regiões do planeta foram responsáveis por uma renovação da percepção da mudança climática na sociedade. O autor destaca a ocorrência de furacões mais frequentes e intensos nos EUA e nos países caribenhos, incêndios devastadores na Austrália, recordes de calor na Europa, intensificação de tufões e tormentas em países como China,

Filipinas e Indonésia e inundações de enormes proporções – juntamente com secas extremas – na Índia, na África e no Brasil.

É necessário sublinharmos, também, que os anos de 2006 e 2007 abrigam fatos que contribuíram para alavancar a discussão sobre a mudança climática na sociedade para além das instâncias científica e política. Em 2006, o documentário *Uma Verdade Inconveniente*¹⁰, roteirizado e apresentado pelo ex-vice-presidente norte-americano, Al Gore, chamou a atenção da comunidade internacional sobre os perigos do aquecimento global a partir da exposição de diversos impactos do fenômeno já percebidos socialmente. Ainda neste ano, foi divulgado um estudo encomendado pelo governo britânico, conhecida como Relatório Stern, que “mostrou uma série de evidências em relação aos impactos das alterações climáticas e dos custos econômicos e concluiu que os benefícios de uma ação antecipada ultrapassam de longe os custos econômicos da falta de ação” (NEVES, 2012, p. 17).

Em seus apontamentos históricos sobre a questão climática, Martínez (2016) explica que o começo dos anos 2000, sobretudo entre 2002 e 2007, assistiu a um avanço lento – mas constante – nas negociações e acordos pós-Kyoto. De acordo com a autora, tal período trouxe um fôlego ao andamento da questão climática. Neste contexto, “acontecimentos externos tiveram uma forte influência no estabelecimento da agenda climática, além de posicionamentos individuais de países signatários terem seguido caminhos alternativos” (MARTÍNEZ, 2016, p. 121).

Já em 2007, o quarto relatório do IPCC obtém grande repercussão social, sobretudo, pela divulgação massiva dos meios de comunicação, como veremos mais adiante. Neste relatório, a entidade alertou sobre a possibilidade de um aumento médio global das temperaturas entre 1,8°C e 4,0°C até 2100. O IPCC também indicou, com mais de 90% de confiabilidade, que a maior parte do aumento de temperatura observado nos últimos 50 anos foi provocada por atividades humanas, consolidando o conhecimento científico em relação às influências do homem sobre o clima (NEVES, 2012). O ano de 2007 também foi marcado pela ocorrência de uma série de eventos climáticos extremos, incluindo as enchentes na Ásia, as ondas de calor na Europa e a precipitação de neve na África do Sul.

Conforme descrevem May e Da Vinha (2012), entre outras questões, o quarto relatório do IPCC destaca a necessária articulação entre as medidas de mitigação e adaptação, destacando que o sucesso destas últimas, em grande medida, condicionaria o desenvolvimento nacional.

¹⁰ O documentário foi bem recebido pela maioria da crítica especializada, sendo agraciado com o prêmio Oscar nas categorias de Melhor Documentário e Melhor Canção Original. O documentário também foi lançado em versão livro.

A grande repercussão desse relatório contribuiu para colocar a estratégia de adaptação no centro do debate sobre mudanças climáticas no âmbito dos acordos multilaterais, mas ao mesmo tempo confirmou a pouca capacidade tecnológica e financeira dos países pobres não industrializados em enfrentarem a variabilidade climática, conforme já apontado no relatório anterior, de 2000 (MAY; DA VINHA, 2012, p. 3).

Para Martínez (2016), os relatórios apresentados pelo IPCC não devem ser compreendidos como verdades absolutas sobre o assunto, e sim como uma síntese embasada em evidências científicas a partir de uma literatura especializada, ou seja, não podemos pensá-lo como imune a revisões e contestações. A autora também assinala que o tom dos relatórios se modificou ao longo dos anos, tornando-se cada vez mais alarmistas, com ênfase nos aspectos humanos, o que inclui ações de adaptação, impactos previstos e já concretizados e responsabilidades pela geração e enfrentamento do problema.

A construção de cenários futuros a partir de previsões de modelos climáticos sempre foi um elemento presente nos relatórios do Painel, obtendo maior espaço a cada novo documento divulgado. Por sua vez, a mídia como um todo, e especialmente o jornalismo, muitas vezes, acabou por redimensionar as consequências da mudança climática apresentadas nos relatórios. Hulme (2009) não enxerga com bons olhos o uso da linguagem associada ao medo, ao catastrófico e ao terror. O autor argumenta que esse foco nos aspectos mais extraordinários e alarmistas da mudança do clima costuma deixar de lado os cuidados básicos que se deve ter diante das previsões científicas. Além disso, o autor observa que os próprios cenários divulgados pelo IPCC, como o de 2007, já se mostram suficientes para alertar a sociedade, não sendo necessário, portanto, fazer uso de um tom mais agudo para reportar o fenômeno.

Vários fatos referentes à movimentação da problemática do clima na agenda global entre os anos 2008 e 2012 são elencados por Martínez (2016). Conforme relata a autora, no decorrer desse período foi perdendo força o chamado “paradigma da liderança” sobre o problema, na medida em que o poder e engajamento dos países ricos foram diminuindo por conta de novas coalizões e ascendências geopolíticas, bem como pela crise econômica que atingiu grande parte do mundo por volta de 2008. Ainda ao longo desses anos, os impactos de diversos desastres relacionados ao clima, amplamente divulgados pela instância midiática, dividiram espaço nas discussões sobre o fenômeno juntamente com eventos polêmicos como

o *Climagate*¹¹, contribuindo, assim, para o aumento da desconfiança e pessimismo acerca do problema (MARTÍNEZ, 2016).

Em 2009, durante a COP 15, realizada em Copenhague, Dinamarca, tinha-se a expectativa de que os países estabeleceriam metas claras em relação à redução de gases de efeito estufa, uma vez que a conferência buscava obter a assinatura de um novo acordo global concreto como substituição ao Protocolo de Kyoto. Todavia, os diversos impasses entre as nações desenvolvidas e em desenvolvimento colaboraram para um término de evento com resultados desanimadores, ou seja, com avanços pouco significativos. Como destaca Loose (2016), as conferências seguintes passaram a começar com objetivos mais ponderados, reconhecendo a dificuldade de conciliar os interesses dos países. Além disso, “por mais que haja pequenos avanços nesses encontros e a imprensa apresente de forma mais frequente o tema no período, o debate político e econômico se sobressai e afasta a perspectiva de que o clima está relacionado com o nosso modo de vida também” (LOOSE, 2016, p.65).

Os anos seguintes continuaram a contabilizar inúmeros desastres socioambientais, vários deles, relacionados à mudança do clima, entre outros fatores. Vários países também precisaram lidar com catástrofes relacionadas ao clima. Austrália e Tailândia sofreram com as piores enchentes dos últimos 50 anos e Filipinas foi atingida por uma tempestade tropical que causou enormes danos ao país. De acordo com o balanço divulgado pela companhia de seguros alemã Munich Re, os desastres climáticos ocasionaram um prejuízo de 160 bilhões de dólares em 2012.¹²

Outro importante evento que mobilizou diferentes setores da sociedade para o debate acerca da mudança do clima – e da problemática ambiental como um todo – foi a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, realizada no Rio de Janeiro, em 2012. Este evento buscou assegurar um comprometimento, sobretudo político, em relação à sustentabilidade necessária para o desenvolvimento das nações, trazendo como tópicos temáticos de discussão a “economia verde” e a erradicação da pobreza (BELMONTE, 2015).

¹¹ Trata-se de um episódio que teve ampla repercussão midiática em dezembro de 2009. Na ocasião, milhares de e-mails confidenciais dos servidores da *Climatic Research Unit* (Universidade de East Anglia) foram hackeados e divulgados na internet de modo anônimo. Como explica Martínez (2016) muitas dessas mensagens foram tomadas como evidências de que cientistas britânicos e americanos estavam manipulando os resultados de suas pesquisas com o intuito de apresentar o aquecimento global de maneira mais grave do que ele seria de fato. Os pesquisadores envolvidos neste escândalo se defenderam das acusações a partir do argumento de que os e-mails foram descontextualizados e mal interpretados.

¹² Informações obtidas Amazonia.org. <http://amazonia.org.br/2013/01/desastres-clim%C3%A1ticos-deram-preju%C3%ADzo-de-us-160-bi-em-2012-diz-estudo/>. Acesso em 23.01.2017.

Em seu quarto relatório, divulgado em 2013 e 2014, com novas descobertas e pesquisas (MARTÍNEZ, 2016), o IPCC destacou de forma ainda mais enfática que as transformações climáticas que estão ocorrendo no planeta possuem relação com as atividades humanas. O documento ressaltou que há 95% de certeza de que o homem está contribuindo com a maior parte do aquecimento global e que as consequências já podem ser observadas a partir de diversos eventos climáticos, muitos destes com proporções catastróficas. No caso do Brasil – e da América Latina como um todo – o relatório chamou a atenção, dentre outros aspectos, para o risco de impactos na saúde e na alimentação da população. Contudo, os cientistas ainda manifestaram uma dose de otimismo, deixando clara a possibilidade de a sociedade manter o aquecimento em até 2°C através de ações mitigadoras que deveriam ser urgentemente realizadas.

No que se refere à pesquisa científica sobre alteração do clima, cabe destacarmos o estudo de agências governamentais dos Estados Unidos e do Reino Unido que apontaram o ano de 2015¹³ como o mais quente já observado desde que os registros globais de temperatura começaram, isto é, em 1880. Os recordes de calor no verão de países europeus, a seca e incêndios em solo norte-americano e temperaturas acima da média na Rússia, China e na América Latina são alguns dos acontecimentos que deixam explícito como a mudança do clima se manifesta de diferentes formas ao redor do mundo.

A COP 21, realizada em Paris, França, em novembro de 2015, teve como objetivo principal engajar a comunidade internacional frente às ameaças da alteração do clima a partir de um acordo climático concreto e bem definido entre os países. Após vários dias de negociações tensas e multilaterais, apresentou-se o “Acordo de Paris”, primeiro texto universal – aprovado por consenso apesar de algumas divergências – voltado para conter a elevação da temperatura média do planeta abaixo de 2°C. Apesar das incompatibilidades e fragilidades deste acordo¹⁴, é preciso considerar positivamente o fato de que após duas décadas de negociações, finalmente passou-se a existir uma legislação a nível mundial que

¹³ De acordo com a Nasa (agência espacial dos EUA) e a Noaa (Administração Nacional de Oceanos e Atmosfera, também dos EUA), 2015 teve uma média de temperatura 0,13 °C mais alta do que 2014, que até então era considerado o ano mais quente já registrado. Por sua vez, o *Met Office*, serviço de meteorologia do Reino Unido, destacou que a temperatura do ano de 2015 ficou 0,75 °C mais alta do que a média de 1961 a 1990. As três agências, apesar de terem modelos e bases de dados diferentes, apontaram que o ano de 2015 teve temperatura 1 grau Celsius mais alta do que a média do período pré-industrial.

¹⁴ Apesar de uma das principais cláusulas do acordo prever que os 195 países que participaram da COP 21 adotem medidas para limitar o aquecimento global a 1,5°C, no documento oficial “Acordo de Paris” não há definição de quando tal resultado deve ser, de fato, alcançado. Além disso, o acordo realizado não transforma em obrigatório e verificável o cumprimento das promessas de cada país de cortar emissões de carbono, dificultando, assim, o fim da era dos combustíveis fósseis.

obriga todos os países signatários a se empenharem, de algum modo, no combate ao fenômeno da alteração climática.

Até este ponto da pesquisa, caracterizamos a mudança climática, fenômeno complexo e associado às múltiplas esferas sociais, destacando alguns episódios históricos que possibilitam a consolidação da questão como tema relevante na agenda global – e midiática-jornalística. No subcapítulo posterior, refletimos sobre o elemento da incerteza, comum nos discursos sobre a mudança climática. Não raramente, a falta de certeza na ciência sobre o clima acaba contribuindo para a ascensão de perspectivas céticas sobre a mudança climática.

1.2 INCERTEZAS E CETICISMO

A ciência do clima tem avançado de maneira rápida no que se refere à caracterização da mudança climática e previsão de seus impactos, uma vez que as técnicas atuais permitem resgatar as concentrações de gases de efeito estufa de milhares de anos atrás (NEVES, 2012). Entretanto, mesmo que o conhecimento científico e o desenvolvimento tecnológico tenham evoluído consideravelmente nas últimas décadas, ainda há diversos pesquisadores que contestam diferentes teses associadas à mudança do clima global. Carvalho (2011) reforça essa compreensão ao sublinhar a existência de alguns grupos sociais que buscam evidenciar a ideia de “incerteza em relação aos aspectos mais fundamentais do problema – a intensificação do efeito estufa, o seu caráter antropogênico e os impactos sobre o clima global – ou mesmo negar, taxativamente, tais aspectos” (CARVALHO, p. 45, 2011).

Nas discussões sobre a mudança climática, a incerteza é marcada por duas principais facetas que condicionam o rumo dos discursos e que variam conforme as preferências e interesses dos sujeitos que dela se apropriam. Por um lado, ela pode servir, discursivamente, para legitimar mais pesquisas, impulsionando o poder dos cientistas relativamente a uma determinada questão. Por outro, a incerteza na ciência pode ser empregada para justificar a falta de tomada de ações, isto é, para resistir ao enfrentamento do problema, como por exemplo, ocorreu nos EUA durante os mandatos de George Bush e George W. Bush, onde se evitou a adoção de medidas mitigadoras com base na alegação de que ainda haviam muitas incertezas relacionadas à mudança climática (CARVALHO, 2011).

Carvalho (2011) observa, então, a existência de distorções na apropriação da incerteza em discussões realizadas na esfera política, uma vez que a própria interface entre ciência e política envolve uma ampla gama de pressões, dilemas e desafios. Enquanto a incerteza é um elemento normal e até mesmo necessário ao processo de investigação científica, este aspecto é

reduzido no mundo político a dois extremos: ou se opta pela inação utilizando a incerteza como justificativa, ou se opta pela ação a partir da suspensão da falta de certeza.

De acordo com Nacaratti (2008), nem mesmo a objetividade e os dados apontados a partir de relatórios do IPCC foram suficientes para dirimir as divergências entre os especialistas do clima no que diz respeito à intensificação de ocorrências de eventos climáticos extremos desde os anos 1990. Segundo a autora, a hipótese de alternância cíclica de manifestação desses eventos em períodos de relativa calma, bem como as décadas de intensa atividade são alguns dos elementos usados para justificar a rejeição de determinados cientistas no que diz respeito à associação direta entre registros recentes de fenômenos (como tempestades e furacões no Atlântico Norte) e o aquecimento da Terra.

Uma série de incertezas referentes à problemática do clima é elencada por Barbi (2014), dentre elas: a trajetória incerta das emissões futuras; a incerteza dos efeitos das emissões atuais na temperatura global; a incerteza dos impactos da temperatura no clima regional e local; a incerteza em relação ao potencial de descontinuidades radicais; e a incerteza dos impactos nos ecossistemas. A autora também pontua várias formas de apropriação do fator da incerteza. Na mesma direção sinalizada por Carvalho (2011), ela destaca o uso da falta de certeza como desculpa para adiar a ação governamental. Além disso, assim como Klein (2014), a autora sublinha que a incerteza também é mobilizada por aqueles que temem que seus interesses sejam afetados pelas medidas de mitigação.

Barbi (2014) também explica que, muitas vezes, a escala de incerteza e de desconhecimento impossibilita o cálculo determinista da relação custo-benefício.

A falta de certezas pode ser compreendida como uma questão inerente ao conhecimento científico, segundo postula Hulme (2009). No caso específico da mudança climática, o autor destaca que várias incertezas têm origem na incompleta compreensão que a ciência possui em relação ao funcionamento do sistema físico do clima. Com base neste autor, Martínez (2016) ressalta que a ciência é um produto humano sempre passível de erros, corrupções e distorções. No entanto, essa compreensão não pode incentivar um descrédito acerca do fazer científico. Pelo contrário: “a intenção é que a incerteza sirva de incentivo para novas descobertas e debates abertos e francos sobre suas deficiências e capacidades” (MARTÍNEZ, 2016, p. 81). Logo, entende-se que a produção científica, incluindo a que se volta para a questão do clima, só consegue prosperar a partir de divergências, de questionamentos e desafios que estimulem o seu desenvolvimento (HULME, 2009).

Sendo a incerteza, portanto, um componente básico da lógica científica, torna-se imprescindível o entendimento de que as perspectivas céticas defendidas por diferentes

sujeitos – e construídas em ambientes de disputas, dúvidas e controvérsias – também contribuem, de diferentes maneiras, para o conhecimento sobre a alteração do clima (GIDDENS, 2010). Neste sentido, a ciência não pode ser observada como se fosse uma área obrigada a saber e possuir certeza sobre tudo. Ao contrário, a ela cabe o questionamento, a ética e o diálogo constante para elucidar e, talvez, até propor soluções em relação a assuntos complexos como a mudança climática.

Para Gamba (2015, p. 37) “a existência de opiniões divergentes é absolutamente compreensível diante de um contexto de extrema complexidade e incertezas sobre as possíveis causas e impactos das alterações climáticas em escala global”. A autora entende que o reconhecimento do fator da incerteza é necessário porque permite apontar as limitações inerentes, também, ao campo científico. Isso, no entanto, não deve ser usado como um fato que justifique a inação da sociedade frente à problemática do clima, já que mesmo com a falta de certeza em relação a vários aspectos específicos do fenômeno, este já é reconhecido pelo potencial de provocar grandes transformações na forma como concebemos o mundo (GAMBA, 2015). Logo, se existem incertezas a respeito dos efeitos da mudança do clima, por outro lado, há também a necessidade de se precaver sobre eles (LOOSE, 2016).

Flanerry (2007) considera o ceticismo um elemento inestimável para o progresso da ciência. No entanto, o autor alerta que “a crítica pobre pode levar aqueles que não familiarizados com a ciência envolvida a duvidar de qualquer fato a respeito da previsão de mudanças climáticas” (FLANERRY, p. 149, 2007). Ainda segundo o autor, nem sempre o argumento cético é formulado e apropriado com vistas ao esclarecimento (ético) de uma questão, isto é, por vezes, as perspectivas céticas podem estar atreladas a objetivos que extrapolam a preocupação com a evolução do saber científico.

O ceticismo é um elemento indispensável na pesquisa científica, mas quando sua intenção é enganar, no lugar de esclarecer, não temos ceticismo e sim fraude. Algumas das indústrias que se opõem à ação contra a mudança climática usam táticas que fazem lembrar as que foram usadas pela indústria do tabaco e dos asbestos (FLANERRY, 2007, p. 230).

Entre os argumentos mais utilizados pelos céticos, em especial, os cientistas que contestam as conclusões do IPCC em relação ao aquecimento planetário e o fator da ação humana, Neves (2012) destaca aquele em que se alega a existência de documentos históricos que serviriam para comprovar que o clima flutua naturalmente. Por esta perspectiva, os recentes aumentos na temperatura de diversas regiões do mundo poderiam ser explicados

como resultado de fatores essencialmente naturais e não da interferência do ser humano no sistema climático. “Portanto, os céticos argumentam que o aquecimento global é apenas um fenômeno que já ocorreu antes, e que possivelmente ocorrerá em outros momentos no futuro” (NEVES, 2012, p. 21).

Há diferentes tipos de posicionamentos céticos e essas variações também são produzidas a partir de posicionamentos discursivos (ideológicos) assumidos diante da questão. Para Giddens (2010), os céticos são uma minoria na comunidade científica que não apenas questionam um amplo consenso científico, como ainda se opõem a toda uma indústria que, historicamente, cresceu em torno desse consenso. Neste sentido, por constituírem uma força vital do fazer científico, os céticos precisam ter seus argumentos ouvidos, inclusive quando se busca elaborar políticas públicas relacionadas à mudança do clima. Porém, cabe a ponderação de que eles não detêm o monopólio do exame crítico rigoroso (GIDDENS, 2010), podendo, por isso, também ter suas conclusões constantemente refutadas.

O grupo de cientistas considerados céticos, portanto, também é heterogêneo. Em geral, trata-se de um conjunto de pesquisadores que se embasa em teorias relacionadas às dinâmicas naturais de alteração climática a curto, médio e longo prazo, assim como as limitações dos modelos climáticos existentes (GAMBA, 2015). Muitos céticos consideram desnecessárias as medidas de mitigação das emissões de gases do efeito estufa, uma vez que não concordam com a maioria dos dados levantados por relatórios de entidades como o IPCC. Em suas pesquisas, alguns desses cientistas também se dedicam “(...) ao estudo da criação de visões apocalípticas do mundo a partir das mudanças climáticas e procuram alertar a sociedade para o papel das mídias na produção de imaginários de destruição e de contextos alarmistas” (GAMBA, 2015, p.37).

Outro apontamento importante de Giddens (2010) se refere ao fato de que as perspectivas de negação do fenômeno (não apenas as de caráter científico), por vezes, se atrelam à velha polaridade ideológica entre direita e esquerda, o que na visão do autor precisa ser, se possível, “superado” para que o enfrentamento da problemática do clima seja completamente exitoso.

No entanto, há um toque de direita X esquerda nos debates atuais sobre a mudança climática: os que querem responder a ela por meio de uma ampla reforma social tendem, em geral, para a esquerda política; a maioria dos autores que duvidam de que a mudança climática seja causada pela atividade humana, por outro lado, fica à direita. Todavia, é vital que a política da mudança climática transcenda essas divisões, tanto quanto possível, e sobreviva às mudanças de governo nos sistemas democráticos (GIDDENS, 2010, p. 74).

Na perspectiva defendida por Martínez (2016), os posicionamentos referentes à mudança do clima, compreendidos nesta pesquisa também como tipos de discursos, nem sempre são mutuamente excludentes, além de poderem se estender à exaustão e terem suas validades e profundidades igualmente discutíveis. Como explica esta autora, antes da refutação ou aceitação de qualquer um dos posicionamentos é imprescindível que se considere que nenhum deles é totalmente desprezível ou descabido como, muitas vezes, costumam ser percebidos na atualidade. Logo, a questão da diversidade de pontos de vista sobre a alteração climática, especialmente os argumentos de caráter científico, não pode ser reduzida à escolha por um lado ou outro. “A incerteza e disputa científicas são, talvez, mais reais que as certezas existentes, e a forma como se lida com elas é o que se faz real e absolutamente essencial para alcançar desenlaces satisfatórios e positivos” (MARTÍNEZ, 2016, p. 76).

As proposições céticas – ou negacionistas¹⁵ – em relação à mudança climática não se limitam às discussões realizadas em espaços fundamentalmente de cunho político, econômico e científico. Outras instâncias, incluindo à midiática-jornalística, bem como os referidos públicos destas, também (re) constroem discursos com diferentes níveis de ceticismo. Segundo Klein (2014), isso pode ser explicado pelo fato de que quando “olhamos” para a mudança do clima, logo em seguida, desviamos nosso olhar para outra questão percebida como “mais importante”. Ademais, quando prestamos atenção ao problema, muitas vezes, somos interpelados por discursos que trazem consigo histórias reconfortantes sobre como os seres humanos são inteligentes e como eles vão “trazer” um milagre tecnológico que irá sugar de forma segura o carbono dos céus ou magicamente diminuir o calor do sol (KLEIN, 2014).

O reconhecimento da ocorrência de uma mudança climática de caráter global também esbarra nas próprias especificidades deste tipo de problema, que concerne especialmente à questão do futuro. Como explica Martínez (2016), além das causas, os efeitos da alteração climática são incertos e/ou de difícil compreensão para o público não especializado. Estamos, portanto, diante de um fenômeno em que os perigos parecem abstratos e fugidios, mesmo que sejam potencialmente devastadores, como aponta Giddens (2010). Na linha de raciocínio deste autor, podemos pensar na existência do chamado “paradoxo de Giddens”, uma vez que “os perigos representados pelo aquecimento global não são palpáveis, imediatos ou visíveis no decorrer da vida cotidiana, por mais assustadores que se afigurem, muita gente continua

¹⁵ Conforme a ressalva de Loose (2016), por vezes, os termos ceticismo e negacionismo são empregados como sinônimos fora do âmbito científico. Todavia, como esclarece a autora, o ceticismo está relacionado essencialmente à cultura científica, promovendo a investigação, ao passo que o negacionismo diz respeito à refutação de ideais sem considerações objetivas.

sentada, sem fazer nada de concreto a seu respeito” (GIDDENS, 2010, p. 20). Assim, a alteração do clima é vista como um problema que é lembrado, mas rapidamente esquecido, isto é, que não se mantém na cabeça das pessoas por muito tempo (KLEIN, 2014).

O quadro de incertezas acerca da mudança do clima instalado no campo científico reverbera em discursos de diferentes sujeitos, o que pode provocar variados modos de compreensão do problema. O discurso jornalístico, por vezes, também se alimenta desse aspecto em seus relatos sobre o fenômeno. Para Loose (2016), neste sentido, é indispensável que o jornalismo traga uma ampla contextualização em seus conteúdos sobre a ciência climática, podendo, também, colaborar na atenuação da controversia causada pelos aspectos de incerteza. A seguir, focalizamos especialmente a questão do enfrentamento à mudança climática, destacando elementos como: medidas de mitigação e adaptação, vulnerabilidades e precaução diante do problema.

1.3 ENFRENTAMENTO E VULNERABILIDADES

Apesar das dúvidas, equívocos e contradições que, não raras vezes, delineiam os discursos sobre a mudança do clima, nas últimas décadas, os países desenvolvidos e também os em desenvolvimento buscam enfrentar o problema a partir de um conjunto de ações em níveis global e local. Trata-se da governança climática¹⁶, isto é, de um amplo conjunto de processos e articulações realizadas por diferentes sujeitos, tais como o Estado, o mercado e a sociedade civil. É com base na organização de uma governança climática que as medidas de mitigação e adaptação costumam ser elaboradas, aplicadas e monitoradas. Neste presente estudo, não intencionamos aprofundar as diferentes implicações associadas ao conceito de governança, no entanto, reconhecemos sua importância para a problematização da gestão sociopolítica e econômica da alteração do clima. Como ressalta Loose (2016), o êxito de uma governança deste caráter depende da própria compreensão do que ela significa, bem como os desafios que pode trazer. Além disso, é necessário compreendermos que “a governança climática, como outras ideias, é atravessada por diferentes ideologias e interesses, o que acaba gerando um campo de disputas internas e prejudica a realização de ações eficientes para conter os riscos climáticos” (LOOSE, 2016, p. 177).

¹⁶ A governança climática também está atrelada à ideia de uma governança ambiental, uma vez que a mudança do clima se caracteriza como uma problemática específica diretamente relacionada às questões ambientais. Toda governança ambiental é marcada por conjunto de práticas que envolvem instituições e interfaces diversas que se voltam à conservação da qualidade do ambiente natural, bem como buscam estar em sintonia com os princípios da sustentabilidade (BURSZTYN E BURSZTYN, 2012).

Nos últimos anos, a inclusão e aprimoramento das chamadas medidas de mitigação têm sido uma realidade na agenda das políticas públicas da maioria dos países, sejam nações desenvolvidas ou ainda em desenvolvimento. A partir de ações nessa área, o que se busca é controlar, de diferentes maneiras, as consequências das emissões de gases do efeito estufa, em tentativas de mantê-las em níveis ao menos aceitáveis (GRIMM, 2016). Nas iniciativas mitigatórias, uma variedade de atividades costuma ser desenvolvida, tais como: substituição de combustíveis fósseis por combustíveis sustentáveis (como os biocombustíveis), preferência por energias oriundas de fontes renováveis, mercado de créditos de carbono, manejo adequado na agropecuária, preservação das florestas e mudanças graduais nos padrões de consumo historicamente construídos.

Por algum tempo, a política da mudança climática foi pensada como praticamente um sinônimo de política energética, tendo em vista a relação direta da energia fruto de combustíveis fósseis com o desequilíbrio climático antropogênico (BARBI, 2014). Com o passar do tempo, outros setores foram sendo gradualmente envolvidos nas iniciativas de mitigação, como, por exemplo, agricultura, construção civil, indústria e transportes. Todavia, se percebe até hoje que as medidas mitigatórias ainda são constantemente associadas à ideia de eficiência energética e ao uso de equipamentos com baixa emissão de carbono (LOOSE, 2016).

Ao refletir sobre as medidas de mitigação, Giddens (2010) defende a política energética e as inovações tecnológicas como partes centrais das estratégias para lidar com a mudança climática. Neste contexto, coloca-se como imprescindível “(...) tornar as fontes de energia limpa competitivas com as fontes de energia dos combustíveis fósseis, seja por meio da concessão de subsídios públicos, seja por meio de avanços tecnológicos” (GIDDENS, 2010, p. 139). A partir dessa compreensão do autor acerca da questão energética, o Estado passa a ser pensado como um “assegurador” e “facilitador” das ações de enfrentamento à alteração do clima.

Não pretendo retornar à antiga ideia de Estado como um agente de cima para baixo. O Estado atual tem que ser um “facilitador”: seu papel primordial é ajudar a acionar uma diversidade de grupos para que eles cheguem a soluções de problemas coletivos, sendo que muitos desses grupos atuarão de baixo para cima. (...) O Estado assegurador é um conceito mais forte. Significa que o Estado é responsável por monitorar os objetivos públicos e por procurar certificar-se de que eles se concretizem de forma visível e aceitável (GIDDENS, 2010, p. 95 e 96).

Para Klein (2014), medidas de mitigação que poderiam evitar catástrofes estacionam nas ameaças que elas trazem a uma elite minoritária que domina a economia mundial, o

processo político e os grandes meios de comunicação. Logo, o cumprimento de algumas metas recomendadas pelos cientistas significa, por exemplo, forçar algumas das empresas mais rentáveis do planeta, sobretudo às relacionadas aos combustíveis fósseis, a desacelerarem sua produção e, inevitavelmente afetarem consideravelmente seus lucros (KLEIN, 2014).

Em sua proposta para lidar com a problemática do clima, Giddens (2010) propõe a existência de uma consistente convergência política. Na visão do autor, algumas das áreas mais importantes a serem consideradas são: a segurança e o planejamento energético, as inovações tecnológicas, a política do estilo de vida e os aspectos negativos da riqueza. Basicamente, esta ideia de convergência política refere-se “ao grau em que as medidas políticas relevantes para mitigar as mudanças climáticas superpõem-se de forma positiva a outras áreas da política pública, de tal sorte que cada uma pode ser usada para fazer a outra avançar” (GIDDENS, 2010, p.97). O autor cita como exemplo, a utilização do automóvel no mundo contemporâneo. Historicamente, se teve a ideia de que o uso do carro confere liberdade e mobilidade, contudo, diante dos impactos da crise ambiental expostos nas últimas décadas, percebe-se que o uso (desenfreado) do automóvel também traz vários dilemas. Logo, torna-se necessário pensar em medidas como a redução da poluição gerada pelos carros a partir de alternativas como uma melhoria no transporte público.

Complementares às medidas de mitigação, as ações de adaptação concernem a qualquer ajuste ou adequação em sistemas naturais ou humanos em respostas aos impactos da mudança climática que já são percebidos e também aos previstos (BARBI, 2014). Por isso, iniciativas nesta área buscam, sobretudo, lidar as consequências, moderar os prejuízos socioeconômicos, reduzir a vulnerabilidade socioambiental e empoderar populações – especialmente as mais pobres – diante da variedade de efeitos do fenômeno.

As vulnerabilidades são componentes essenciais na formulação de políticas de adaptação, uma vez que se parte do entendimento básico de que nem todas as pessoas serão atingidas igualmente pelos eventos climáticos extremos, tampouco se adaptam às suas consequências de forma igualitária. Dentro de um contexto global, como assegura Giddens (2010), os países em desenvolvimento são muito mais vulneráveis aos efeitos da mudança do clima do que os desenvolvidos, tanto porque muitos deles se localizam em regiões mais voláteis climaticamente, como também por lhe faltarem os recursos que as nações industrializadas dispõem para promover ações adaptativas. Ao discorrer sobre as vulnerabilidades relacionadas aos desastres, incluindo os atrelados à mudança do clima, Valencio (2009) explica que:

A vulnerabilidade de expressivos contingentes humanos na inserção em áreas susceptíveis no território urbano decorre, ainda, da naturalização de um ordenamento territorial socialmente perverso, fruto da indiferença cotidiana do cidadão comum à estrutural iniquidade distributiva, fruto da frágil interlocução política dos empobrecidos, os quais têm seus direitos de cidadania diuturnamente contestados, e também da míope capacidade técnica do setor público, o qual opera em prol de interesses corporativos mais do que pelo bem estar social (VALENCIO, 2009, p. 10).

Historicamente, as nações – e regiões – mais pobres são as mais suscetíveis a sofrerem os impactos dos eventos climáticos por diversos motivos, como por exemplo, a habitação em áreas de maior risco em situações de seca ou enchentes. As comunidades mais vulneráveis, portanto, são aquelas que dispõem de menos recursos para se reestruturarem, sendo totalmente dependentes da ajuda do poder público (GRIMM, 2016). Por outro lado, nas populações mais ricas, as ações voltadas para a adaptação em relação à mudança climática costumam ter mais êxito, sendo constantemente aperfeiçoadas. Conforme sublinha Grimm (2016, p. 101), “uma seca de vários anos é administrada nos países mais desenvolvidos enquanto causa fome em países pobres, e a tendência é que essas diferenças sejam mais intensas no futuro”.

A questão da vulnerabilidade permeia toda a discussão, pois, se cai chuva forte em regiões de encosta e não tem ninguém morando lá, não haveria desastre natural. Mas, com a ocupação humana, estes são prejudicados quando ocorrem deslizamentos. Quem mora em lugares de risco, sem preparo, está mais exposto aos desastres e estas podem ter proporções inimagináveis. Essa fragilidade aparece claramente em todos os locais do mundo (GRIMM, 2016, p. 101).

Como enfatiza Giddens (2010), a premissa básica das políticas voltadas para a adaptação é construir um mapa detalhado acerca das vulnerabilidades locais e nacionais. Neste sentido, “a adaptação pode promover as inovações, exatamente como podem fazê-lo as estratégias de mitigação” (GIDDENS, 2010, p. 205). Isso significa que a adaptação nos coloca em frente à questão do planejamento, já que diz respeito a uma reflexão antecipada e sistemática sobre o problema. Por isso, conforme elucida o autor, é fundamental que a questão da adaptação seja entendida não somente como um mapeamento das vulnerabilidades e seu bloqueio, mas ainda como um trabalho aprofundado que busque compreender quais serão as consequências secundárias das estratégias de mitigação.

Grimm (2016) nos lembra de que, em virtude das discussões sobre a mudança climática concentrarem-se nas possíveis causas do aquecimento planetário, o enfrentamento das condições de risco e a vulnerabilidade – em especial, por parte dos grupos mais

suscetíveis aos impactos do problema – costumam ser elementos relativamente ignorados. “Este fato faz com que os prejuízos econômicos e as perdas humanas se acentuem agravando cada vez mais os perigos decorrentes dos eventos meteorológicos extremos” (GRIMM, 2016, p. 107).

Existem diferentes tipos de adaptação (IPCC, 2007), tais como a espontânea, a prévia ou proativa e a planejada. A categoria autônoma ou espontânea diz respeito à realização de medidas quando os eventos já começaram a acontecer. A adaptação prévia ou proativa, por sua vez, se refere às ações que autoridades governamentais e sociedade como um todo adotam antes das consequências das alterações climáticas serem percebidas. Já no que concerne a adaptação do tipo planejada, podemos compreendê-la como um conjunto de medidas que resulta de decisões políticas, a exemplo dos Planos de Mudanças Climáticas, Nacional e Estaduais (MAY; DA VINHA, 2012).

Os problemas que cercam a adaptação revelam-se ainda mais complexos do que os relacionados à mitigação (GIDDENS, 2010), visto que os diferentes contextos das regiões precisam ser sistematicamente avaliados na criação de medidas adaptativas que se voltam para os eventos já efetivamente ocorridos e também para aqueles que ainda podem vir a acontecer. Ademais, Giddens (2010) defende que as ações de adaptação necessitam ter um caráter principalmente proativo, isto é, devem ser marcadas pela prevenção dos impactos da mudança do clima. Como ressalva o autor, as iniciativas adaptativas reativas (voltadas para o “pós-evento”) também são importantes, mas o foco das políticas de adaptação precisa ser majoritariamente a prevenção de eventos que ainda não ocorreram.

A adaptação proativa (AP) se relaciona diretamente com a questão da vulnerabilidade, pois significa o diagnóstico destas (GIDDENS, 2010). O reconhecimento das vulnerabilidades não inclui apenas a percepção dos fatores físicos ou naturais, pois também é imprescindível levar em conta os aspectos estruturais de cada região. Por isso, o exame das vulnerabilidades comporta uma análise dos fatores econômicos, políticos, econômicos e socioculturais que estão imbricados na dinâmica dos desastres relacionados à mudança climática (VALENCIO, 2009).

O conjunto de ações de adaptação possui um caráter multissetorial e comporta diversos condutores, tais como o desenvolvimento econômico e a redução da pobreza (NEVES, 2012). Nesta lógica, fica reservado ao Estado não apenas a função de formular e executar políticas públicas, mas também de buscar envolver os cidadãos, com distribuição de direitos e responsabilidades por todos os diferentes níveis de governo (GIDDENS, 2010). Cabe, também, a compreensão de que as iniciativas de adaptação não se limitam a uma

dimensão local, já que para serem bem sucedidas precisam de cooperação nacional e internacional. Segundo Neves (2012), no entanto, apesar da evolução da ciência sobre o clima, as perdas em virtude da ocorrência de desastres têm aumentado globalmente, evidenciando que ainda é preciso mais investimentos e realizações políticas nesta área.

Conforme explicam May e Da Vinha (2012), é corrente o entendimento entre vários estudiosos de que as medidas focadas na adaptação devem lidar com as vulnerabilidades a partir de uma perspectiva de ordem sistêmica. Assim, torna-se possível considerar as dimensões ecológica, geofísica e socioeconômica do problema, levando em conta sua natureza multicausal e não linear. De acordo com os pesquisadores, as políticas públicas devem incluir ações coordenadas de planejamento, tendo atuação transversal com base em diferentes setores (agrícola, energia, transporte, florestal, entre outros). Além disso, é necessário integrar tais políticas e instrumentos de gestão territorial que já existem aos especialmente direcionados ao fenômeno da mudança do clima.

Grimm (2016) enfatiza que as ações de mitigação e adaptação diante dos possíveis impactos da alteração do clima são um imperativo na atualidade. Além disso, como ressalta a autora, para o aumento da capacidade de respostas em relação a essas medidas, é preciso considerar os diferentes tipos de contextos em que estão situados os países, cidades, comunidades, regiões e indivíduos. As medidas de enfrentamento, tanto no âmbito da mitigação quanto da adaptação, precisam interligar a atuação de diferentes indivíduos e instituições. Para que o problema seja efetivamente respondido, é imprescindível, portanto, que haja uma integração entre os múltiplos setores sociais, não restringindo essa questão à esfera do Estado, muito menos ao nível individual (atuação pessoal de cada cidadão).

O enfrentamento da mudança climática também é orientado pelo chamado princípio de precaução – por vezes, também conhecido como princípio cautelar –, que pode ser sintetizado a partir da frase “é melhor prevenir que remediar” (GIDDENS, 2010). Autores como Grimm (2016) defendem que diante de um cenário permeado por incertezas, lançar mão desse princípio permite que a sociedade atente para os efeitos adversos do aquecimento global e consiga adaptar-se à mudança do clima. Esta ideia é utilizada para estimular a realização de várias ações cautelosas levando em consideração as possíveis – mesmo que sem certezas absolutas – consequências danosas para o planeta e seus habitantes. Tal princípio, portanto:

Defende a tomada de medidas de mitigação – priorizadas em virtude da dificuldade de determinação de impactos locais e regionais – e de adaptação aos efeitos que inevitavelmente serão sentidos pela sociedade, sobretudo os grupos mais vulneráveis com menor capacidade de adaptação (GAMBA, 2015, p. 36).

Loose (2016) enxerga a questão da precaução como um princípio moral e político, que na ausência de certeza científica, serve para afirmar a existência de consequências sérias e danosas, contribuindo na elaboração de medidas que possam prevenir prováveis impactos da mudança do clima. Em outras palavras, “o princípio da precaução objetiva garantir que riscos potenciais não sejam desencadeados, já que o estado de conhecimento a respeito deles é ainda incipiente” (LOOSE, 2016, p. 187). A autora, no entanto, sublinha que o princípio também é controverso¹⁷, já que há diferentes apropriações em torno dele.

Como discutimos neste capítulo, a mudança climática é construída por diferentes dimensões e interliga-se a variados processos da sociedade. Compreender seus vínculos com os modos de produção, consumo, estilo de vida e racionalidade predominantes no mundo contemporâneo nos permite uma aproximação menos ingênua com a complexidade do fenômeno. Sendo, também, um objeto do discurso de sujeitos posicionados em diversos lugares sociais, a mudança do clima é constantemente reiterada e atualizada em discursos de mediação, como o “jornalístico” (MARIANI, 1998).

No capítulo seguinte, com base em pesquisas mapeadas em nosso Estado da Arte, refletimos sobre como o jornalismo costuma abordar esta temática. Além disso, destacamos as peculiaridades que conformam o jornalismo de revista; evidenciamos algumas particularidades da relação entre jornalismo e ciência; e ainda discorremos sobre nosso objeto empírico, a revista *Superinteressante*, pontuando aspectos editoriais e históricos da sua constituição.

¹⁷ Se por um lado, em alguns momentos, tal ideia é empregada como justificativa para manter o *status quo* e fazer avançar as medidas protecionistas, por outro, o princípio pode ser acusado de ajudar a barrar o desenvolvimento da própria ciência (LOOSE, 2016).

2 OS DIZERES DO JORNALISMO

Por se configurar como uma prática – social e discursiva – historicamente associada a finalidades e valores nobres e democráticos, o jornalismo ocupa seu lugar de narrador autorizado a conferir sentidos a acontecimentos e problemáticas de grande impacto, tais como a mudança climática. A partir deste capítulo, intencionamos adentrar ao jornalismo, reconhecendo este, sobretudo, como um tipo de discurso que atua na constituição do imaginário social e na cristalização da memória do passado, bem como na construção da memória do futuro (MARIANI, 1998).

Compreendemos que as discussões relacionadas à questão do clima ganham fôlego na contemporaneidade não somente pela mobilização da ciência, dos movimentos ambientalistas e dos poderes públicos, como também em virtude da atuação da instância midiática, em especial, do discurso jornalístico. Nas notícias, reportagens, entrevistas e outros diversos formatos, há uma constante atribuição de sentidos à mudança climática, onde se reitera a sua urgência e, também, se oferta modos de pensá-la. Dessa maneira, o jornalismo contribui para a manutenção do tema na sociedade, mas não faz isso sem ser necessariamente atravessado por ideologias, imaginários e vozes circunscritas em lugares diversos. Como defende Carvalho (2011), os veículos sempre funcionam com base em lógicas e dinâmicas próprias que condicionam a maneira como a mudança climática será construída discursivamente. Há, portanto, uma série de elementos que afetam a produção dos dizeres, bem como o trajeto que estes dizeres acabam tomando no tempo.

Neste capítulo, primeiramente, buscamos entender como tem se dado a relação do jornalismo com o tema da mudança climática. Para tanto, trazemos contribuições de pesquisas¹⁸ realizadas no Brasil e em outros países. Trata-se de nosso Estado da Arte que reúne uma série de estudos que apontam como a mudança climática se manifesta nos dizeres do jornalismo. Posteriormente, nos detemos às especificidades que conformam o fazer jornalístico das revistas, buscando compreender quais são os fatores que contribuem para tornar o jornalismo de revista um tipo de prática singular. Na sequência, também discutimos, de modo breve, aspectos presentes na relação entre jornalismo e ciência. Por fim, caracterizamos nosso objeto empírico, a Superinteressante, evidenciando elementos que marcam sua história e dizem acerca de sua proposta editorial.

¹⁸ Tais pesquisas fazem parte do Estado da Arte da nossa investigação, iniciado ainda em 2015.

2.1 SOBRE O QUE VEM SENDO DITO

A mudança climática é um assunto presente na imprensa mundial desde os últimos anos da década de 1980. A cobertura jornalística, no entanto, não é contínua e sistemática, apresentando várias falhas como a falta de amplitude e urgência intrínsecas à questão (LOOSE; CARVALHO, 2015). Os fatores que mais contribuem para que a alteração do clima venha a ser pauta no jornalismo são os eventos climáticos extremos com proporções catastróficas, o debate político através de negociações internacionais entre os países e relatórios científicos que costumam apresentar novidades sobre o fenômeno. Observa-se, ainda, que a mudança climática tem recebido um espaço considerável e cada vez mais crescente no fazer jornalístico de vários países (SCHMIDT; IVANOVAA; SCHAFERB, 2013).

O discurso jornalístico sobre a mudança do clima é atravessado e conformado por ações de diversos campos – científico, econômico, político e ambiental, são alguns exemplos – que buscam legitimar seus argumentos e posições. A batalha por visibilidade midiática faz com que os diferentes sujeitos desenvolvam vários tipos de estratégias comunicativas e discursivas para promoverem suas perspectivas (CARVALHO, 2011). Ao mesmo tempo, os jornalistas também elaboram formas específicas de abordar o fenômeno, variando conforme cada veículo, tais como: critérios de noticiabilidade, normas e culturas profissionais e política editorial.

Nas últimas décadas, o jornalismo lançou mão de diversos tipos de abordagens e recursos para discursivizar sobre a mudança do clima. Cardoso (2013), apoiado em estudos de pesquisadores estrangeiros, sintetiza como se dá o tratamento jornalístico da questão em diferentes períodos. Segundo o autor, durante os anos 1980, a cobertura era esparsa e confinada às vozes da ciência especializada no assunto. Na década seguinte, o viés predominante referia-se à especulação sobre a veracidade do aquecimento global, bem como a discussão de suas origens e causas. Já nos anos 2000, os aspectos políticos dos acordos internacionais passam a dividir espaço com o chamado enfoque alarmista ou catastrofista.

As pesquisas que refletem sobre como a temática da mudança do clima vem sendo tratada pelo jornalismo brasileiro e de outros países partem de diferentes objetivos e fazem uso de variadas perspectivas teórico-metodológicas, tais como: Análise do Agendamento, Análise de Conteúdo, Análise de Discurso e Análise do Enquadramento. Percebe-se, também, que a maioria dos trabalhos voltados para a interface jornalismo e mudança climática traz

como objetos empíricos veículos da mídia impressa (essencialmente jornais e revistas), como é o caso da nossa investigação.

O ano de 2007 foi observado por Cardoso (2013) como um momento especial no que tange à cobertura do jornalismo brasileiro sobre o tema. Com base nesse período repleto de acontecimentos históricos – divulgação do 4º relatório do IPCC e lançamento do documentário *Uma verdade inconveniente*, por exemplo –, o autor ressalta o conflito entre as demandas por crescimento econômico e desenvolvimento sustentável em conteúdos publicados pelos jornais *Folha de São Paulo* e *O Globo*. Já Moraes (2015), ao intencionar compreender como se constitui o enquadramento discursivo sobre a mudança climática nas quatro principais revistas semanais de informação do Brasil – *Veja*, *Época*, *Isto É* e *Carta Capital* –, evidencia a preponderância do viés econômico em todas essas publicações. Segundo a autora, a maior parte das matérias analisadas ancora-se em uma racionalidade instrumentalista e tecnocrática.

O trabalho realizado pela Agência de Notícias dos Direitos da Infância (Andi) monitorou 50 jornais diários entre 2005 e 2008 e apontou maior espaço ao efeito estufa, fontes energéticas e outras alterações climáticas (VIVARTA, 2010). A pesquisa também apresenta limitações no tratamento jornalístico sobre a questão, como por exemplo, a concentração da cobertura nos jornais de grande circulação. Ou seja, os noticiários de menor alcance ainda apresentam uma série de dificuldades no agendamento do assunto. Outra observação de Vivarta (2010), diz respeito à falta de transversalização do debate:

Os desequilíbrios climáticos continuam sendo abordados como um problema de cunho exclusivamente ambiental por parte significativa da imprensa brasileira. Nesse sentido, é preciso que o tema deixe de figurar apenas nas páginas especializadas e assuma um caráter transversal, contemplando não apenas os aspectos técnicos relacionados ao fenômeno, mas também trazendo para o centro da discussão questões relativas à política, à economia e ao comportamento (VIVARTA, 2010, p. 62).

Com o propósito de compreender o agendamento e o discurso sobre a mudança climática no jornal *Diário Catarinense*, Derosa (2013) observou que o desenvolvimento do assunto foi ancorado, principalmente, em fontes e dados científicos, que também acabaram por ditar o enfoque predominante da cobertura. Coutinho (2014), por sua vez, buscou entender como a mudança do clima foi representada nos jornais *Folha de São Paulo*, *O Globo* e *Jornal do Commercio*, especialmente no mês que antecedeu a Rio+20. A autora identificou a necessidade de combater o reducionismo simbólico no noticiário que desarticula e

fragmenta a consciência sobre a complexidade dos problemas e dos desafios da mudança do clima para encontrar respostas políticas, sociais, econômicas e ambientais que atenuem a crise do desenvolvimento humano. Outra pesquisa que analisa o tratamento jornalístico acerca do tema em jornais e revistas é o trabalho de Netto (2013), que objetivou compreender como a mudança do clima foi abordada discursivamente pelos jornais *Folha de São Paulo*, *O Globo*, *O Estado de S. Paulo* e pela revista *Veja*. O estudo enfatiza, entre outras conclusões, a predominância de um viés sensacionalista no que se refere à divulgação dos resultados apresentados pelo IPCC.

Bueno (2013) critica o tom alarmista que alguns veículos adotam diante da divulgação de relatórios científicos e em momentos de eventos internacionais sobre o tema. Em sua ótica, um fator que desfavorece o entendimento dos cidadãos acerca da questão é o sensacionalismo dos meios de comunicação, que se valem, muitas vezes, de dados e declarações bombásticas para aumentar a audiência (BUENO, 2013). Por seu turno, Carneiro (2008) defende que abordagens carregadas de recursos sensacionais sobre a mudança do clima podem contribuir para popularizar um assunto científico de alta complexidade. Com base em análise de matérias do jornal *O Globo*, a autora observou como o emprego de fórmulas narrativas apelativas serviu para atrair a atenção dos leitores. Ademais, o uso de elementos de captação não foi avaliado como prejudicial à imagem do veículo, uma vez que “o sensacionalismo não chega a esbarrar em um aspecto essencial: a credibilidade e a reputação pública de que depende todo jornal” (CARNEIRO, 2008, p. 158).

Os efeitos das mudanças no clima, frequentemente, são apresentados pelo jornalismo através de um viés alarmista, com ênfase nas catástrofes. Esse tipo de abordagem, que busca enquadrar o assunto a partir de seus efeitos negativos, é uma das maneiras mais recorrentes de capturar a atenção do público. Como assevera Amaral (2013), as catástrofes, como as relacionadas ao clima, enquadram o discurso sobre questões ambientais de um modo menos abstrato, “pois normalmente ele é visto fora das relações sociais complexas, ou seja, o discurso ambiental se materializa em questões sociais quando ocorre uma catástrofe” (AMARAL, 2013, p. 184). Entretanto, conforme O’Neill e Nicholson-Cole (2009), as representações que associam a alteração climática ao medo (e demais elementos dramáticos) podem causar sensação de impotência nos sujeitos receptores, já que estes se sentiriam incapazes de agir diante de um problema aparentemente sem solução.

Loose (2016) ressalta que a abordagem essencialmente orientada pelo o alarmismo ainda é bastante discutida, uma vez que ainda não é possível ter certeza se o enfoque das notícias sobre a mudança climática a partir de seus efeitos negativos contribui para uma

conscientização e mobilização do público ou, ao contrário, os afastariam ainda mais da questão. Os discursos alarmistas, portanto, podem dificultar o enfrentamento dos impactos do fenômeno, gerando sentimentos de apatia e descrença (CARVALHO et al , 2011) dos sujeitos consumidores da informação jornalística.

Ainda em relação ao uso de elementos sensacionais em relatos sobre a questão do clima, Lozano Ascencio (2013) explica que, ao adotarem determinados critérios profissionais e narrativos de seleção, hierarquia e reconstrução, os veículos jornalísticos realizam uma importante mediação sobre os riscos catastróficos. Em outro texto, o autor ainda sublinha que os meios de comunicação não abordam a totalidade de eventualidades catastróficas que acontecem, já que escolhem, classificam e aprofundam somente aquelas ocorrências que possuem mais importância de acordo com seus próprios critérios jornalísticos (LOZANO ASCENCIO, 2015).

Outra questão discutida por várias pesquisas se refere à (in) visibilidade dos cientistas comumente chamados de céticos. Carvalho *et all* (2011 p. 107) os definem como “um pequeno número de indivíduos que negam a ocorrência das alterações climáticas ou a sua natureza antropogênica”. Essa parcela da comunidade científica, portanto, costuma assumir posicionamentos divergentes em relação aos relatórios de entidades como o IPCC.

Bueno (2013), por sua vez, questiona a maneira como a ciência sobre o clima é trabalhada pelo jornalismo brasileiro. De acordo com o autor, mesmo que maioria da comunidade científica defenda que o aquecimento global possui relação direta com a ação civilizatória do homem, os jornalistas precisam dar conta de equilibrar as versões dos relatos sobre a alteração do clima, sem deixar de considerar a diferença quantitativa entre aqueles que adotam a perspectiva cética e os que defendem a existência antropogênica do fenômeno.

Ainda no que concerne às dúvidas e discordâncias recorrentes na ciência, Boykoff e Boykoff (2007) explicam que, nos anos 1990, a cobertura jornalística sobre a mudança climática em países como os Estados Unidos se concentrou especialmente no chamado “duelo entre os cientistas”, em que a imprensa buscava equilibrar suas matérias por meio da exposição de argumentos discordantes entre os pesquisadores. Neste contexto, enquanto os eventos internacionais e novos relatórios científicos eram marcados pelo uso de uma linguagem mais cautelosa – que segundo os autores não era capaz de atender às demandas jornalísticas em relação ao frescor e novidade – os sempre presentes “dueto entre os cientistas” eram invocados frequentemente pelo jornalismo com uma dose dramática de desacordo (BOYKOFF; BOYKOFF, 2007).

Uma série de pesquisas que analisa a cobertura do jornalismo norte-americano sobre o tema destaca a “busca por equilíbrio informativo” como um fator deturpador da compreensão pública acerca do problema. Assim, o histórico *ethos* jornalístico, particularmente o ideal de cobertura equilibrada ou balanceada, tem sido observada como uma notável barreira nos relatos sobre questões climáticas (MUÑOZ & SOMMER, 2011). As investigações também ressaltam que a fiel adesão dos jornalistas às normas profissionais, em conjunto com a pretensa objetividade e imparcialidade, deturpam a perspectiva hegemônica sobre a questão e contribuem para uma inação pública diante do fenômeno (BOYKOFF; BOYKOFF, 2007).

Outro problema da cobertura acerca do tema apontado por Loose e Carvalho (2015) diz respeito à falta de conexões entre a mudança climática e o público-leitor. O jornalismo, muitas vezes, trata o fenômeno essencialmente a partir de uma perspectiva global, deixando de relacioná-lo com o cotidiano de seus leitores.

A lógica jornalística dominante impede que a imprensa desenvolva um papel maior frente ao enfrentamento dos riscos climáticos, a despeito de manifestar potencial para isso. Os profissionais percebem que muitas pautas surgem do contexto internacional (afastando o problema do contexto local), mas, mesmo acreditando que o clima esteja mudando, estão arraigados demais a pressupostos jornalísticos que privilegiam o efeito e não o processo (LOOSE; CARVALHO, 2015, p. 30).

Além do mapeamento de “quem fala” sobre o assunto, outros elementos observados pelos estudos são a evolução da abordagem e a angulação conferida aos conteúdos jornalísticos. Em pesquisa que abrange jornais de vinte e sete países de diferentes continentes, Schmidt, Ivanovaa e Schäferb (2013) observam que a cobertura sobre a mudança do clima tem aumentado em todas as nações, apesar de algumas diferenças pontuais no que se refere ao tratamento da questão. Os autores também ressaltam que atenção dos veículos noticiosos ao fenômeno é, sobretudo, elevada em países dependentes de carbono e com compromissos assumidos no âmbito do Protocolo de Kyoto.

O trabalho de Brüggemann e Engesser (2014) enfoca as percepções de jornalistas de cinco países diferentes (Alemanha, Índia, Suíça, Reino Unido e Estados Unidos) em relação à temática da mudança climática. Os autores reconhecem os jornalistas que escrevem sobre questões climáticas como mediadores fundamentais entre a ciência e a esfera pública. Além disso, observam que os jornalistas formam uma comunidade interpretativa que compartilha um amplo consenso sobre a dimensão antropogênica da problemática do clima. Mesmo com as diversas variantes contextuais associadas ao trabalho destes jornalistas, existe uma base comum na interpretação da mudança climática, bem como na avaliação e no tratamento das

perspectivas céticas referentes ao fenômeno. Sobre este último aspecto, os autores sublinham que embora os jornalistas até cite a opinião de cientistas céticos, poucas vezes fazem isso juntamente com uma avaliação crítica, reflexiva e contextualizada.

McCann (2009) analisou o enquadramento conferido ao tema entre os anos 1989 e 2009 em quatro revistas: *Maclean's* (Canadá), *Newsweek* (Estados Unidos), *The Economist* (Inglaterra), e *U.S. News and World Report* (Estados Unidos). Dentre as conclusões da pesquisa, destaca-se a predominância histórica do enquadramento político-econômico. Além disso, evidencia-se uma ascensão do enquadramento social-cultural em detrimento do enquadramento científico. Para o autor, a abordagem a partir de questões sociais e culturais pode contribuir para aproximar o leitor ao assunto, pois o fenômeno deixaria de ser uma questão apenas inscrita no âmbito da ciência para ser, finalmente, situada na ordem do cotidiano.

A investigação de Nettles (2013) analisa a abordagem da mudança climática em 48 revistas populares estadunidenses. As publicações analisadas se inscrevem em segmentos variados, desde as voltadas ao público feminino até aquelas especializadas em esportes. Entre os resultados da pesquisa, destaca-se o tratamento superficial da temática a partir de uma abordagem dispersa e fragmentada. Além disso, a autora evidenciou que, de uma maneira geral as revistas privilegiaram o consenso científico em detrimento da controvérsia (posicionamentos contrários sobre o problema). Diferentemente da cobertura de jornais diários e de outros tipos de veículos, as revistas populares trabalharam a problemática do clima como um fato já dado. Ou seja, foi verificado que as publicações dão ênfase as implicações do fenômeno – envolvimento pessoal, impactos e decisões políticas –, deixando de lado a apresentação e discussão de perspectivas opostas sobre o problema.

Ford e King (2015) investigaram a cobertura e o enquadramento das ações de adaptação à mudança climática em quatro influentes jornais da América do Norte – *Globe & Mail*, *Toronto Star*, *New York Times* e *Washington Post* – entre os anos de 1993 e 2013. Ao longo do período de observação, os autores notaram que os conteúdos que focaram a adaptação aumentaram em anos específicos, como 2007, 2012 e 2013. Embora essa dimensão do problema tenha permeado toda a cobertura dos jornais analisados, verificou-se que, de modo geral, ela permaneceu ofuscada pelos impactos da mudança climática e suas estratégias de mitigação. Entre os conteúdos que trataram a questão adaptação, notou-se que maioria descreveu a importância de se adaptar-se ao fenômeno, com pouco destaque e discussão com base nos exemplos de medidas adaptativas que já são realizadas (FORD; KING, 2015). O estudo apontou que até 2011, as adaptações citadas nestes jornais eram, sobretudo, de caráter

antecipatório. Nos dois anos seguintes, as adaptações foram discutidas, especialmente, como resposta a um contexto marcado por eventos climáticos extremos como o Furação Sandy, em 2012, e as intensas inundações no Canadá, em 2013.

Os pesquisadores Reyes, Raigada e Mariño (2015) também adotaram um recorte temporal mais extenso a fim de compreenderem quais foram os acontecimentos mais presentes na abordagem da mudança climática realizada pela imprensa espanhola num período de mais de uma década. Os jornais analisados, de 2000 a 2014, foram os seguintes: *El País*, *El Mundo* e *La Vanguardia*. Os autores apontam diferentes fases da cobertura sobre o fenômeno, elegendo 2007 como o ano em que as questões climáticas ganharam mais evidência. Além disso, sublinham que a atenção jornalística à mudança do clima descreve um caminho sinuoso, visto que apesar da presença constante em notícias e reportagens, a cobertura segue um padrão irregular, marcado por altos e baixos (REYES & RAIGADA & MARIÑO, 2015).

A pesquisa de Sáez (2012) destaca elementos peculiares na cobertura sobre a mudança climática na imprensa da Argentina. Entre os resultados mais importantes, a autora enfatiza a predominância do enquadramento associado à disputa entre países em negociações internacionais. Assim, nota-se que ao contrário de veículos de outras regiões do mundo que, muitas vezes, destacam a divergência entre cientistas, no jornalismo argentino prevalece a apresentação do conflito entre nações desenvolvidas e ainda em desenvolvimento. Segundo a autora, uma das consequências desse enquadramento predominante é a excessiva ênfase na dimensão global do problema, relegando as implicações do fenômeno nas realidades locais do país. Outro dado importante desta investigação diz respeito à escolha das fontes para falar sobre a mudança climática. Conforme verificou Sáez (2012), a palavra mais autorizada no discurso jornalístico é a dos cientistas sociais, biólogos, físicos, climatologistas, geógrafos e oceanógrafos. Esta observação, segundo a autora, se relaciona com a preferência dos jornalistas às publicações de prestígio científico, como *Science*, *Nature*, *Proceedings*, *British Medical Journal*.

No contexto do jornalismo praticado em Portugal, Carvalho et al. (2011) analisaram a representação da mudança climática na mídia impressa (jornais *Correio da Manhã*, *Expresso*, *Público* e revista *Visão*) e em emissoras televisivas (*RTP1*, *RTP2*, *SIC* e *TVI*) do país. O estudo aponta que o alarmismo não é um elemento recorrente nos veículos impressos de Portugal. No entanto, no caso do telejornalismo, foi percebido um emprego maior de aspectos emocionais a partir do uso das imagens e da linguagem específica da televisão como um todo. As autoras também evidenciaram que a alteração climática é trabalhada, sobretudo, como uma

questão de política internacional, ou seja, os veículos portugueses situam o problema em um quadro fundamentalmente global, menosprezando aspectos de caráter nacional e local.

Girardi e Moraes (2013) defendem que para a mudança climática ser trabalhada jornalisticamente de forma interessante e responsável é preciso que os jornalistas assumam a perspectiva do chamado Jornalismo Ambiental. A pauta sobre a questão deveria ser transversal, incorporar uma visão sistêmica, trazer uma pluralidade de pontos de vista e considerar a complexidade inerente ao acontecimento abordado. Todavia, como pontua Loose (2016), esse tipo de jornalismo mais aprofundado e até holístico, compreendido como o ideal para gerar consciência e ação pública, ainda é bastante raro nos veículos brasileiros. A autora reconhece que a prática do Jornalismo Ambiental pode ser verificada em revistas, já que estas possuem uma periodicidade mais alargada (o que discutiremos mais adiante). Entre os vários fatores que dificultam a cobertura jornalística de questões ambientais, como a mudança climática, Loose (2016) aponta que:

Em razão da pressão do tempo, do enxugamento das redações e da cada vez mais frequente ausência de profissionais experientes e especializados, grande parte dos jornais, especialmente os que não têm circulação nacional, as notícias que poderiam ser ambientais limitam-se a tratar de um aspecto do meio ambiente, da mesma forma como cobriria um aspecto político, esportivo ou de polícia. Restrições de diferentes ordens fazem com que a forma de construir as notícias em conformidade com os estudos do jornalismo ambiental não seja possível (LOOSE, 2016, p. 62).

Para um entendimento coeso acerca dos padrões de longo prazo na cobertura jornalística sobre questões ambientais, incluindo a questão da mudança climática, é necessário olharmos para outros lugares, isto é, para além das características intrínsecas e próprias do problema. Precisamos, portanto, avaliar cuidadosamente as redes relacionais ou “arenas” em que estas questões surgem e evoluem (BOYKOFF; BOYKOFF, 2007). Apesar de a cobertura jornalística sobre a mudança do clima ter aumentado significativamente nos últimos anos, ainda é preciso dar um salto quântico nas abordagens realizadas pelos veículos, pois aspectos como as manchetes catastrofistas não têm contribuído para as transformações de práticas que costumam aumentar as emissões de gases de efeito estufa (GIRARDI; MORAES, 2013).

Além de ser uma área do conhecimento e uma prática profissional contornada por processos e lógicas particulares, o jornalismo é um potencial produtor de sentidos no cenário contemporâneo (BENETTI, 2010), tanto em razão de seu alcance, quanto de sua legitimidade historicamente construída. Por isso, compreendemos que através de diferentes formas e angulações, o discurso jornalístico sobre a mudança climática pode vir a contribuir para a minimização de ações que freiem ou minimizem os impactos do problema, sejam elas no

âmbito domiciliar ou ainda nas esferas de decisão política (LOOSE; CARVALHO, 2015). No que se refere especialmente às decisões políticas sobre a mudança climática, é preciso sublinhar o fato dos veículos jornalísticos constituírem um importante fórum para a formação de opinião e legitimação da questão (SCHMIDT; IVANOVAA; SCHAFERB, 2013), que passa a ter maior visibilidade a partir de uma ampla oferta de dizeres.

Após discorrermos sobre várias pesquisas que abordam a relação entre jornalismo e mudança climática, no subcapítulo posterior, nossa atenção recai essencialmente nos contornos do jornalismo de revista. Discutimos sobre as lógicas e dinâmicas de funcionamento desse tipo de produto, destacando algumas das principais especificidades concernentes às publicações impressas.

2.2 O FAZER JORNALÍSTICO EM REVISTA

É possível definir a revista através de diferentes horizontes conceituais. Ao mesmo tempo, ela é um meio de comunicação, um produto jornalístico peculiar (TAVARES, 2011), uma marca, um negócio, um conjunto de serviços, uma mistura de jornalismo e entretenimento (SCALZO, 2008), uma sofisticada engrenagem que transmite valores através de operações racionais, emocionais e sensoriais (HERNANDES, 2004), um dispositivo com princípio ordenador (SCHWAAB, 2013) e um repositório de temas diversos sobre a atualidade (BENETTI, 2013). Apesar da notável diversidade de características, a identidade da revista possui marcas bem delimitadas, orientadas tanto por uma periodicidade singular quanto por uma “(...) condição material e discursiva específica, que dialoga com o contexto do qual ela é parte constituinte” (TAVARES; SCHWAAB, 2013, p. 27).

Toda revista opera a partir de uma lógica que visa ofertar modos de conhecer a realidade, informando e orientando sobre a nossa temporalidade complexa, ou seja, ela sustenta “um discurso imbricado na contemporaneidade, não apenas como lugar do atual, mas, especialmente de compartilhamento sobre o que importa saber agora e como deve agir o sujeito do seu tempo” (SCHWAAB, 2013). Neste tipo específico de mídia impressa e periódica mesclam-se variáveis editoriais, institucionais, históricas e mercadológicas, elementos que interferem de diferentes maneiras na “racionalidade revistativa” (TAVARES, 2011) de cada veículo.

A segmentação é uma marca que remete ao fazer jornalístico e às origens do produto revista, uma vez que esse meio de comunicação surgiu e se expandiu, em grande parte, devido à produção de publicações voltadas para certos coletivos sociais – trabalhados como tipos ou

nichos de leitores – com interesses próprios e traços culturais, econômicos e políticos específicos, e que passaram a ser mais observados, sobretudo, nas últimas décadas do século XX. A segmentação como um elemento estratégico do fazer jornalístico das revistas (MIRA, 2004), faz com que estas venham a se adequar a uma época e a um público-alvo (segmento) específico (VALLADA, 1989), sem nunca deixar de serem tensionadas pela junção de questões empresariais, históricas e mercadológicas (TAVARES, 2013).

No universo das revistas, algumas publicações são criadas ou até mesmo transformadas para atingir determinados públicos. Por meio da segmentação, os veículos trabalham com interesses específicos (meio ambiente, gastronomia, moda, ciência, celebridades, economia, esporte, política, saúde, entre outros) conforme a demanda de uma comunidade de leitores. Ao estar amplamente orientado pela noção de segmentação, o jornalismo de revista estabelece-se a partir das regras do funcionamento de uma economia de mercado centrada no consumo (STORCH; ELMAN, 2015). Como explica Tavares (2008), a segmentação não se dá apenas pelo recorte de público, mas ainda de especialidade temática, de competências profissionais e discursivas. Dito de outra forma, uma revista segmentada é feita para uma audiência determinada e, por isso, exige textos, abordagens e coberturas particulares.

O processo produtivo e organizacional de uma revista não se baseia fundamentalmente em referentes factuais, como é o caso dos jornais, por exemplo. Devido ao próprio efeito da segmentação, que será mais ou menos saliente conforme a publicação em questão, as revistas apostam em abordagens mais interpretativas, analíticas e que, de alguma forma, possuam certo grau de coerência com seus perfis editoriais. No entanto, isso não significa que elas estão dispensadas de trazer elementos de novidade ao construírem dizeres sobre uma questão.

A atividade desempenhada pelas revistas, portanto, se direciona especialmente ao que é da ordem da atualidade, diz respeito a um tempo presente (TAVARES, 2013). Tal aspecto não está inscrito apenas na maneira como o jornalismo de revista “(...) lida com questões do presente, mas como torna atuais, por meio de esforços temáticos, determinados enquadramentos pertinentes ao espírito do tempo em que vivemos” (SCHWAAB, 2013, p. 72). Logo, a dinâmica de tratamento dos acontecimentos ocorre de forma peculiar nas revistas, quando comparamos estas com outros meios de comunicação, principalmente os que se voltam para coberturas diárias.

No jornalismo em geral, o acontecimento cumpre papel decisivo na formulação cotidiana de uma rede de facticidade que funciona como grade de leitura para o devir social e seu presente. Na revista, no entanto, mais que isso, é justamente a questão do tempo, para além do acontecimento, aquela que aparece e se evidencia (TAVARES, 2013, p. 81).

Além dos traços visuais e gráficos, as revistas também se diferenciam dos jornais devido à forma como pensam e trabalham seus conteúdos, já que possuem um regime de prática e tempo particular. A finalidade desse tipo de publicação não se restringe a apresentar informações sobre os fatos do momento, visto que o compromisso informativo é complementado com outras atribuições. Como explica Scalzo (2008, p.13), as revistas exercem funções “mais complexas que a simples transmissão de notícias; entretêm, trazem análise, reflexão, concentração e experiência de leitura”. Além do fator da periodicidade, Vogel (2013) sublinha outros aspectos que distinguem as revistas dos jornais, tais como: a formulação das pautas, o tempo de apuração, o tratamento da linguagem e o desenho das páginas.

A temporalidade das revistas é expandida, diversa e heterogênea. Por meio de suas lógicas e processos, as publicações organizam, a cada edição, um tempo mais dilatado que o dos jornais e “com isso, desmontam e remontam os noticiários, as atualidades, as vivências” (VOGEL, 2013, p. 2013). Ainda no que concerne à questão da temporalidade, Benetti (2013) explica que nesse tipo de jornalismo a noção de presente é estendida, isto é, atual é sinônimo de contemporâneo e não de novo. Além disso, as publicações atuam na construção de uma memória coletiva entre às quais temos acesso (FRANÇA, 2013) e constroem discursos sobre o mundo de forma lenta, reiterada, fragmentada e emocional (BENETTI, 2013).

A fim de demarcarem posição e obterem reconhecimento, as revistas se orientam com base em contextos socioculturais específicos e suas identidades constroem-se através dos sentidos produzidos na relação com o público. A interação entre veículo-leitor ocorre de maneira particular quando se trata de jornalismo de revista, uma vez que as publicações devem ocupar os vazios informativos deixados pela cobertura diária (VILAS BOAS, 1996) e provocar sensações que mantenham os leitores interessados em seus conteúdos ofertados.

Compreendemos que o próprio aprofundamento dos assuntos, através de variados níveis opinativos e interpretativos, também é uma forma de estabelecer relações de confiança e fidelidade com o público. Dessa forma, a revista se apresenta como um veículo autorizado, e em muitos casos especializado, para falar sobre algo, já que pode conferir tratamento especial aos fatos (detalhes, contrapontos, contextos, curiosidades e inúmeros recursos visuais) e, conseqüentemente, ajudar o leitor em seu cotidiano, em sua vida prática (SCALZO, 2008).

Como sintetiza Ali (2009), revista é, antes de tudo, relacionamento. Por essa razão, as publicações não edificam sua produção somente a partir de uma matriz racional e estritamente informativa. Ao contrário, elas buscam estabelecer uma relação direta e emocional com o leitor (BENETTI, 2013), marcada, muitas vezes, por uma linguagem mais intimista e

interpelativa. Assim, o fazer revistativo (TAVARES, 2011), é envolvido por esse jogo de expectativas e reconhecimentos, que é essencial para qualquer troca comunicativa, mas no jornalismo de revista é algo, antes de tudo, fundante (STORCH, ELMAN, 2015).

O jornalismo de revista está intimamente ligado às expectativas dos leitores. Diferentemente do jornal impresso, que busca abarcar os fatos do mundo de um modo mais objetivo e geral, dividindo-se em cadernos (ou editorias) que pretendem atingir o maior grupo de pessoas possível, a revista costuma ser especializada, com características próprias que dizem de sua identidade. Mesmo as revistas jornalísticas que tratam de assuntos mais variados, reúnem todos eles sob uma mesma identidade, que se liga ao seu grupo de leitores (FRANÇA, 2013, p. 93).

Os tratamentos – que também se manifestam como discursos – conferidos pelas revistas em relação a inúmeros assuntos, temas e fatos (como a própria mudança climática), denotam o reconhecimento da relevância e do “estatuto de atualidade” destes por parte das publicações. As pautas trabalhadas pelos periódicos são convertidas em matérias jornalísticas e, muitas vezes, vêm a assumir um efeito de indispensável ao cotidiano dos leitores (SCHWAAB, 2013), visto que uma das principais características do jornalismo de revista é apontar para sua comunidade discursiva que é importante, interessante, necessário, adequado e atual (BENETTI, 2013).

Por mediar discursos de diferentes ordens, as revistas acabam por ofertar e ordenar uma variedade de sentidos acerca de histórias, cenários e personagens relativos, sobretudo, à contemporaneidade. O conjunto de conteúdos produzidos pelas publicações, dispostos a partir de lugares e contextos sempre estratégicos, não se limita a enunciar sobre uma ampla gama de assuntos e temáticas, uma vez que seus dizeres também dão a ver elementos pertinentes à identidade dos veículos. Desde a capa, passando pelos textos editoriais, espaço do leitor, reportagens, anúncios e demais peças apresentadas, existe uma contínua valoração em torno da imagem de si que cada revista constrói e necessita sustentar.

Frequentemente, a revista é observada e descrita como um tipo de veículo que traz um jornalismo mais denso, que proporciona uma leitura mais completa sobre os assuntos e fatos. “Entretanto, menos que divergir da cobertura corrente do cotidiano, a revista faz de outra maneira, apresentando, também, suas incompletudes” (TAVARES, 2013, p. 89). Como corrobora França (2013), a revista não suporta nem consegue reunir tudo o que acontece na realidade. Esta compressão referente aos limites inerentes ao funcionamento midiático e discursivo das revistas é importante, uma vez que elas carregam *um* mundo dentro de si, e não *o* mundo (FRANÇA, 2013).

Para investigar a construção de sentidos a respeito de uma questão a partir do discurso ofertado por uma revista é imprescindível que dimensões mais amplas, como a institucional (o grupo empresarial, a editora que abriga a publicação, por exemplo), sejam devidamente consideradas. Como elucida Schwaab (2013), toda revista está relacionada a uma arquitetura industrial, ou seja, é parte integrante de um ecossistema de títulos e, por isso, a percepção crítica sobre cada periódico não pode ser descolada deste parentesco editorial e simbólico. Todavia, é preciso não deixar de examinar e destacar os aspectos singulares que conformam a revista posta em análise.

Entretanto, suas investidas temáticas e especificidades identitárias, bem como seus nichos de público e segmento, imprimem um novo conjunto de elementos que desafiam nosso olhar a explorar de forma mais aproximada o lugar que cada revista intenta ocupar quando salienta seu protagonismo diante dos diferentes temas que aparecem em suas páginas (SCHWAAB, 2013, p. 66).

No jornalismo de revista, portanto, as condições que possibilitam a aparição de determinados sentidos acerca de um referente (o objeto do discurso) estão distribuídas em diferentes dimensões das publicações. Tais condições estão atreladas ao contexto editorial-jornalístico, institucional, mercadológico e também à conjuntura social em que as revistas se inscrevem. Como ressalta Tavares (2008, p. 8), “a revista não está isolada, avessa à sociedade. Sua conformação enquanto mídia, também se dá no que nela há de social e no que ela “envia” ao social”. É necessário lembrar, também, que o discurso jornalístico presente nas revistas possui um estatuto informativo particular, isto é, se difere do caráter essencialmente noticioso comum a outros meios. Por conta de uma série de especificidades, como a já referida questão da temporalidade, as tramas processuais que envolvem as revistas forjam uma rede de sentidos e interações que merecem uma atenção diferenciada (TAVARES, 2008).

Como intencionamos compreender como a revista Superinteressante – uma revista permeada por especificidades no seu fazer e na sua identidade – constrói sentidos sobre a mudança climática entre os anos 1995 e 2015, a seguir discutimos, ainda que de modo breve, aspectos da relação entre jornalismo e ciência. Aqui, é necessário ressaltar que não enquadraremos esta publicação como um veículo representante do chamado “Jornalismo Científico”, já que a própria não se define dessa maneira. Optamos, então, em empregar a expressão “jornalismo e ciência” que nos parece menos determinista e mais flexível aos nossos propósitos de pesquisa. A definição acerca do conceito de Jornalismo Científico¹⁹

¹⁹ Bueno (1985) compreende que essa modalidade jornalística concerne à divulgação de questões da ciência e tecnologia pelos meios de comunicação de massa, sempre de acordo com os critérios e sistema

pode variar conforme as perspectivas assumidas. Mesmo assim, consideramos importante tecer reflexões sobre determinados elementos que permeiam e constituem os vínculos entre fazer científico e fazer jornalístico. Afinal, como veremos mais adiante (na apresentação do objeto empírico), Superinteressante não se define exatamente como praticante de um jornalismo científico, porém reconhece e destaca que sua produção jornalística mantém laços particulares com o que é da ordem da ciência. Vale pontuar, portanto, que embora Superinteressante possa ser considerada um veículo representante do Jornalismo Científico por outras pesquisas, optamos por não classificá-la desse modo em nosso trabalho.

Além desta observação, compreendemos que a própria caracterização da mudança climática – também observada em nossa pesquisa como uma temática no jornalismo – é envolvida por uma ampla variedade de componentes científicos. Ademais, trata-se, de um fenômeno que, como vimos no capítulo anterior, historicamente vem sendo apresentado e discutido a partir de perspectivas da ciência. Ao tomar a alteração do clima como referente, o próprio discurso jornalístico evidencia essa questão, sobretudo, a partir da utilização de fontes como cientistas e relatórios científicos.

2.3 APROXIMAÇÕES ENTRE JORNALISMO E CIÊNCIA

A construção de um relato jornalístico sobre a mudança climática, em revista ou em outro meio, necessita levar em conta a dimensão científica diretamente associada à problemática do clima. Logo, os dizeres do jornalismo acerca desta temática incorporam elementos oriundos de processos e discussões que ganham força inicial no terreno da ciência. Seguidamente, a principal voz mobilizada pelo discurso jornalístico para conferir veracidade à questão climática tende a ser àquela inscrita no âmbito do fazer científico. O jornalismo emprega o conhecimento científico em diversos momentos e em diferentes formas como, por exemplo, quando entrevista cientistas para tornar seus relatos mais precisos e credíveis.

Jornalismo e ciência estão situados em campos²⁰ particulares, mas se encontram em vários momentos, ou seja, se relacionam de maneiras diversas. Os processos jornalísticos de

de produção próprios do jornalismo. O autor ainda classifica o Jornalismo Científico como um exemplo da chamada “Divulgação Científica” que, também, se manifesta a partir de outros meios, tais como: os livros didáticos, as campanhas educativas e os documentários. Uma das principais características da divulgação sobre (ou a partir da) ciência é a expansão do conhecimento (BUENO, 1985).

²⁰ Com base no aporte teórico de Bourdieu (2004), o campo pode ser conceituado como espaço social estruturado, onde há relações constantes e desiguais, bem como dominantes e dominados. Trata-se de um lugar com especificidades e leis particulares, mas que também se constituiu a partir da sua relação com outros campos. Nesta linha de pensamento, entendemos que o campo jornalístico, assim como os outros

seleção, apuração e narração de um fato ou assunto não desconsideram a relevância e status do conhecimento científico, historicamente reconhecido como um saber legítimo e digno de respeito e admiração. Por isso, não é incomum observarmos notícias e reportagens, inclusive sobre a mudança climática, que trazem majoritariamente – quando não totalmente – apenas fontes especializadas, detentoras de um saber científico determinado. A pluralidade e o contraponto dos pontos de vista, característica básica do bom jornalismo, nem sempre se manifesta nos produtos jornalísticos. Ao contrário, é recorrente que o relato de apenas um cientista seja imediatamente reconhecido como verdadeiro, sem que se considere a possibilidade de divergência de opiniões entre os especialistas (MORAES, 2007).

Ao discorrer sobre esse ponto, Oliveira (2002) sublinha que a abordagem de questões relacionadas à ciência pelo discurso jornalístico pode esbarrar na dificuldade do acesso às fontes, uma vez que a comunidade científica nem sempre considera o papel estratégico do jornalismo como agente mediador. Embora, de modo geral, os cientistas tenham se aproximado mais do campo midiático nas últimas décadas, por vezes, parece haver uma resistência ao fato de que “os meios de comunicação são o caminho mais rápido e abrangente de divulgar a ciência” (IVANISSEVICH, 2005, p.13). Ou seja, nem todos os profissionais da ciência enxergam as produções jornalísticas com bons olhos, sobretudo, quando o assunto em pauta é uma questão complexa e demarcada por incertezas, como é o caso da mudança do clima.

Apesar de possuírem estatutos distintos e historicamente demarcados, tanto no que se refere à linguagem quanto à finalidade, ciência e jornalismo também possuem aspectos similares. Para Bueno (1988), as duas áreas podem ser caracterizadas como discursos ideológicos, disseminados pelas malhas do poder e intimamente vinculados à sociedade que os financia. Na perspectiva do autor, por serem submissos à esfera econômica e política, o jornalismo e a ciência ainda podem assumir a função de reforçar o *status quo*. Por seu turno, Sponholz (2008) reconhece que uma das principais semelhanças entre jornalistas e cientistas é o fato de que ambos são mediadores entre realidade e sociedade (público). A autora explica que cada área faz isso de maneira diferente. Enquanto o jornalista se volta para as questões mais singulares, cabe ao cientista o olhar cuidadoso em relação aos padrões e questões universais.

campos sociais, é um espaço permeado por conflitos e concorrências. A perspectiva desse autor compreende que cada campo possui um capital diferente. Neste sentido, para Berger (2003), o capital maior do campo jornalístico vem ser a credibilidade.

Por isso, o jornalista pode alcançar um grau mais alto do conhecimento relativo a um fato ou a um acontecimento do que o cientista. Por outro lado, essa característica inerente faz com que o jornalista tenha dificuldades em reconhecer conexões e analisar processos. Nesse contexto insere-se o expert e o seu saber. Ele deve encaixar a peça que o jornalista encontrou no quebra-cabeça (SPONHOLZ, 2008, p. 6).

O jornalismo também pode ser entendido como um dispositivo de mediação entre especialistas e não especialistas, uma vez que o seu trabalho envolve traduzir os jargões técnicos e, ao mesmo tempo, suscitar curiosidades e interesses na população que não participa do espaço científico (HERNANDO, 1998). Tal processo de "tradução" do texto científico em conteúdo jornalístico é marcado por lógicas e valores específicos de cada veículo, sem nunca perder de vista o horizonte do público, isto é, os leitores que são imaginados e visados pela instância jornalística.

Ainda no que se refere à questão do público, cabe o entendimento de que, ao contrário do jornalismo, a ciência se volta para um grupo mais restrito de leitores, com certo grau de especialização (OLIVEIRA, 2002). Desse modo, o jornalismo contribui para ampliar a visibilidade do conhecimento científico, que inicialmente se destina à apreciação e discussão pelos próprios sujeitos inscritos na esfera científica. Tais diferenças entre jornalismo e ciência também são reflexos da forma como cada área historicamente passou a organizar seu ofício. Se por um lado, a ciência exige um trabalho metódico, de passos lentos e complexos, o jornalismo, em geral, pede agilidade, apelo e simplicidade (IVANISSEVICH, 2005).

No que concerne à imagem da ciência no jornalismo, Schnabel (2004) lembra que a retratação de cientistas está cercada de exageros, visto que os especialistas em determinada matéria são frequentemente apresentados como figuras heroicas. Na direção oposta, em abordagens de temáticas como a mudança climática, a ciência costuma ser, por vezes, retratada a partir de viés assustador e maligno, que enfatiza especialmente as previsões alarmistas referentes a variados tipos de impactos negativos à sociedade (SCHNABEL, 2004). Segundo este autor, portanto, ao tratar do conhecimento científico, o jornalismo pode exagerar positivamente ou negativamente. A partir desse exagero é que os relatos buscariam ser mais interessantes e atrair um maior número de pessoas.

O fazer jornalístico que está fortemente atrelado a elementos científicos, tanto em relação às pautas como às abordagens – deve cumprir algumas funções básicas, segundo postula Hernando (1977). Dentre tais funções, destacam-se: contribuir para a formação da opinião pública, contextualizar a informação científica num contexto amplo e manter uma postura crítica e questionável em relação à divulgação da ciência. O autor também observa

inúmeros problemas no fazer jornalístico que envolve aspectos científicos, como o chamado “almanaquismo”, isto é, a tendência do jornalismo em reduzir a informação de ordem científica e tecnológica a meras curiosidades. Outros problemas elencados pelo autor são a atenção desproporcional a elementos secundários da ciência e a superficialidade geral dos relatos diante da complexidade dos temas abordados.

As distorções produzidas pelo jornalismo que versa sobre (ou a partir do) do conhecimento científico também são observadas pelo estudo de Moraes (2007), que evidencia uma espetacularização da ciência em matérias que se voltam excessivamente para os aspectos sensacionais e fantasiosos dos fatos. A autora sinaliza a existência de uma representação fetichizada da ciência no jornalismo, visto haver uma supervalorização do mercado como critério válido para a seleção e hierarquização dos assuntos científicos divulgados.

Consideramos que essa breve reflexão sobre os pontos de encontro entre jornalismo e ciência é relevante para a nossa investigação, uma vez que ela nos auxilia a compreender melhor algumas das propriedades específicas do nosso objeto empírico, a revista *Superinteressante*. Além disso, a discussão nos fornece suporte para investigar como uma publicação mensal ligada a um dos maiores conglomerados de mídia da América do Sul (o Grupo Abril) constrói sentidos sobre a mudança climática, um fenômeno envolto por diversos componentes científicos. Em nosso próximo subcapítulo, aprofundamos tais questões ao tratarmos dos aspectos particulares que configuram *Superinteressante*.

2.4 A SUPERINTERESSANTE

O surgimento de *Superinteressante* no mercado brasileiro de revistas está atrelado ao sucesso de uma série de publicações similares de outros países.²¹ Em 1987, após uma experiência não bem sucedida com *Ciência Ilustrada*²², a Editora Abril decide publicar uma versão brasileira de *Muy Interesante*, periódico mensal da Espanha. Inicialmente, a ideia era traduzir e reaproveitar os conteúdos produzidos pela revista espanhola, que costumava abordar curiosidades relacionadas ao mundo da ciência a partir de um viés curioso e fantasioso. Porém, esse primeiro objetivo acabou não se concretizando, tendo em vista que a

²¹ Segundo Noccioli (2010), *Superinteressante* faz parte de um conjunto de revistas dispostas associadas ao grupo alemão “Gruner + Jahr”, maior empresa de impressão e publicação europeia.

²² Antes de lançar a *Superinteressante*, em 1981, a Abril publicara *Ciência Ilustrada*, revista que circulou por cerca de três anos, mas não arrecadou a publicidade esperada. Conforme Aguiar (2006), essa publicação foi considerada um desastre para os padrões comerciais do grupo, com uma tiragem de 40 mil exemplares mensais.

Muy Interessante possuía fotolitos maiores e, portanto, incompatíveis, com os disponíveis para a produção da revista no Brasil.

Com base neste contexto, *Superinteressante* começou a ser elaborada a partir de uma proposta editorial particular, que se voltava fundamentalmente para a abordagem precisa acerca de questões inscritas no âmbito científico. Aguiar (2006) ressalta que, na época, a revista intentava ser reconhecida pela comunidade científica brasileira como uma publicação séria e comprometida com o rigor da ciência. Para tanto, foi preciso não se limitar a falar sobre aspectos curiosos e fantasiosos dos fatos, como fazia a publicação espanhola. Assim, desde seu exitoso lançamento²³, *Superinteressante* almejou ser “uma revista com textos simples, matérias fáceis, mas que deveria tratar de assuntos científicos com correção” (AGUIAR, 2006, p. 24).

Superinteressante é uma publicação que investe na diversidade de assuntos e enfoques, trazendo a ciência como principal voz autorizada a falar sobre assuntos variados e, muitas vezes, controversos. Seja através dos resultados de pesquisas científicas ou entrevistas com especialistas, historicamente a revista se inscreve em um permanente jogo entre o discurso da ciência e o discurso do cotidiano (SCHWAAB, 2011). A preocupação com a veracidade das questões que coloca em pauta é visível, sobretudo, no constante uso de fontes especialistas (*experts*) que ancora a produção de conteúdos da revista. Desse modo, se percebe que “a voz, o dizer dos cientistas é constantemente citado para autorizar o dizer do jornalista” (GRIGOLETTO, 2005, p. 116).

Como lembra Grigoletto (2005), *Superinteressante* tem uma imagem social a sustentar e, por isso, há uma recorrente valoração em torno de suas competências e relevância. Nas páginas que abrigam depoimentos de leitores, por exemplo, é possível perceber comentários corroborarem a construção da imagem de uma revista que não se compromete apenas com a seriedade de suas abordagens, mas ainda com o entendimento do leitor (GRIGOLETTO, 2005). Já em seus editoriais, *Superinteressante* formula dizeres não somente acerca de sua prática jornalística, como também, muitas vezes, sobre o conhecimento produzido pela ciência, evidenciando, assim, a importância que o discurso científico possui em seu fazer. Tal aspecto pode ser notado em trechos extraídos de editoriais da revista – publicados em diferentes anos – em que há referência direta ao saber científico.

²³ O lançamento da revista foi considerado um sucesso de acordo com os parâmetros de vendas da época. A tiragem do primeiro número da *Superinteressante* foi de 150 mil exemplares. A edição se esgotou em três dias, sendo lançados mais 65 mil exemplares extras para suprir a demanda (LIMA, 2008).

A ciência pode nos ajudar a viver melhor. Aliás, é para isso que ela existe. (SUPER, ed. 110, nov. 1996)

A SUPER vibra **quando a ciência** dissipa brumas e preconceitos e revela a verdade. (SUPER, ed. 143, ago. 1999)

(...) tirando dali apenas o que nos interessa a partir da **perspectiva científica** da SUPER – explicar o que é, como funciona, o que se pensa de relevante a respeito (SUPER, ed. 185, fev. 2003).

Ciência da boa também é a que foi feita nas últimas décadas para construir consenso que deu origem ao relatório recém-divulgado sobre o aquecimento global (SUPER, ed. 242, ago. 2007).

Como mostra a reportagem da página 15, se o Estado **abraçasse a ciência** e a tecnologia, não evitaria alagamentos, mas poderia salvar muitas vidas (SUPER, ed. 288, fev. 2011).

A reportagem de Camila Almeida busca revelar **tudo o que a ciência sabe** sobre o assunto, sem esconder nada. (SUPER, ed. 338, out. 2014).

Além das sucessivas alterações gráficas, também é possível notar, ao longo desses anos, transformações editoriais na revista, como a ampliação do espaço destinado às perspectivas das ciências sociais e humanas (LIMA, 2008). Ademais, a própria discursivização de si vem sendo constantemente atualizada, com o acréscimo ou subtração de determinados elementos valorativos de sua prática. Todavia, nesses quase trinta anos de existência, como vimos nos trechos supracitados, o saber da ciência sempre foi uma dimensão presente na formulação dos discursos da revista. No entanto, em 2007, o diretor de redação Denis Russo Burgierman, através do editorial da edição número 242, faz uma importante ponderação. Segundo ele, o periódico não é exatamente uma revista “sobre ciência”, uma representante do Jornalismo Científico, e sim uma revista que objetiva entender as coisas a partir da “ferramenta-ciência”.

Superinteressante não fala de si apenas no interior de suas páginas. Em seu *mídia kit*, localizado no site PubliAbril, a publicação se apresenta como essencial para as cabeças que tem fome de conhecimento, inovação e novidades, além de sublinhar que é capaz de ajudar o leitor a separar o novo do velho; o importante do irrelevante; e a verdade do mito. Uma série de outras competências também é assumida pela revista, tais como: a linguagem clara e direta, o exame de tendências, as análises detalhadas, as abordagens inovadoras e o enfrentamento de questões polêmicas que estimulem o leitor a debater, refletir e formar uma opinião sobre os assuntos pautados. A revista enfatiza, também, que seus leitores são influentes e qualificados.

Atualmente, a publicação comporta diversas seções fixas, além das matérias que variam a cada edição veiculada. Na presente configuração de Superinteressante, observamos as seguintes seções: *Mundo Super*, voltada para os comentários dos leitores e correções de

conteúdos veiculados nas últimas edições; *Super Novas* e *Ciência Maluca*, espaço que traz notas curtas sobre as novidades e fatos inusitados do mundo; *Banco de dados*, parte da revista que apresenta uma série de estatísticas a respeito de um determinado assunto; *Matriz*, onde a publicação destaca quem é quem; *Papo*, no qual é apresentada uma pequena entrevista no formato pergunta-resposta; *Coordenadas*, mostra um lugar pouco explorado em diversas regiões do planeta; *Oráculo*, destinado às perguntas mais curiosas por parte dos leitores; *Essencial*, um texto em formato artigo que apresenta e aprofunda assuntos considerados polêmicos; *Tech*, seção que traz dicas de novidades na área da tecnologia e que estão disponíveis no mercado; *Cult*, parte que enfoca tendências da área do cinema e da literatura; *E Se*, onde a revista levanta diversas hipóteses e possíveis consequências de fatos que poderiam acontecer ou mesmo já terem ocorrido; *Manual*, um guia que busca orientar como fazer as mais variadas coisas. É preciso sublinhar que essas atuais seções não são exatamente as mesmas desde a primeira edição da revista, em 1989. Ao longo de quase 30 anos de existência, diversas alterações ocorreram na organização das seções de Superinteressante. No entanto, algumas seções foram renomeadas e reformuladas, como a já mencionada *Oráculo*, que anteriormente era denominada *Superrespostas*, *Superintrigante* e *Perguntas Superintrigantes*.

Conforme seu *mídia kit* atual, o preço de capa de Superinteressante é de R\$ 14,00. A revista possui tiragem média de mais de 374 mil cópias e 282 mil exemplares de circulação por mês. Seus conteúdos estão distribuídos em plataformas para além da versão impressa de periodicidade mensal. Há uma versão para *tablet*, que conta com 70 mil exemplares em circulação todo mês. Além disso, por vezes, são lançados livros e edições especiais que buscam aprofundar temáticas e que são publicados com o selo Superinteressante. O *mídia kit* também revela que 31 anos é a idade média dos leitores, sendo 60% são homens e 40% mulheres. Desses, 80% pertencem às classes A ou B e 96% comentam ou discutem com outra pessoa sobre o que leram na revista²⁴.

Os materiais produzidos por Superinteressante, tanto os veiculados na versão impressa, como também os inéditos são replicados no site também e nas seguintes redes sociais oficiais: *Facebook* (mais de 4,0 milhões de curtidas); *Twitter* (mais de 3,2 milhões de

²⁴ Informações disponíveis no PubliAbril <<http://publiabril.abril.com.br/marcas/superinteressante>> Acesso em: 31 de ago. de 2016.

seguidores); *Instagram* (mais de 130 mil seguidores); *Youtube* (mais de 70 mil inscritos e 5,3 milhões de visualizações)²⁵.

Entre os anos 2007 e 2013, Superinteressante publicou sete edições especiais, também conhecidas como “edições verdes”. Nestes exemplares – formulados como edição extra do mês de dezembro – as pautas relacionadas à questão ambiental foram elaboradas a partir de diferentes discussões, manchetes e enfoques. Tal visada ecológica da publicação está envolvida por um projeto de caráter institucional. Em 2007, o grupo Abril criou o Movimento Planeta Sustentável (MPS), iniciativa que buscou tornar a problemática ambiental transversal, ou seja, intencionou incluir com certa frequência o tema meio ambiente em praticamente todas as revistas da editora. Aliás, neste mesmo ano, a cobertura jornalística sobre questões ambientais, incluindo a mudança do clima, teve um crescimento significativo no país em virtude da divulgação do Quarto Relatório de Avaliação do IPCC, que evidenciou cientificamente a contribuição antropogênica no desequilíbrio climático global.

Na sua oferta de dizeres sobre questões ambientais, muitas vezes, a partir de discursos legitimados cientificamente, a publicação também constrói determinados sentidos em torno de sua prática. Como observa Schwaab (2011), na dispersão do dizer da revista, nota-se uma série de marcadores relacionados ao lugar que ela intenta ocupar, tais como: a precisão, a inquietude e a capacidade de antecipação, “(...) adjetivos de um fazer apto a dar respostas, advindo de um lugar da descoberta, do desvelar o obscuro mundo e descartar opiniões não avalizadas” (SCHWAAB, 2011, p. 111).

Em alguns momentos de sua história, a revista trouxe a problemática do clima como assunto principal da edição²⁶. Na edição 93, julho de 1995, pela primeira vez, a publicação apresentou em sua capa a questão do equilíbrio climático (Figura 4). Por meio de variadas angulações e associações com outros fenômenos, a mudança climática ainda obteve destaque em outras capas da revista, como podemos observar na edição 218, outubro de 2005, (Figura 5):

²⁵ Dados observados em 20 de janeiro de 2017.

²⁶ Além destas duas capas destacadas, Superinteressante trabalhou a questão climática em outras duas capas. A temática ganhou destaque, em diferentes níveis, nas edições 124 (janeiro de 1998) e 290 (abril de 2011).

Figura 1: Capa de junho de 1995



Figura 2: Capa de Outubro de 2005



As duas capas supracitadas evidenciam a importância que o tema mudança climática vem ocupando no fazer jornalístico de Superinteressante, se relacionando não apenas ao perfil editorial da revista, mas também com o contexto social e histórico em que se inscrevem. Na capa de 1995, por exemplo, já havia uma discussão constante no campo científico sobre as causas do fenômeno. Enquanto alguns cientistas relacionavam o problema com a ação antropogênica, outros defendiam a tese dos fatores essencialmente naturais.

Em 2005, por seu turno, a edição foi lançada um mês após o furacão Katrina ter devastado New Orleans, cidade norte-americana. Além disto, neste ano, outros efeitos do aquecimento global receberam ampla atenção midiática, como por exemplo, o calor recorde nos Estados Unidos (EUA). Nesta época, o contexto da discussão desse tema foi marcado por uma forte crítica ao então presidente dos EUA, George W. Bush²⁷. Cientistas e ambientalistas acusavam a autoridade máxima norte-americana de não reconhecer os efeitos do aquecimento global. Além disso, alguns pesquisadores céticos também contribuíam para gerar dúvidas sobre a alteração climática.

A temática da mudança climática não aparece apenas em conteúdos jornalísticos de Superinteressante, como também por meio de peças publicitárias variadas. Embora não façam parte do nosso foco central, reconhecemos que os anúncios de produtos relacionados à alteração do clima se relacionam às condições de produção discursiva da revista. Tais elementos reafirmam a identidade da publicação, além de fornecerem índices para refletirmos sobre como o veículo atribui valor ao tema.

²⁷ Nesta época, Bush retirou os Estados Unidos dos acordos criados pela Organização das Nações Unidas (ONU) para o controle de gases de efeito estufa. O país, desde aquele período, já produzia mais de um terço desses gases no mundo. Seu governo também defendeu que era necessário que mais pesquisas fossem realizadas antes que os países tomassem qualquer decisão sobre as alterações climáticas.

Os conteúdos publicitários atrelados à problemática do clima foram observados, sobretudo, na década atual, a partir de 2010. Além dos anúncios ligados a grandes empresas, como a Petrobrás²⁸, também há peças de caráter institucional-publicitário, a maioria delas vinculadas ao Planeta Sustentável²⁹, iniciativa do Grupo Abril já mencionada anteriormente. Um exemplo é o conteúdo publicado na edição 348 (Junho de 2015), que apresenta o gibi “Heróis do Clima”³⁰.

Figura 3: Peça do gibi Heróis do Clima



Encerramos este capítulo após discutirmos questões relacionadas à interface jornalismo-mudança do clima, jornalismo de revista, jornalismo e ciência, além de abordarmos elementos editoriais e históricos concernentes ao nosso objeto empírico.

²⁸ Em anúncio veiculado na edição 275 (mês fevereiro, páginas 2 e 3), a empresa destaca a relevância da discussão sobre a mudança climática, sublinhando algumas de suas principais medidas nas áreas da mitigação e adaptação do problema.

²⁹ De acordo com a descrição no site do Grupo Abril, este projeto consiste numa multiplataforma de comunicação em sustentabilidade da Abril com parceria das empresas CPFL Energia, Caixa e Braskem. Também contou com o apoio da United Nations Foundation, das áreas temáticas de clima e de energia das iniciativas empresariais da Rede Brasileira do Pacto Global, Cebds (Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável) e Fórum Clima, do Instituto Ethos. A missão da iniciativa é difundir conhecimento sobre desafios e soluções para as questões ambientais, sociais e econômicas da atualidade. Ademais, o Planeta Sustentável busca promover a discussão sobre sustentabilidade através de cursos, seminários e atividades lúdicas para públicos variados.

³⁰ O gibi conta a história do nosso conhecimento sobre a mudança climática. Com 52 páginas, é uma obra no estilo *graphic novel*, com um formato maior que o padrão tradicional de revistas. Segundo a descrição no site do Grupo Abril, o gibi possui bom humor e uma linguagem simples, sendo uma publicação indicada para leigos, iniciados e jovens.

Reconhecemos que tais tópicos nos oferecem importantes pistas em relação às condições de produção do discurso sobre a mudança climática em Superinteressante. Antes do nosso gesto interpretativo, no entanto, ainda discorreremos a respeito do nosso arcabouço teórico-metodológico mobilizado nesta pesquisa, a Análise de Discurso de tradição francesa, a AD.

3 ANÁLISE DE DISCURSO: TEORIA E MÉTODO

Em nossa investigação, trazemos a Análise de Discurso (AD) como aporte teórico-metodológico. Compreendemos que os procedimentos metodológicos desta perspectiva precisam estar articulados com o seu respectivo plano teórico. Assim, neste capítulo, refletimos sobre alguns traços históricos desse campo do saber, destacando conceitos e noções operatórias que pretendemos mobilizar na análise do funcionamento da discursivização de Superinteressante sobre a mudança do clima entre os anos de 1995 e 2015.

Reconhecemos a AD como um dos modos de problematização da linguagem que nos possibilita destramar alguns fios da complexa relação entre texto (materialidade linguística) e contexto (exterioridade). Repleta de postulados teóricos e procedimentos operacionais, esta perspectiva nos coloca em estado de reflexão constante ao compreender que não somos senhores dos nossos dizeres, isto é, fontes dos sentidos (ORLANDI, 2005).

Ao contrário, construímos todo discurso a partir de uma série de interpelações e esquecimentos que retomam e atualizam discursos-outros. Tal entendimento é norteador neste trabalho, uma vez que objetivamos analisar o funcionamento de um tipo de discurso constituído por condições de produção específicas, o “jornalístico” que se caracteriza como uma modalidade do discurso sobre (MARIANI, 1998).

Os dizeres ofertados pelos conteúdos do jornalismo (notícias, reportagens, entrevistas, notas, editoriais, entre outros formatos) são atravessados e constituídos por elementos advindos de diferentes instâncias do social, bem como por aspectos referentes à própria cultura jornalística. Logo, toda produção jornalística pressupõe a mobilização de sentidos anteriores e exteriores ao conteúdo/discurso formulado no “aqui e agora”. É imprescindível, também, a compreensão de que os sentidos nunca estão presos no texto, nem se limitam as intencionalidades dos sujeitos que organizam um dado dizer. Os sentidos são decorrentes dos processos de interpretação e a leitura, desse modo, pode ser entendida como uma constante negociação de sentidos entre os sujeitos.

O capítulo está organizado da seguinte forma: primeiramente apresentamos uma breve sintetização sobre o surgimento e desenvolvimento da AD a partir das contribuições de seus principais autores e fases. Em seguida, refletimos sobre conceitos importantes à nossa pesquisa, como os de formação discursiva, formação ideológica e interdiscurso. Posteriormente, discutimos sobre a paráfrase, noção básica para este trabalho. Por fim, discorreremos acerca das especificidades do discurso jornalístico.

3.1 UMA TEORIA MATERIALISTA DO DISCURSO

A Análise de Discurso, doravante AD, pode ser caracterizada como uma antidisciplina/desdisciplina (ORLANDI, 2005). Tal compreensão alicerça-se no fato de que essa perspectiva discursiva não é um mero depósito de conhecimentos de outras áreas, já que visa problematizá-los interruptamente, não os empregando de modo servil e acrítico. Sua origem tem como principal referência o projeto teórico-metodológico e político de Michel Pêcheux, formulado, sobretudo, a partir da década de 1960. Este filósofo francês se propôs a deslocar o conceito saussuriano de língua, reivindicando a inscrição desta na história. Assim, apreende-se a língua não como um elemento neutro e abstrato, mas em sua relação mútua com a ideologia e com o inconsciente, constituindo e sendo constituída por sujeitos.

Na visada da AD concorrem influências de diversas linhas de pensamento. O entrecruzamento com outras áreas do saber se realiza, especialmente, a partir de subsídios oriundos da Linguística, do Marxismo e da Psicanálise. O quadro epistemológico inicial da AD, portanto, embasa-se em conceitos trabalhados por autores como Karl Marx e Louis Althusser (materialismo histórico, formações sociais e ideologia); Ferdinand de Saussure (língua e fala) e Sigmund Freud e Jacques Lacan (sujeito, inconsciente e imaginário). Diante destas referências, elege-se o discurso como objeto de estudo, compreendendo-o como efeito de sentidos entre interlocutores (PECHÊUX, 1995). Ao longo do tempo, a AD também incorporou Michel Foucault, Mikhail Bakhtin e outros diversos autores à sua reflexão, cada qual em momentos específicos e com contribuições teóricas particulares.

A dimensão discursiva da língua nem sempre foi uma realidade observada pelos estudos linguísticos, que durante muito tempo estiveram inseridos em um paradigma essencialmente estruturalista. De acordo com Indursky (1999), as famosas dicotomias de Saussure produziram um objeto teórico higienizado, marcado pela exclusão do sujeito e de suas marcas espaço-temporais. Através do clássico corte epistemológico saussuriano, a fala foi silenciada e, conseqüentemente, desqualificada. Tal gesto representou os limites da língua, visto que “separou fortemente o sistêmico do pragmático e do discursivo que nela existem igualmente” (INDURSKY, 1999, p. 70).

Na perspectiva da AD, a língua não é abstrata, já que apesar de ter suas regras internas, ela ainda é constituída por uma materialidade advinda do que lhe é externo. Apesar de não ter sido um analista de discurso, as contribuições teóricas de Mikhail Bakhtin foram fundamentais para essa compreensão referente à exterioridade constituinte da linguagem. Em suas obras, o autor identificou que os pressupostos clássicos fundantes da Linguística Formal

eliminavam não apenas o sujeito, como também seu interlocutor (o outro no discurso). Como consequência disso, não haveria dialogismo, característica vital da linguagem.

Os primeiros trabalhos desenvolvidos com o rótulo da AD já assinalaram a preocupação em refletir-se sobre a relação entre o linguístico e o ideológico, “evitando ao mesmo tempo, reduzir o discurso à análise da língua e dissolver o discurso no ideológico” (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2008, p. 202). Assim, fica resguardada para os analistas de discurso a tarefa de compreender como a língua faz sentido em seu trabalho simbólico. Trabalha-se, então, com o entendimento que a linguagem é a mediação necessária entre o ser humano e sua realidade natural e social e que a ideologia materializa-se no discurso e este, por sua vez, materializa-se na língua (ORLANDI, 2005). A partir disso, reconhece-se que todo sentido se constitui através da prática discursiva dos sujeitos, onde o discurso é tomado como lugar observável dessa relação entre língua e ideologia.

Com base na sistematização elaborada por Pêcheux (2009) no texto *A análise de discurso: três épocas*, na qual o autor destaca as três principais fases da AD, percebemos como esta corrente de estudos agregou, deslocou e atualizou inúmeros conceitos no decorrer de sua história. Em seu primeiro momento, que vai de 1969 a 1975, o objeto de análise era constituído por grandes textos políticos e os dispositivos de análise se voltavam unicamente para eles (MAZZOLA, 2009). O discurso era fundamentalmente pensado a partir da ideia de uma “maquinaria discursivo-estrutural”, onde a interpelação da ideologia e do inconsciente na constituição dos sujeitos foi densamente trabalhada por Michel Pêcheux e pesquisadores filiados à sua perspectiva. As análises partiam de um *corpus* fechado de sequências discursivas, em que suas condições de produção eram tidas como estáveis e homogêneas.

A segunda época da AD, datada de 1975 a 1980, marca o refinamento da análise das relações entre língua, discurso, ideologia e sujeito. Como explica Pêcheux (2009), no que se refere aos procedimentos metodológicos, há um deslocamento ao nível da constituição do *corpus*, o qual torna possível trabalhar sistematicamente suas influências internas desiguais. Tal período também é marcado pela incorporação e adaptação do conceito de formação discursiva (FD) de Foucault (1969) – que explicaremos posteriormente –, no interior da problemática das lutas de classe (MAZZOLA, 2009).

Já em sua terceira fase, que se inicia em 1980 até os dias atuais, “o primado do *outro* sobre o *mesmo* se acentua, empurrando até o limite a crise da noção de maquinaria discursiva-estrutural” (PÊCHEUX, 2009, p. 311). Neste período, o discurso passa a ser compreendido

em seu caráter heterogêneo e interdiscursivo³¹, sobretudo por meio das releituras de Jacqueline Authier-Revuz em relação às noções de dialogia e polifonia de Mikhail Bakhtin.

Essa breve reflexão sobre como a AD foi se constituindo historicamente é importante para nossa pesquisa porque sinaliza como diferentes conceitos foram articulados e redefinidos pela perspectiva em questão. A seguir, discutimos algumas noções trabalhadas por Michel Pêcheux, Eni Orlandi e outros analistas de discurso. Entendemos que todo estudo que traz a AD como aporte teórico-metodológico exige a mobilização de conceitos específicos, que vão variar conforme seus objetivos e problema de pesquisa.

3.2 AS ANCORAGENS DE TODO DIZER

Todo dizer possui uma determinada historicidade, é dotado de memória e se constitui em relação a dizeres enunciados anteriormente em outro lugar. Para a AD, os sentidos não estão fixos no espaço e no tempo, uma vez que se movimentam e se atualizam nos processos discursivos. Neste contexto, o indivíduo é pensado como sujeito discursivo, onde sua vivência não é individualizada e apartada do mundo. Ao contrário, sua história pessoal está inscrita em uma história social, isto é, em uma dimensão anterior e exterior que também o constitui. Diante disso, entende-se que, a partir desta visada teórica, o sujeito do discurso não é portador de escolhas e/ou de intenções e a subjetividade não é centrada nele³² (CAZARIN, 2005).

Segundo Orlandi (2005), quando pensamos na constituição dos sentidos não podemos associar esse processo à mera transmissão de informação. A autora explica que na perspectiva do discurso inexistente a ideia de linearidade na relação entre os dizeres proferidos por um sujeito enunciativo para um sujeito receptor. “Eles estão realizando ao mesmo tempo o processo de significação e não estão separados de forma estanque” (ORLANDI, 2005, p. 21). Por isso, não se trata de uma produção de mensagens e sim de discursos, onde as relações de linguagem entre sujeitos ocorrem tanto no ato de enunciar, quanto de interpretar. Consequentemente, os sentidos podem ser múltiplos, mas não transparentes ou “puros”, pois necessariamente se ancoram, em algum nível, na ideologia, na história e no imaginário.

³¹ Segundo Gregolin (2007), esta introdução de novos conceitos constituem transformações que foram tematizadas em vários trabalhos de Michel Pêcheux. Nestes textos, o autor realiza deslocamentos e traz várias perspectivas, tais como as redes de memória, os trajetos sociais dos sentidos, as materialidades discursivas. Aí se percebe uma articulação entre formação discursiva, memória e história.

³² Schermack e Freitas (2012) sublinham que na perspectiva da AD, o sujeito do discurso está dividido entre o consciente e o inconsciente. Logo, torna-se basilar a compreensão de que não existe um sujeito que tenha pela consciência daquilo que diz, pois todo sujeito é levado a produzir dizeres mediados por uma determinada formação ideológica (discursiva) e por condições de produção dadas.

O que é da ordem do ideológico, portanto, ocupa um lugar destacável na AD por constituir as relações de sujeitos e sentidos. Em sua releitura da obra marxista, Althusser (1983) problematiza a importância da ideologia na sociedade, que passa a ser identificada através do que o autor denomina Aparelhos Ideológicos do Estado (AIE)³³. Suas ideias encontram eco nos escritos de Pêcheux, que passa a enxergar a ideologia como elemento primordial na constituição de qualquer processo discursivo. A partir da noção de formação ideológica (FI), o indivíduo passa a ser concebido como sujeito porque é interpelado e, desse modo, assujeitado pela ideologia. Reconhecemos as formações ideológicas como um “conjunto complexo de atitudes e representações que não são nem individuais, nem universais, mas se relacionam mais ou menos diretamente a posições de classes em conflito umas com as outras” (PÊCHEUX; FUCHS, 1993, p. 166).

Em AD, compreende-se que a exterioridade é textualizada, produzindo, assim, a discursividade (MEDEIROS, 2008) em matérias significantes, podendo ser as mais diversas possíveis, tais como os conteúdos produzidos pelo jornalismo. Diante disso, cabe o entendimento de que as formações ideológicas são sempre anteriores e exteriores a qualquer objeto de estudo, já que são elementos da ideologia circulantes na sociedade e que passam a se configurar materialmente através de uma ou mais formação discursiva (FD). Esta, por seu turno, é outro conceito fundamental à perspectiva discursiva e que apreendemos, de modo sintetizado, como aquilo que pode e deve ser dito a partir de uma posição, conjuntura, contexto dado (PÊCHEUX, 1995). Desse modo, como sublinha Cazarin (2005), toda formação discursiva reflete, por meio da linguagem, a ideologia que lhe subjaz.

A noção de FD tem uma dupla origem³⁴ (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2008) e pode ser elucidada a partir da percepção sobre a heterogeneidade constitutiva dos discursos, visto que através da aparente transparência dos sentidos, toda FD dissimula sua dependência

³³ A partir deste autor, a ideologia é entendida para além do “plano das ideias”, isto é, ela é vista em sua materialidade. Através das reflexões sobre os AIE, Althusser (1983) ressalta a função crucial da ideologia na manutenção da ordem estabelecida em diferentes instituições sociais, tais como: a família, a religião, a cultura, a política e a própria imprensa.

³⁴ Charaudeau e Maingueneau (2008) explicam que a “dupla paternidade” da noção provocou instabilidade em relação ao entendimento do que são as Formações Discursivas. Os autores ainda ressaltam que, no livro *Arqueologia do saber*, Foucault emprega tal conceito para se referir a todo conjunto de enunciados que pode ser relacionado a um mesmo sistema de regras, historicamente determinadas. Ao refletir sobre as ideias foucaultianas, Brandão (1995) destaca a existência de regras de formação como determinantes nas condições de existência, coexistência, modificações e desaparecimento de uma repartição discursiva. Segundo a autora, tais regras constituem e determinam as formações discursivas em sua singularidade e ainda possibilitam a passagem da dispersão para a regularidade (BRANDÃO, 1995).

em relação ao “complexo dominante” que a condiciona. Trata-se do interdiscurso³⁵, conceito que se relaciona com a memória discursiva inerente a cada dizer. Com a entrada dessa noção nos estudos da AD, as formações discursivas passam a ser caracterizadas como instáveis e heterogêneas, uma vez que elas dependem do interdiscurso, um saber discursivo que torna possível a existência dos dizeres e que retorna a partir de um já-dito, relacionado à base do dizível e que sustenta cada tomada da palavra (ORLANDI, 2005). Dito de outra forma, este conjunto de formulações já realizadas, mas que foram esquecidas é caracterizado como memória discursiva/interdiscurso, que funcionam como uma exterioridade constitutiva dos dizeres, como o “lugar” do outro. “Essa relação permite que as filiações teóricas possam se organizar em memórias e as relações sociais em redes significantes” (CAZARIN, 2005, p. 41).

O interdiscurso funciona como um mecanismo que reconfigura de modo incessante toda FD, fazendo com que o saber desta incorpore elementos pré-construídos produzidos no exterior de si mesmo. Assim, tendo em vista a afetação do interdiscurso, a FD não somente pode produzir sua redefinição e organizar sua repetição, mas também, eventualmente, pode provocar seu apagamento, esquecimento e até mesmo sua negação (COURTINE, 2009). Por ser uma instância que regula o deslocamento das fronteiras das formações discursivas, o interdiscurso possui um caráter de formação, repetição e ainda transformação.

Ele realiza, assim, o fechamento de uma FD, delimitando seu interior (o conjunto dos elementos do saber) de seu exterior (o conjunto dos elementos que não pertencem ao saber da FD); esse fechamento, entretanto, é fundamentalmente instável: não consiste num limite traçado, de uma vez por todas, mas se inscreve em diversas FD com uma fronteira que se desloca, em razão dos jogos da luta ideológica, nas transformações da conjuntura histórica de uma dada formação social (COURTINE, 2009, p. 100).

Os sentidos, portanto, se constituem “a partir das relações que as diferentes expressões mantêm em si, no interior de cada FD, a qual, por sua vez, está determinada pela formação ideológica (FI) de que provém” (INDURSKY, 1997, p. 32). Desse modo, compreendemos que os processos discursivos são determinados pelas formações discursivas, que comportam um sistema de relações de substituições, sinónimas, paráfrases e outros elementos linguísticos significantes (PÊCHEUX, 1995). Ainda sobre noção de FD, cabe a

³⁵ Segundo Cazarin (2005), baseada em Orlandi (2005), o interdiscurso – a memória discursiva – sustenta o dizer em uma estratificação de formulações já realizadas, mas esquecidas e que acabam por construir uma história de sentidos. “É sobre essa memória que o sujeito não detém o controle, que os sentidos se constroem, dando-lhe a impressão de saber o que está falando (CAZARIN, 2005, p. 43)”.

compreensão de que não se trata de um lugar fechado e totalmente estável. Ao contrário, é preciso reconhecer sua heterogeneidade constitutiva, algo que se relaciona à ideia de alteridade, isto é, a presença dos discursos outros num determinado dizer (GREGOLIN, 2007).

De acordo com Petri (2009), toda formação discursiva, concebida como heterogênea comporta o mesmo e o diferente, isto é, elementos da ordem da paráfrase, como também da polissemia (aprofundaremos tais aspectos mais adiante). Logo, os estudos que mobilizam esse conceito de maneira central devem considerar que por mais que exista uma formação discursiva predominante numa dada discursivização sobre um objeto/tema, ainda assim haverá traços de heterogeneidade, isto é, discursos outros, no processo discursivo posto em análise. Através da interdiscursividade, as formações discursivas se atravessam e se complementam, mesmo que ainda resguardem seus aspectos particulares.

Gregolin (2007) sublinha que esse caráter heterogêneo das FD torna mais complexo o trabalho do analista, uma vez que é preciso dar conta da instabilidade, das relações desiguais e até mesmo contraditórias inerentes aos processos discursivos. A tensão entre as fronteiras internas da FD também é discutida por Indursky (2007). Conforme a autora, essa característica “coloca o analista de discurso face à agitação e tensão dos sentidos de um domínio de saber e seu gesto de individualização de uma FD consiste já em um gesto de interpretação analítica” (INDURSKY, 2007, p. 170)

O contato entre interdiscurso e formação discursiva é trabalhado por Maingueneau (2007) através da seguinte tríade: universo, campo e espaço discursivo. De acordo com o autor, o universo discursivo é constituído pelo conjunto de formações discursivas que coexistem numa determinada conjuntura; o campo discursivo, por sua vez, representa um grupo de formações discursivas que se encontram em relação de concorrência - que inclui tanto alianças como confrontos -, delimitando-se reciprocamente em dada região do universo discursivo; já o espaço discursivo é um subconjunto do campo discursivo. Tal espaço é definido com base em decisões do analista do discurso em função dos seus objetivos de pesquisa.

Falar em ancoragens dos dizeres também exige um olhar atento para as condições de produção discursiva. Afinal, todo discurso é sempre pronunciado a partir de determinadas condições de produção (PÊCHEUX, 2009). Ao discorrer sobre os primeiros postulados pècheutianos³⁶ acerca desse conceito, Medeiros (2008) ressalta a importância das relações

³⁶ Em seus primeiros escritos sobre o conceito de condições de produção, Michel Pêcheux destacava especialmente a questão das relações imaginárias entre os sujeitos do discurso. Medeiros (2008) ressalta

imaginárias na construção dos sentidos. A autora explica que, com base na noção de condições de produção, não podemos pensar simplesmente em organismos humanos individuais que falam a partir de um lugar físico (empírico). O que se busca problematizar, na verdade, é a representação desses indivíduos (sujeitos) em lugares determinados na estrutura de uma formação social dada (MEDEIROS, 2008). Tal representação é operada com base em uma rede de formações imaginárias, que designam o lugar que sujeito destinador e destinatário atribuem a si mesmo e ao outro, isto é, apontam a imagem que cada interlocutor faz do seu próprio lugar e do lugar do outro. É por essa visão imaginária que o destinador pode antecipar as representações do destinatário, formulando estratégias discursivas. “O jogo de imagens faz parte do discurso na medida em que o sujeito vai construindo-se ao enunciar, definindo e redefinindo o processo discursivo” (SCHERMACK; FREITAS, 2012, p.7).

Esta antecipação do que o outro vai pensar é constitutiva de qualquer discurso (PÊCHEUX, 2009), e como explica Orlandi (2005), as formações imaginárias se constroem a partir de relações de força e de sentidos e ainda pelos mecanismos de antecipação. A autora também ressalta a necessária diferenciação entre indivíduos e sujeitos. “Assim não são os sujeitos físicos nem os seus lugares empíricos como tal, isto é, como estão inscritos na sociedade, e que poderiam ser sociologicamente descritos, que funcionam no discurso, mas suas imagens que resultam de projeções” (ORLANDI, 2005, p.40).

Orlandi (2005) elucida que as condições de produção dizem respeito, fundamentalmente, ao sujeito e a situação. Tal situação pode ser pensada em duas dimensões, como coloca a autora. Numa dimensão estrita, ela compreende as circunstâncias da enunciação, o aqui e o agora do dizer, isto é, o chamado contexto imediato. Numa dimensão ampla, por sua vez, abrange o contexto social, histórico e ideológico. É preciso ressaltar que tal separação entre estas duas dimensões só é demarcada para fins de análises, já que no plano do discurso ambos os contextos funcionam conjuntamente.

Conforme explica Medeiros (2008), “toda análise deve extrapolar a superfície das evidências (num nível linguístico) e trazer da exterioridade constitutiva do discurso o complexo jogo em que se revelam as vozes que o determinam” (MEDEIROS, 2008, p. 51). A autora ainda ressalta que, em estudos que tomam materiais do âmbito midiático, é imprescindível que as condições de produção sejam analisadas, uma vez que o lugar de onde fala é regulador de sentidos.

que essas primeiras tentativas de uma definição de condições de produção encontram-se fundamentadas em uma psicologia social. Logo, havia uma ideia psicologizante diretamente associada ao conceito. Além disso, a autora sublinha que “as determinações históricas do discurso, sob essa perspectiva, transformam-se em circunstâncias da enunciação pontuais (MEDEIROS, 2008, p.3)”.

As condições de produção também englobam a memória, trabalhada nos processos discursivos a partir da interdiscursividade³⁷. De acordo com Orlandi (2005), tais condições que possibilitam a existência dos dizeres estão atreladas a dois tipos de relações: de sentidos e de forças. O primeiro tipo refere-se ao fato de que não existe discurso que não se relacione com outros, tanto os do passado quanto os que ainda serão produzidos futuramente. O segundo tipo, por seu turno, diz respeito ao entendimento de que o lugar do qual o sujeito fala sempre será constitutivo do que ele diz.

Embora as condições de produção discursiva sejam elementos exteriores e anteriores aos dizeres proferidos pelos sujeitos, elas não deixam de constituir – e possibilitar a existência – todo e qualquer discurso.

Dessa forma, podemos destacar que as condições de produção têm uma relação necessária com a linguagem, por isso não são elementos externos ao discurso. Mesmo não estando materialmente inscritas no discurso, estão marcadas na sua constituição pela memória discursiva e pelo interdiscurso (SCHERMACK; FREITAS, 2012, p. 13).

Para Medeiros (2008), o conceito de condições de produção nos possibilita problematizar os vestígios históricos de constituição e produção sucessiva de informações no âmbito midiático. Ao discutir esta noção, Tavares (2016) explica que tanto o contexto social, histórico e ideológico, como também o contexto imediato são componentes essenciais no que diz respeito ao processo de construção de sentidos. “Os acontecimentos históricos, sociais, culturais e as ideologias vigentes em um dado momento orientam na construção de sentidos, na análise dos discursos, que nos circundam cotidianamente” (TAVARES, 2016, p. 33).

Diante desta reflexão sobre as ancoragens dos discursos, ressalta-se que compreendemos os capítulos teóricos deste trabalho como, também, uma forma de olhar para as condições de produção do discurso de Superinteressante sobre a mudança climática. Assim, reconhecemos que a teorização sobre a problemática do clima – episódios e fatores históricos, implicações diversas relacionadas às causas, consequências e responsabilidades do fenômeno, bem como abordagens do jornalismo sobre o problema – contribui para nosso entendimento acerca das condições que possibilitam determinados sentidos na discursivização da revista em detrimento de outros. Igualmente, depreendemos que as questões discutidas na revisão teórica

³⁷ Ainda sobre o interdiscurso, cabe a reflexão de Gregolin (2007). Para a autora, não devemos perder de vista o fato de que um discurso sempre acontece no interior de uma série de outros discursos, com os quais estabelece diversas correlações, deslocamentos e vizinhanças. Por isso, o objeto da AD necessita ser, sobretudo, essa interdiscursividade, as redes de memórias que constroem os sentidos em dado momento histórico.

sobre jornalismo de revista e jornalismo e ciência, assim como a caracterização do objeto empírico, também nos fornecem subsídios referentes às condições de produção do discurso de Superinteressante, entre elas: a questão da temporalidade e materialidade do produto revista, os traços de segmentação, os laços afetivos com os leitores, a relação com fontes inscritas no fazer científico, além da mediação entre especialistas e público leigo.

A partir do que foi supracitado acima, reconhecemos que as condições de produção da discursivização de Superinteressante incluem diferentes dimensões, desde o contexto social, histórico e ideológico entre 1995 e 2015 até as dinâmicas e constrangimentos inerentes ao jornalismo de revista praticado pelo veículo ao longo desses anos. Trata-se, portanto, de uma série de elementos que formam conjuntamente uma espécie de “quadro prévio informativo”, que já apresentamos nos capítulos anteriores. Recorremos a este quadro, ou seja, às condições de produção discursiva sobre a mudança climática em Superinteressante, ao longo do nosso gesto interpretativo.

Antes da explicitação dos procedimentos metodológicos e dos movimentos de análise, ainda refletimos sobre outros dois eixos importantes no presente estudo: a questão da paráfrase (como conceito teórico e elemento operador) e as especificidades do discurso jornalístico, que também nos dizem um pouco acerca das condições de produção do discurso de Superinteressante, pois buscamos compreender o funcionamento de uma discursivização de caráter particular, que traz consigo um leque de componentes próprios do jornalismo, como valores, dinâmicas e temporalidades.

3.3 ENTRE O MESMO E O DIFERENTE

Em nossa pesquisa, empregamos a paráfrase discursiva como noção teórica e elemento operador³⁸ que permite mapear sentidos referentes à mudança climática ao longo da discursivização da revista Superinteressante entre os anos 1995 e 2015. Para tanto, refletimos sobre este conceito que está relacionado diretamente à questão da produtividade dos dizeres. É por meio dos movimentos de paráfrase – da chamada parafraseagem – que o saber discursivo é constantemente reiterado.

Como sustenta Orlandi (2005), a produção de sentidos se fundamenta numa tensão entre os processos parafrásticos e polissêmicos, isto é, entre o mesmo e o diferente. Se por um

³⁸ Desde então, já partimos do entendimento que toda paráfrase sempre estará inscrita no saber de uma determinada formação discursiva. Esta, por sua vez, é concebida como heterogênea e fundamentalmente instável (ação do interdiscurso).

lado, a paráfrase relaciona-se à repetição, estabilização dos sentidos, por outro, a polissemia é da ordem do deslocamento, da ambiguidade, do equívoco e da ruptura dos processos de significação. Logo, todo processo discursivo é construído com base em paráfrases, sem deixar de ser atravessado por traços polissêmicos, visto que se os sentidos – e os sujeitos – não fossem múltiplos, não pudessem se tornar outros, não haveria necessidade de dizer (ORLANDI, 2005).

Na função desempenhada pela paráfrase, há sempre algo que se mantém, referente à ordem do dizível, da memória. Por isso, ela representa o retorno aos mesmos espaços do dizer, produzindo, assim, diferentes formulações do mesmo dizer segmentado (ORLANDI, 2005). Neste caminho, a paráfrase pode ser apreendida como “um mecanismo de ‘fechamento’, de ‘delimitação’ das fronteiras de uma formação discursiva” (BRANDÃO, 2005, p.48). Cazarin (2005) corrobora este raciocínio e ressalta que é sempre no interior de uma família – ou rede – de paráfrases que os enunciados se revestem de sentido. Por sua vez, a polissemia tende a romper com tais fronteiras, embaralhando os limites entre as diversas formações discursivas e dando a ver a multiplicidade dos sentidos.

De acordo com Maingueneau (1997), a paráfrase ocupa um lugar destacável na AD, pois tem como uma de suas características a tentativa de controlar a polissemia que pode ser manifestada através da língua e do interdiscurso. Além disso, “nenhuma parafrasagem é discursivamente neutra” (MAINGUENEAU, 1997, p. 96), já que ao fingir dizer de maneira diferente a “mesma coisa” a paráfrase acaba por definir uma rede de desvios que desenha a identidade de uma formação discursiva.

Na busca pela compreensão do funcionamento discursivo de algum objeto, questão ou tema com base num *corpus* discursivo determinado (recorte analítico), o analista do discurso pode iniciar sua investigação a partir do mapeamento de regularidades, tomadas como “marcas discursivas” que explicitam a existência de famílias parafrásticas. Estas, por seu turno, são definidas por Pêcheux e Fuchs (1993) como a matriz do sentido e apresentam sempre um domínio semântico particular.

Queremos dizer que, para nós, a produção do sentido é estritamente indissociável da relação de paráfrase entre seqüências tais que a família parafrástica destas seqüências constitui o que se poderia chamar a “matriz do sentido”. Isto equivale dizer que é a partir da relação no interior desta família que se constitui o efeito de sentido, assim como a relação a um referente que implique este efeito (PÊCHEUX; FUCHS, 1993, p. 167).

Para Serrani (1991), a paráfrase também pode ser conceituada como uma ressonância interdiscursiva de significação, visto que tende a construir a realidade (imaginária) de um sentido a partir de uma constante receptibilidade de dizeres. "Ressonância porque para que haja paráfrase a significação é produzida por meio de um efeito de eco entre as unidades; elas soam de novo, acontecendo uma vibração semântica mútua" (SERRANI, 1991, p. 103 e 104). Logo, o funcionamento da paráfrase é, sobretudo, de origem interdiscursiva e pressupõe uma relação de equivalência semântica entre os enunciados. As redes de paráfrases que se formam ao longo dos processos discursivos convocam o já-dito, reiterando sentidos já estabelecidos, mas também os atualizando via interdiscursividade.

O vínculo estreito da paráfrase com o interdiscurso também é sublinhado por Petri (2009), que ainda explica como este elemento se relaciona às formações discursivas. Segundo a autora:

As relações de paráfrase coexistem no interdiscurso e vêm à tona conforme a inscrição do sujeito em uma FD ou outra. Ou seja, eles já apontam para a premissa de que o sentido não está inscrito, prioritariamente, em nenhuma FD, ele está no interdiscurso, o lugar onde estão virtualmente os sentidos. Eles estão lá, mas só vão significar ao se inscreverem em uma determinada FD e isso não depende de escolhas particulares do sujeito (PETRI, 2009, p.11).

A paráfrase diz respeito, portanto, a uma contínua repetição de discursos-outros, reverberados pela memória do sujeito que, por sua vez, acaba produzindo variações do já-dito. Mariani (1998, p. 61) sublinha que a interdiscursividade inerente a qualquer dizer pode "ser reconstruída através da análise dos processos parafrásticos presentes na cadeia intertextual que vai se construindo ao longo do tempo". Segundo a autora, a paráfrase está diretamente relacionada aos efeitos de homogeneização, uma vez que opera na oclusão e demarcação dos sentidos.

Ainda no que diz respeito à tensão entre paráfrase e polissemia, cabe a reflexão de Mariani (1998), que explica que a AD leva em consideração a relação de forças entre o "um" e o "múltiplo", isto é, o conflito entre o mesmo e o diferente. Sendo assim, apesar do estudo discursivo da paráfrase estar relacionado à busca por efeitos de homogeneização, é imprescindível que o analista de discurso não ignore "o fato de que também na repetição pode haver diferença" (MARIANI, 1998, p. 34). Em perspectiva semelhante, Petri (2009) elucida que apesar do trabalho da paráfrase contribuir com a cristalização – institucionalização do "sentido sobre" –, também pode desencadear um processo de ressignificação do já-dito. Em outras palavras, a autora coloca que "o processo parafrástico de produção dos sentidos no

discurso pode reiterar (atuando na instância do mesmo) ou transformar (atuando na instância do novo) os sentidos” (PETRI, 2009, p. 12).

É necessário, então, pensarmos os processos de paráfrase e polissemia como ocasionados pela própria heterogeneidade inerente a todo dizer. Logo, o mesmo pode vir a se tornar o outro, ou seja, se encaminhar do movimento parafrástico para o polissêmico. Petri (2009), ainda ressalta que não podemos reduzir à ideia de paráfrase como contraponto à polissemia, já que a mera oposição destas duas noções acaba por retirar da paráfrase a possibilidade de produção de sentidos outros que não os esperados. Em vista disso, compreendemos que os processos parafrásticos preveem a presença do mesmo e, por vezes, se encaminham para o diferente, onde ambos coexistem em relação de predominância, ressonância e, sobretudo, alteridade. “É preciso compreender o discurso como algo capaz de produzir ecos pela paráfrase, mas também capaz de produzir efeitos de sentido no interior do mesmo, comportando as relações de contradição” (PETRI, 2009, p. 14 e 15).

As questões expostas até aqui, evidentemente, não resumem a totalidade e complexidade dos conceitos trabalhados pela AD. Há outras diversas noções que também são estruturantes do quadro teórico-metodológico dessa perspectiva. A seguir, relacionamos nossa leitura referente à AD com o jornalismo, compreendendo este como um lugar de produção e circulação de sentidos (BENETTI, 2006). Ressaltamos que nossa proposta é compreender o funcionamento discursivo sobre a mudança climática na revista Superinteressante entre os anos 1995 e 2015.

3.4 PROPRIEDADES DO DISCURSO JORNALÍSTICO

Os meios de comunicação são espaços privilegiados no que se refere à produção de sentidos. Apesar de nem todas as funções da mídia se restringirem a um nível discursivo, Rodrigues (2002) enfatiza que todas elas têm no discurso o seu objetivo e sua expressão final. “A mídia produz discursos como os pintores pintam telas, os músicos compõem músicas, os arquitetos projetam edifícios” (RODRIGUES, 2002, p. 217).

O jornalismo, em especial, é constituído de discursos e por conseguinte, produz discursos. Os sentidos que as notícias “trazem”, por exemplo, são oriundos não apenas da especificidade da prática (apuração, produção e edição do texto), mas, sobretudo, do relacionamento do campo jornalístico com os demais campos sociais. Dito de outro modo, os sentidos que circulam nas notícias são construídos através das interações entre distintos indivíduos (posicionados enquanto sujeitos) em processos discursivos sempre complexos.

O jornalismo comporta como aspecto inerente de seu discurso o fato de falar sobre algo que ocorre no mundo para um público, na maioria das vezes, amplo, disperso e heterogêneo. Trata-se de um discurso reportado, uma especialidade de dizer que constitui uma produção de enunciados baseados no domínio do referente. Por isso, classificamos o discurso jornalístico como uma modalidade do “discurso sobre”, como defende Mariani (1998). Ainda segundo a autora, os discursos sobre atuam na institucionalização dos sentidos, ou seja, dizem respeito aos efeitos de linearidade e homogeneidade da memória.

Os discursos sobre são discursos intermediários, pois ao falar sobre um discurso de (discurso-origem), situam-se entre este e o interlocutor, qualquer que seja. De modo geral, representam lugares de autoridade em que se efetua algum tipo de transmissão de conhecimento, já que o falar sobre transita na co-relação entre o narrar/descrever um acontecimento singular, estabelecendo sua relação com um campo de saberes já reconhecido pelo interlocutor (MARIANI, 1998, p. 60).

O aporte teórico-metodológico da AD é relevante para trabalhos em jornalismo porque permite ao pesquisador compreender como os conteúdos jornalísticos são atravessados por variados discursos e que os sentidos não estão aprisionados nos textos, isto é, na camada textual visível. Os sentidos, na verdade, se constituem em relações entre quem enuncia e quem interpreta (BENETTI, 2010). Ademais, os efeitos da interdiscursividade, (re) configurados pelas formações discursivas, afetam a produção de sentidos dos textos noticiosos. Por isso, o discurso jornalístico, assim como qualquer gênero discursivo, não pode ser tomado como algo fechado em si, como se tivesse um término. Ao contrário, ele está sempre em curso, em movimento, perpassado por memória (por ditos em outros lugares) e uma exterioridade que lhe é constitutiva.

Compreender as notícias a partir desta perspectiva discursiva é reconhecer o jornalismo como uma área do conhecimento em que circulam interdiscursos. Conforme Schwaab e Zamin (2014, p. 3) “a AD contribui para pensar o discurso jornalístico como formador de redes interdiscursivas, por meio de retomadas, réplicas, atualizações e deslocamentos de outros tantos já-ditos, de dizeres oriundos de campos diversos”. Por sua vez, há também a memória discursiva do próprio discurso jornalístico, que vai conferir sentidos aos textos de acordo com um modo de produção específico e legitimado historicamente (regras, lógicas e critérios). Através desse conjunto de processos e constrangimentos, os sentidos são (re) construídos pela prática jornalística.

Os textos jornalísticos (sejam impressos, radiofônicos, televisuais, etc.) são produtos culturais dotados de sentidos sobre a realidade. A construção dos conteúdos noticiosos passa

por vários movimentos discursivos – da ordem da linguagem, mas também da exterioridade – e seus efeitos de sentidos circulam em processos essencialmente dinâmicos. Por isso, vale ressaltar que o discurso jornalístico configura-se tanto por categorias pré-noticiosas, quanto pelo trabalho das formações ideológicas, discursivas e imaginárias (SCHWAAB; ZAMIN, 2014), que circunscvem (e apagam) determinadas perspectivas dos textos.

Enquanto um gênero discursivo particular, o jornalismo possui as seguintes características: dialogia, polifonia (em seu ideal), opacidade, além de ser elaborado em condições de produção e rotinas particulares (BENETTI, 2010). Ao problematizarmos a prática jornalística com um viés discursivo, deixamos de lado a ingênua ideia de que as notícias poderiam ser um fiel reflexo da realidade. Por isso, é imprescindível reconhecer que “o texto objetivo é apenas uma intenção do jornalista, restando-lhe elaborar um texto que no máximo direcione a leitura para determinado sentido, sem que haja qualquer garantia que essa convergência de sentidos vá de fato ocorrer” (BENETTI, 2010, p. 108).

Mariani (1998) percebe no discurso jornalístico uma vontade de desambiguar o mundo, organizando e ordenando cotidianamente os acontecimentos, de maneira a mostrar que pode existir mais de uma opinião ou explicação para uma determinada questão em pauta, mas nunca um fato diferente do que foi relatado. Neste tipo de discurso, também se apaga para o sujeito-leitor o conjunto de ações e elementos que conformam a construção dos textos jornalísticos, impondo-se a imagem de uma “leitura literal” realizada com sentidos transparentes capazes de captar os fatos em sua “essência” (MARIANI, 1998).

Benetti (2016) nos lembra, ainda, que o analista só conseguirá perceber a complexidade discursiva e articulação dos sentidos se tiver conhecimento sobre os modos de funcionamento do discurso em análise. Numa análise de discurso que intenciona analisar sentidos a partir de *corpus* formado por textos jornalísticos, é necessário tomar como ação básica o exame cuidadoso das especificidades que conformam o fazer social do jornalismo e que são reverberadas em sua dimensão discursiva.

Para Mariani (1998) o discurso jornalístico trabalha tanto o inesperado (aquilo para o que ainda não há memória), como também o possível/previsível (fatos para os quais é possível dizer algo porque guardam semelhanças com eventos ocorridos em outro momento). Assim, inseridos em uma ordem, o discurso jornalístico organiza filiações de sentidos possíveis para o que relata “(...) não apenas em termos de uma memória, mas também no que diz respeito aos desdobramentos futuros” (MARIANI, 1998, p. 60).

À luz dos principais conceitos da AD, os discursos que permeiam os conteúdos produzidos pelo jornalismo podem ser observados, contextualizados e discutidos. De acordo

com Benetti (2010), essa linha de investigação é especialmente produtiva para dois tipos de estudos: a identificação dos sentidos, que inclui o desvelamento das formações discursivas, a questão do silenciamento (não-ditos) e os movimentos de paráfrase e polissemia; e o mapeamento das vozes, tanto dos jornalistas e das instituições, como ainda das fontes e do público (esfera da recepção). Esses dois procedimentos são específicos e podem ser realizados em momentos distintos, porém estão em íntima relação.

A noção de formação discursiva é recorrentemente utilizada em pesquisas que buscam ler o discurso jornalístico acerca de acontecimentos e temáticas variadas, sendo metodologicamente produtiva já que permite reunir o que está disperso ao longo de um texto (BENETTI, 2016). Para Schwaab (2007, p. 17), a formação discursiva é norteadora, visto que por meio dela podemos perceber como se faz a relação das marcas formais que aparecem em um determinado discurso com o ideológico.

Na análise do discurso jornalístico é preciso estabelecer esta conexão com o ideológico no texto. O diálogo com os dispositivos da Análise do Discurso Francesa (AD) desenha-se como um caminho para fazer emergir os efeitos de sentido que constituem a teia discursiva. Trabalhar com a compreensão do Jornalismo enquanto discurso pressupõe considerar todos os aspectos envolvidos neste sistema, nesta processualidade própria do fazer jornalístico, sendo que estes aspectos não estão do lado de fora do texto, mas inseridos nele (SCHWAAB, 2007, p. 15).

Não menos importante é reconhecer que para além dos discursos que serão analisados com base no aporte teórico-metodológico da AD, o pesquisador também acaba por produzir sentidos sobre os textos em análise. Este entendimento parte da premissa básica de que o sujeito-analista não está livre de ter seu dizer e interpretar afetados pela historicidade, pela ideologia e pela cultura. Ter consciência do funcionamento do seu próprio discurso é fundamental para que o analista exerça a devida vigilância epistemológica em sua investigação, afastando seus preconceitos, opiniões baseadas no senso comum e crenças pessoais (BENETTI, 2016).

Após refletirmos sobre as propriedades do discurso jornalístico, na sequência, apresentamos nosso gesto interpretativo. Lembramos que nossa proposta busca compreender como se dá o funcionamento da discursivização sobre a mudança climática na revista Superinteressante no período 1995-2015.

4 GESTO INTERPRETATIVO

Com base na tríade proposta por Maingueneau (2007), compreendemos que o *universo discursivo* abarcado pelo nosso trabalho é um amplo conjunto de discursos sobre questões ambientais, incluindo a problemática do clima que passou a receber maior atenção pública nas últimas décadas. Tais discursos são construídos por sujeitos situados em diferentes lugares sociais, como a política, a economia, a ciência e a própria instância midiática. Por sua vez, reconhecemos como *campo discursivo* de referência especificamente o campo jornalístico, um lugar estratégico de mediação entre os dizeres de variadas esferas da sociedade. Delimitamos como *espaço discursivo* a discursivização da revista Superinteressante sobre a mudança climática entre os anos 1995 e 2015. Partimos deste espaço para constituir o *corpus discursivo* da pesquisa, que será explicado a seguir.

Nosso primeiro movimento metodológico foi uma leitura completa de todas as edições de Superinteressantes publicadas entre janeiro de 1995 a dezembro de 2015. Incluímos nesse total as sete edições especiais (verdes) publicadas no mês de dezembro entre 2007 e 2013. Nesta fase da investigação, localizamos textos noticiosos³⁹ – nos formatos nota, notícia e reportagem – que correspondiam ao tema do estudo. Após diversas releituras dessa compilação de materiais, selecionamos os relatos jornalísticos mais representativos de cada ano, definindo, então, uma totalidade de 21 textos. Para tanto, utilizamos dois critérios: espaço e relevância.

Primeiramente, valorizamos o lugar e a extensão dos conteúdos na revista, separando os textos curtos das grandes matérias. Assim, nesta seleção, privilegiamos as reportagens de capa ou especiais que versaram sobre a mudança climática de forma mais central. Em seguida, priorizamos os textos que abordaram o fenômeno através da menção à suas causas, consequências, responsabilidades, entre outras implicações. Dos 21 textos selecionados⁴⁰ (um

³⁹ Embora tenhamos delimitado nossa seleção aos formatos nota, notícia e reportagem, não deixamos de ler outros tipos de produtos, como entrevistas e as próprias peças publicitárias e institucionais, já referidas na discussão sobre o objeto empírico. Por isso, mesmo que esses outros materiais não constituam o *corpus*, buscamos reconhecê-los como elementos de contextualização, pois também se relacionam às condições de produção da discursivização de Superinteressante sobre a mudança do clima, fornecendo índices sobre a questão.

⁴⁰ Cabe ressaltar que nem todos os 21 textos selecionados abordam a mudança climática de forma central, já que nosso mapeamento inicial apontou que Superinteressante não produziu conteúdos focados diretamente no assunto em todos os anos observados. No entanto, a maioria destes conteúdos, sobretudo as reportagens, trabalha a temática de modo direto, isto é, sem apenas tangenciá-la.

por ano), cinco são notícias e dezesseis são reportagens, sendo que quatro destas foram matérias de capa da revista.

Ainda no que se refere à constituição do *corpus*, Orlandi (2005), enfatiza a necessidade dos estudos em AD privilegiarem a exaustividade vertical, relacionada à profundidade diante do objeto e temática analisados. A autora explica que essa exaustividade leva em consideração as consequências teóricas, não trabalhando meramente com “dados”, mas sim como “fatos” da linguagem, com sua memória, espessura semântica e materialidade linguístico-discursiva. O outro tipo de exaustividade, a horizontal, não pode ser almejado porque o objeto empírico será sempre inesgotável. “Isto porque por definição, todo discurso se estabelece na relação com um discurso anterior e aponta para outro” (ORLANDI, 2005, p. 3). Logo, entendemos que nossa definição desses 21 textos noticiosos, com base em critérios já mencionados, se mostra válida, representativa e coerente com a proposta de trabalho.

Com base no material empírico selecionado, buscamos evidenciar os movimentos parafrásticos pertinentes ao objetivo da pesquisa, ou seja, mapeamos regularidades concernentes a variados aspectos da mudança climática. Para tal, nos ancoramos na noção de paráfrase, isto é, aquilo que se repete ao longo dos enunciados. Como discutimos no capítulo anterior, na perspectiva da Análise de Discurso (AD), o processo parafrástico permite a produção do sentido através de diferentes formas (ORLANDI, 1993). Por meio da repetição, a paráfrase busca estabilizar os sentidos, construindo variações do já-dito a partir dos diversos posicionamentos dos sujeitos.

Os trechos (recortes) que extraíamos destes 21 textos selecionados constituem nosso *corpus discursivo* e foram agrupados em Redes Parafrásticas (RP), conjuntos de dizeres que abrigam sentidos que se repetem por meio de diferentes formulações. Toda RP compõe uma trama discursiva maior, se relacionando com discursos-outros através dos efeitos da interdiscursividade.

As paráfrases, portanto, se atravessam e, muitas vezes, se complementam. No entanto, cada RP também mantém aspectos específicos, constituindo-se como uma visada específica acerca de um objeto do discurso (a mudança climática, no caso *da* nossa investigação). O funcionamento das redes inclui a repetição de palavras, expressões e proposições que ofertam sentidos sempre a partir das formações discursivas nas quais são produzidas (PÊCHEUX, 1995)⁴¹.

⁴¹ Com base neste autor, entendemos a formação discursiva como aquilo que pode e deve ser dito a partir de uma posição e conjuntura dada. Trata-se de uma região razoavelmente delimitada de sentidos que

Nosso mapeamento das paráfrases resultou em 343 sequências discursivas (SDs)⁴², que foram agrupadas em dez redes parafrásticas. Posteriormente, observamos relações entre tais redes através de funcionamentos, expressões, ordens e pressupostos. Com o auxílio de nossa revisão bibliográfica, reunimos tais redes em quatro formações discursivas que abordam a mudança climática a partir de diferentes dimensões. Abaixo, apresentamos as FDs mapeadas, nomeadas a partir de “enunciados-sínteses”, que sumarizam seus sentidos principais. Destacamos, também, as porcentagens de cada formação discursiva, obtidas a partir do nosso gesto interpretativo.

- (FD1) *A mudança climática reúne efeitos indesejáveis* (47%);
- (FD2) *A mudança climática diz respeito à ação humana* (32%);
- (FD3) *A mudança climática é uma questão controversa* (16%);
- (FD4) *A mudança climática é um problema desigual* (5%).

Por serem orientadas pelo princípio do que pode e deve ser dito em detrimento do que não pode e deve ser dito (PÊCHEUX, 1995), nossas formações discursivas ancoram dizeres produzidos em condições de produção determinadas, muitas dessas já supracitadas no decorrer do trabalho. As quatro FDs apontam modos bem específicos de perceber a mudança do clima, já que congregam diferentes redes parafrásticas sobre o problema. Por vezes, elas podem se atravessar, uma vez que como já discutimos, a heterogeneidade é um aspecto característico de toda formação discursiva. Logo, não reconhecemos as FDs como unidades fechadas, com fronteiras impermeáveis. Apesar desta compreensão, é preciso sublinhar que cada formação discursiva sustenta um saber discursivo particular acerca da questão climática, onde aspectos como consequências, causas, dúvidas, incertezas, enfrentamento, responsabilidades e vulnerabilidades são reiterados pela discursivização de Superinteressante entre os anos 1995 e 2015.

De agora em diante, refletimos sobre cada formação discursiva mapeada e suas respectivas redes parafrásticas por ordem decrescente de aparição no *corpus*. Descrevemos as

correspondem a uma determinada perspectiva ou ideologia (BENETTI, 2016). O conceito de formação discursiva foi problematizado no capítulo anterior.

⁴² Este total geral de sequências discursivas leva em conta os atravessamentos das redes parafrásticas. Ou seja, há trechos extraídos desses 21 textos que dizem respeito a mais de uma rede, por isso foram contabilizados mais de uma vez.

categorias de análise e apresentamos sequências discursivas exemplares (SDs)⁴³ que exemplificam nosso mapeamento dos processos parafrásticos sobre a mudança climática em Superinteressante. Nossa análise é guiada pela premissa do “batimento”, em que descrição e interpretação ocorrem de forma simultânea (GREGOLIN, 2007).

Destacamos em **negrito** os trechos das sequências onde há marcas discursivas que reforçam determinada construção de sentido de forma mais significativa (BENETTI, 2016). As partes sublinhadas, por sua vez, correspondem a trechos contabilizados como ocorrências pertencentes à outra (s) RP (s). Após a descrição e discussão de cada rede parafrástica, apresentamos um quadro⁴⁴ que reúne algumas das marcas discursivas mais expressivas no processo parafrástico observado.

4.1 (FD1) A MUDANÇA CLIMÁTICA REÚNE EFEITOS INDESEJÁVEIS

A formação discursiva predominante na discursivização de Superinteressante sobre a mudança climática é a (FD1) *A mudança climática reúne efeitos indesejáveis*. Nossa análise evidenciou que 47% dos dizeres da revista acerca do tema estão inscritos nesta formação discursiva que, por sua vez, engloba três redes parafrásticas. As reiterações de sentidos destas redes evidenciam a gravidade e urgência da problemática do clima, sublinhando seus principais impactos. É a partir desta formação discursiva que Superinteressante evidencia o potencial da alteração climática no que se refere ao engendramento e articulação de riscos em diferentes âmbitos da sociedade.

O elemento basilar desta FD são as consequências da alteração climática, tanto as antevistas pela ciência, quanto às já ocorridas em diversas regiões do planeta. As redes parafrásticas pertencentes à (FD1) são: (RP1) *O futuro pode ser pior*; (RP2) *Fatos comprovam o perigo e*; (RP3) *Há custos econômicos*. A significativa presença dessas redes, até certo ponto, dá a ver o alarmismo e o catastrofismo como elementos recorrentes nos dizeres de Superinteressante. Nas construções discursivas, observamos que a mudança

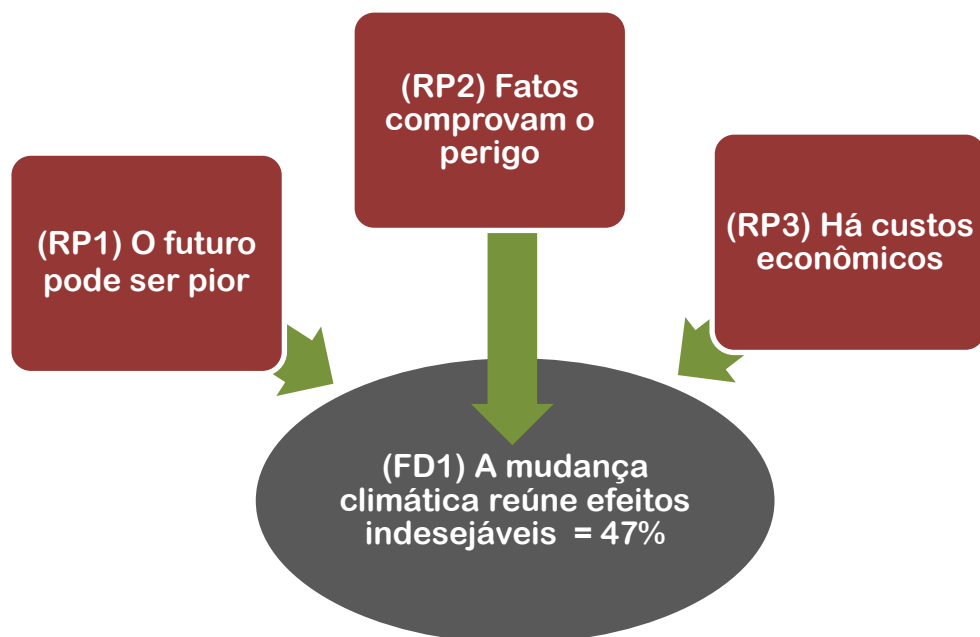
⁴³ A apresentação das sequências discursivas se dá em ordem cronológica. Sublinhamos que nem todas as SDs mapeadas serão expostas no trabalho, já que por uma questão de espaço e organização, apresentaremos apenas aquelas julgadas por nós como as mais representativas.

⁴⁴ Como veremos mais adiante, os quadros com as marcas discursivas de cada RP são utilizados para uma melhor visualização dos resultados da pesquisa. A partir deles, apresentamos cronologicamente apenas algumas marcas discursivas (recortes das próprias SDs). É preciso ressaltar que tais marcas presentes nos quadros não foram necessariamente retiradas das sequências discursivas apresentadas no decorrer da análise, uma vez que nem todas as SDs são descritas por completo na análise.

climática é posicionada como questão imprescindível a ser discutida por congregar efeitos socialmente indesejáveis, tais como destruições de ecossistemas e zonas rurais e urbanas, perdas econômicas (em nível macro e micro), doenças e mortes.

A imagem abaixo (figura 4) ilustra a relação dessa formação discursiva com suas três redes parafrásticas. Em seguida, passamos a analisar o funcionamento discursivo a partir das redes inscritas no domínio da (FD1) *A mudança climática reúne efeitos indesejáveis*, destacando seus elementos constituintes a partir de sequências discursivas exemplares.

Figura 4: (FD1) e suas respectivas redes parafrásticas



Fonte: autoria própria

(RP1) O futuro pode ser pior

Nesta rede parafrástica, Superinteressante enfatiza previsões científicas que trazem impactos drásticos para a humanidade. Por meio de prognósticos de especialistas, a publicação constrói sentidos sobre múltiplos efeitos da alteração do clima, incluindo desde o aumento da temperatura média do planeta Terra e o derretimento de geleiras, até conflitos pela escassez de água, fome e epidemias. Desse modo, a revista reformula uma série de dizeres que projetam um futuro imaginado dentro do contexto da mudança climática global (HULME, 2015). A seguir, destacamos sequências discursivas – em ordem cronológica de aparição no *corpus* – que exemplificam esse movimento de reiteração de sentidos:

(SD1) O CO2 também contribui, embora em medida menor. Determinar a relação que há entre a emissão desse gás e o clima da terra é difícil mas, **mesmo assim, vários pesquisadores começaram, no fim dos anos 80, a associá-lo a um futuro mais quente** (SUPER, ed. 93, Jun. 1995).

(SD4) O aumento de emissão de gases na atmosfera coincide com um aumento médio na temperatura global de 0,6 graus Celsius nos últimos seis anos. Entre outras consequências, teme-se que a alta temperatura marinha aumente o poder destrutivo de furacões como os que costumam passar pelos EUA (SUPER, ed. 103, abr. 1996).

(SD6) **Na pior das hipóteses, cogitadas pelo Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC, na sigla em inglês), até o ano de 2100 os oceanos vão crescer quase 1 metro. Aí seria um Deus nos acuda** (SUPER, ed. 124, jan. 1998).

(SD8) Capitais asiáticas como **Bancog, na Tailândia, sofreriam graves enchentes. Tesouros da Antiguidade como Alexandria, no Egito, seriam devastados.** E, nos **Estados Unidos, o dilúvio cobriria 160 000 quilômetros quadrados de costa, alagando cidades como Nova York, Nova Orleans e Miami** (SUPER, ed. 124, jan. 1998).

(SD12) Aqui, **os termômetros vão dar saltos enormes. A partir de 2040, eles devem marcar até sete pontos acima do patamar atual**, que gira em torno de 32 graus Celsius. **Parte da mata pode virar deserto.** (SUPER, ed. 136, jan. 1999).

Já em meados da década de 90, período inicial abarcado pelo nosso estudo, observamos Superinteressante enfatizar um conjunto de prováveis consequências futuras relacionadas à mudança climática, sobretudo, a mais básica de todas: o aumento do nível do mar e da temperatura global. Outros impactos que tiveram peso nos dizeres da publicação se referem à probabilidade de enchentes e secas, que atingiriam ecossistemas e cidades importantes, como Alexandria, no Egito, e Nova York, nos Estados Unidos. Nesta época, relatórios do IPCC (o primeiro em 1990 e o segundo em 1995) já apontavam tais efeitos associados ao fenômeno. Nota-se, ainda, que a revista emprega tons alarmistas em alguns momentos de sua discursivização sobre o tema. Ao mencionar a possibilidade da subida dos oceanos (SD6), Superinteressante descreve o cenário do futuro como “um Deus nos acuda”. Nos anos seguintes, essa rede parafrástica continuou a produzir dizeres referentes a outras diversas consequências atreladas à questão do clima, como nos mostram as sequências discursivas elencadas logo abaixo:

(SD19) **As áreas desertificadas vão crescer em muitos países e reduzir a produção agrícola.** Em alguns casos, como na África, drasticamente. O calor, por si só, tende a inviabilizar culturas de clima frio, como o trigo (SUPER, ed. 159, dez. 2000).

(SD24) **Os oceanos subiriam mais ainda: entre 18 centímetros e 95 centímetros, inundando áreas onde vivem hoje 118 milhões de pessoas.** E alguns fenômenos globais que envolvem a atmosfera e o oceano, como o El Niño, **seriam mais frequentes e mais intensos** (SUPER, ed. 173, fev. 2002).

(SD30) **O Brasil seria um dos países mais afetados.** Ao sul, o oceano Atlântico invadiria a bacia do Prata, inundando parte do Rio Grande do Sul (e um pedaço da Argentina e do Uruguai). No norte, **as águas oceânicas avançariam centenas de quilômetros pela calha do rio Amazonas** (leia infográfico) (SUPER, ed. 187, abr. 2003).

(SD33) As regiões do Nilo, Danúbio e Amazonas se tornarão militarizadas. **Chuvas torrenciais, secas infernais e ondas de calor insuportável diminuirão a produção de alimentos** (SUPER, ed. 200, maio. 2004).

(SD39) **A previsão é de que os oceanos subam entre 9 e 88 centímetros no próximo século.** Vai ser suficiente para a **população inteira** de pequenos arquipélagos como Tuvalu e as Ilhas Marshall **tenham de migrar para outros lugares** (SUPER, ed. 218, out. 2005).

(SD43) **Até 37% das espécies do planeta estarão extintas até 2050** - e esta é uma estimativa otimista. Ela não leva em conta a interação do clima com fatores como o desmatamento e barreiras para a migração, como estradas, cidades e plantações (SUPER, ed. 218, out. 2005).

Tais recortes evidenciam diferentes possíveis impactos da mudança climática destacados pela discursivização de Superinteressante nos primeiros anos da década de 2000. Além dos elementos centrais da problemática do clima, como o aumento do nível do mar (SD24) e (SD39), notamos que a revista passou a ampliar os tipos de consequências relacionadas ao problema. Foram empregadas previsões científicas que alertavam para ocorrências como a extinção de animais (SD43), e inviabilização de culturas como o trigo (SD19). Neste período, Superinteressante começou a discorrer com mais ênfase sobre os possíveis impactos do problema em nosso país, como podemos ver em (SD30). Além da menção a esses tipos de consequências, nos anos posteriores, percebemos que as modificações no regime das chuvas passaram a ser recorrentemente realçadas a partir da *(RPI) O futuro pode ser pior*, conforme nos indicam algumas das sequências discursivas a seguir:

(SD46) Mas, se as **previsões mais sinistras** se concretizarem, **problemas como a falta d'água e o racionamento de energia provocarão mudanças sensíveis no comportamento das pessoas** (SUPER, ed. 239, maio. 2007).

(SD51) Se os projetos de adaptação não correrem na mesma velocidade das mudanças climáticas, é capaz que o bicho-homem tenha de fazer o mesmo. **A ONU estima que, até 2005, as mudanças climáticas poderão tirar 200 milhões de pessoas de suas cidades** (SUPER, ed. 260, dez. 2008).

(SD52) Mas o que dá para dizer é que uma **das predições dos modelos climáticos** do aquecimento é que **a quantidade de chuvas tende a aumentar** (SUPER, ed. 239, dez. 2009).

(SD53) Portanto, **não só veremos estações mais chuvosas nos próximos anos como teremos maior ocorrência de furacões de alta intensidade**, sobretudo no Atlântico Norte, onde eles já são mais comuns (SUPER, ed. 239, dez. 2009).

(SD58) Esse distúrbio, que começou a se fazer presente para valer nas últimas décadas do século 20, está alterando sensivelmente o equilíbrio do planeta. O mundo está ficando mais quente e vários fenômenos observados hoje (numa Terra mais ou menos 0,5 grau mais quente que a média dos anos 1950-1980) **já dão uma mostra do que está por vir** (SUPER, ed. 239, dez. 2009).

Superinteressante sublinha que a questão da água pode ter duas faces quando se está diante da mudança climática: ou se sofre pela escassez dela (SD46) ou se teme pela abundância dela na forma de chuva (SD52) e (SD53). Outro elemento que notamos nesse processo parafrástico da revista diz respeito à associação realizada entre os efeitos diretos da mudança climática, como a falta de água e o conseqüente racionamento de energia com prováveis alterações no comportamento humano (SD46). Nos anos seguintes, com base no funcionamento de *(RPI) O futuro pode ser pior*, a publicação deu prosseguimento às reiteraões de sentidos acerca da questão da água, do aumento do calor e da possibilidade de ocorrências como terremotos, tsunamis (SD60) e furacões (SD70).

(SD60) Há quem defenda que, **com o aquecimento global, o problema tende a aumentar**. O especialista Bill McGuide, da London University, acredita que **o degelo nos polos deve fazer a crosta terrestre se movimentar para cima, o que causará terremotos e, por conseqüência, tsunamis** (SUPER, ed. 290, abr. 2011).

(SD61) **A falta de água poderá atingir dois terços da população mundial em 2025**. Grandes regiões de Ásia e África, além de trechos menores de Austrália, EUA, América Central e América do Sul (inclusive o nordeste brasileiro) já estão hoje em situação de escassez ou se aproximando disso. (2011) (SUPER, ed. 290, abr. 2011)

(SD68) **Se for liberado, o metano provocará uma aceleração dramática no aquecimento da Terra** - que aumentará 2 graus celsius, nível considerado crítico, até 35 anos antes do previsto. **Isso fará o nível do mar subir, inundando cidades e alterando várias regiões** (a floresta amazônica, por exemplo, poderia se transformar numa savana) (SUPER, ed. 324, out. 2013).

(SD70) **Pode apostar sem medo de errar: haverá outras ondas de calor tão fortes ou mais que essa ao longo das próximas décadas**. Esses são os chamados eventos extremos. Nisso se enquadram a **ampliação do número de furacões por temporada, as secas na Amazônia, as ondas de calor e os alagamentos, entre outros** (SUPER, ed. 330, mar, 2014).

Apesar das sequências discursivas focalizarem impactos que podem acontecer futuramente, a revista mobiliza elementos advindos de uma memória discursiva que abriga discursos sobre fatos historicamente percebidos como danosos e preocupantes, como o excesso de calor, a desertificação, as enchentes e os furacões. A legitimação discursiva nesta rede se dá, sobretudo, a partir do recrutamento da ciência, uma voz que autoriza a discursivização de Superinteressante, como explicitado pela (SD60). Assim, verificamos que

uma contínua formulação de dizeres concernentes ao futuro é ofertada pela publicação. Dizeres que, na maioria das vezes, são apresentados com base em resultados de estudos científicos sobre o tema.

Giddens (2010, p.31), ao refletir sobre os discursos que enfocam as consequências do problema, pondera que “o medo e a angústia não são necessariamente bons motivadores, especialmente quando os riscos percebidos são abstratos ou constituem perigos vistos como distantes”. Ainda segundo o autor, os efeitos negativos atrelados à mudança climática compõem apenas um conjunto de tantas outras preocupações na vida das pessoas. Além de fortalecer a ideia de algo “incontrolável”, a ênfase constante em torno dos efeitos do problema não dá a ver outras dimensões relevantes da questão, deixando de lado sua necessária politização e discussão acerca das causas e responsabilidades.

Superinteressante combina clima e catástrofe, trazendo para a sua discursivização, em determinados momentos, um misto de preocupação e fascínio associados a um possível fim dramático da civilização (MARTINEZ, 2016). A repetição incessante de dizeres em torno das previsões científicas – muitas vezes, redimensionadas de forma apocalíptica pela discursivização da revista – pode colaborar para a construção de um relato jornalístico fragmentado sobre a mudança climática. Nesta visada discursiva, a revista pouco contextualiza e aprofunda as relações causais e conflitantes do problema.

No entanto, como já sublinhamos em nossa revisão teórica, o foco nos efeitos negativos do problema ainda é bastante discutido, pois ainda não há como afirmar que discursos alarmistas e catastrofistas não contribuem para a sensibilização e, talvez, até mesmo engajamento dos sujeitos leitores (LOOSE, 2016). Para Klein (2014), apesar da percepção desse tipo de discurso ser variável entre os sujeitos interpretantes, muitas vezes, o que se sobressai mesmo é a indiferença – e inação – diante do alerta das consequências da mudança climática, visto que o problema congrega diversas ameaças que são aparentemente remotas.

Ademais, vale destacar, também, que a reformulação de dizeres em torno das previsões da ciência sobre o clima não é indiferente às dinâmicas do produto revista, uma vez que cabe a esse tipo de veículo provocar sensações que mantenham o público interessado no que está sendo narrado (VILAS BOAS, 1996). Nesta lógica, a revista constrói sua discursivização sem descuidar do realce aos elementos sensacionais e extraordinários característicos da mudança climática, isto é, as consequências do fenômeno não são apenas um aspecto qualquer a ser abordado, na medida em que costumam ser as dimensões mais destacadas.

O quadro abaixo expõe, em ordem cronológica, algumas marcas discursivas componentes do funcionamento da *(RP1) O futuro pode ser pior*.

Quadro 1: *O futuro pode ser pior (RP1)*

Marcas discursivas exemplares
(SD1) “associá-lo a um futuro mais quente” [1995]
(SD11) “sofrieriam verdadeiros dilúvios” [1998]
(SD24) “os oceanos subirão mais ainda” [2002]
(SD33) “ondas de calor insuportável diminuirão a produção de alimentos” [2004]
(SD46) “a falta d’água e o racionamento de energia provocarão mudanças sensíveis no comportamento das pessoas” [2007]
(SD53) “teremos maior ocorrência de furacões de alta intensidade” [2009]
(SD59) “e o pior é que há muito por vir” [2011]
(SD70) “haverá outras ondas de calor” [2014]

Fonte: autoria própria

Percebemos que o processo parafrástico engendrado pela *(RP1) O futuro pode ser pior* mantém um ritmo bastante padrão, com recorrente mobilização do saber científico para o alerta sobre o que de pior está por vir no futuro. O aumento da temperatura, a subida dos mares, bem como os eventos catastróficos são os tipos de efeitos mais frequentes na discursivização de Superinteressante. Com o passar dos anos, em sintonia com as novas pesquisas, sobretudo às compiladas por entidades como o IPCC, a revista passou a ampliar os tipos de consequências mencionadas, enfatizando, inclusive, efeitos no comportamento dos seres humanos. Na sequência, apresentaremos a *(RP2) Fatos comprovam o perigo*, que possui íntima relação com a *(RP1) O futuro pode ser pior*. Ademais, é preciso ressaltar que as três redes parafrásticas inscritas no domínio da *(FD1) A mudança climática reúne efeitos indesejáveis* foram verificadas de maneira regular na discursivização da revista, registrando seu ápice na década de 2000.

(RP2) Fatos comprovam o perigo

Tal rede parafrástica trabalha com a memorização de impactos já percebidos socialmente, isto é, consequências já concretizadas em diversos ambientes. Logo, em *(RP2)*

Fatos comprovam o perigo a publicação ressalta, entre outros efeitos, as catástrofes que vem acontecendo em diferentes regiões do mundo, citando, algumas vezes, fatos ocorridos no Brasil. Assim, o sentido em torno dos perigos relacionados à mudança climática é construído discursivamente a partir de um incessante trabalho de memória, em que Superinteressante relembra e atualiza uma série de episódios alarmantes para evidenciar a concretude do fenômeno.

Para iniciarmos a análise do funcionamento desta RP, destacamos algumas sequências discursivas representativas dos anos 1990.

(SD72) Acreditava-se que o EL Niño acontecia a cada sete anos, **mas dados recentes mostram uma mudança: nos últimos doze anos, houve quatro**. Vários cientistas acreditam que a interferência humana na atmosfera tem culpa nessa alteração (SUPER, ed. 93, Jun. 1995).

(SD75) **As espécies estão desaparecendo muito mais rapidamente do que em qualquer outra época**. De 135 tipos de pássaros do Havai, 101 estão quase extintos e outros 24 são raros ou ameaçados (SUPER, ed. 103, abr. 1996).

(SD77) A falta d' água já afeta 26 países. Muitos, como a Arábia Saudita, **estão acabando com as reservas subterrâneas, que não são repostas pelas chuvas**. Nesse ritmo, podem secar suas fontes em cinquenta anos (SUPER, ed. 103, abr. 1996).

(SD78) Ocorre que ninguém sabe, com precisão, o quanto o mar vai subir. Ele **vem crescendo há 20 000 anos**, desde o fim da última era glacial. **Estima-se que**, de lá pra cá **já tenha ganho uns 120 metros** (SUPER, ed. 124, jan. 1998).

(SD79) O cálculo ainda não está pronto, **mas é quase certo que 1998 foi o ano mais quente do século**. Segundo o climatologista David Viner, da Universidade East Anglia, em Norwich, Inglaterra, **a temperatura média do planeta deve ter superado o recorde anterior estabelecido em 1997**, de 15 graus Celsius (SUPER, ed. 136, jan. 1999).

(SD80) **O calor está torrando o norte do Brasil**, que fica cada vez mais seco, sujeito a incêndios **como o que ocorreu em Roraima em março de 1998** (SUPER, ed. 136, jan. 1999).

As consequências da mudança climática são apresentadas por Superinteressante como ocorrências já concretizadas, ao contrário da (RP1) *O futuro pode ser pior*, que enfatizava especialmente as previsões científicas. Sendo assim, percebemos que a revista não aponta apenas possibilidades futuras, pois sua discursivização também abarca um conjunto de dizeres acerca de fatos já ocorridos, tais como: o aumento na frequência e intensidade de fenômenos como o El Niño (SD72), o desaparecimento de várias espécies de animais (SD75) e o aumento da temperatura global (SD79), incluindo recordes de calor no Brasil (SD80). Aliás, percebemos que, ao longo dos anos, a revista passou a elencar cada vez mais fatos ocorridos

em nosso país como modo de chamar a atenção para a gravidade e urgência da mudança climática. As sequências discursivas (SD92) e (SD102) evidenciam essa nossa observação:

(SD88) **As calotas polares já estão derretendo.** Em algumas áreas, elas estão 40% mais finas que há dez anos (SUPER, ed. 159, dez. 2000).

(SD92) **Chuva no Nordeste, seca no Rio Grande do Sul e nevascas no Egito. Invernos quentes e verões frios. O clima parece ter enlouquecido.** No ano de 1999, o número de catástrofes climáticas bateu recorde histórico: foram 755. O recorde anterior, 702, havia sido estabelecido em 1998 (SUPER, ed. 173, fev. 2002).

(SD97) O primeiro efeito do derretimento seria um enorme aumento no nível do mar. No século 20, ele já subiu 25 centímetros, e é quase certo que, até 2100, deve se elevar mais 80 centímetros. Parece pouco, mas é suficiente para inundar áreas habitadas por 118 milhões de pessoas (SUPER, ed. 187, abr. 2003).

(SD99) **O aumento da temperatura global, a superpopulação e a contaminação dos ecossistemas mundiais estão por toda parte: somente podem-se corrigir os efeitos que eles criam com medidas de alcance global. Pequenas substituições e correções de rumo em alguns setores não constituem uma solução** (SUPER, ed. 200, maio. 2004).

(SD102) A temperatura média do planeta subiu 0,7C no último século. **Nas últimas décadas, geleiras tidas como eternas começaram a derreter, enchentes e secas se tornaram mais violentas, ondas de calor mataram milhares e um furacão fez sua estréia no Brasil** (SUPER, ed. 218, out. 2005).

Notamos que a memória discursiva que constitui a discursivização de Superinteressante inclui elementos historicamente associados como partes integrantes da problemática do clima. O derretimento de geleiras, um fato recorrentemente apresentado a partir de documentários sobre o tema e por fotografias (inclusive do jornalismo), também é trazido pela revista como uma consequência da mudança climática a partir da (SD88) e (SD118). Os recordes atrelados ao problema também são constantemente reiterados pela publicação, como podemos ver em (SD123). De modo geral, os dizeres construídos nos anos 2000 repetem uma série de ocorrências já apresentadas em edições da década de 1990, como as ondas de calor (SD119) e o aumento na intensidade e na frequência das chuvas e de eventos como furacões (SD122).

(SD118) **Ondas de calor, furacões mais intensos e derretimento das geleiras nos pólos são alguns resultados desse aquecimento já percebidos – que devem se agravar, pelas projeções dos cientistas** do IPCC apresentadas em abril na segunda parte do AR4 (SUPER, ed. 239, maio. 2007).

(SD119) O aquecimento global é paradoxal; muitos de seus efeitos devastadores não são visíveis no momento, mas a falta de intervenção imediata irá torná-los inevitáveis no futuro. O caos vem devagar, mas de forma irrefreável - **e já dá pra sentir as primeiras mudanças** (SUPER, ed. 239, dez. 2009).

(SD122) **Além do aumento na intensidade dos furacões e nos regimes de chuvas, o gelo das calotas polares está indo para as cucuias.** "Não há dúvida de que a progressiva perda de gelo marinho flutuando no oceano Ártico é causada pelo aquecimento do ar - que come o gelo por cima - e das águas - que come o gelo por baixo", afirma Carlos Nobre (SUPER, ed. 239, dez. 2009).

(SD123) **2005 foi o ano mais quente da história registrada**, 0,63 grau acima da média do período 1951-1980 (SUPER, ed. 239, dez. 2009).

A interdiscursividade é um componente presente e que funciona de diversas maneiras nas reiteraões da (RP2) *Fatos comprovam o perigo*. Superinteressante, então, oferta dizeres referentes a fatos apontados pelo conhecimento científico, especialmente com base em relatórios do IPCC, mas também relembra acontecimentos significativamente antigos, na tentativa de relacioná-los, de alguma forma, à atual problemática do clima (SD132). A revista, ainda, alerta que a alteração climática está impactando, cada vez mais, localidades diferentes do planeta, atingindo desde as geleiras siberianas (SD134) até as médias das temperaturas de algumas regiões brasileiras (SD137). Neste amplo conjunto de reformulações que dizem respeito aos “fatos da mudança climática”, Superinteressante também explica que o fenômeno em questão vai muito além do que simplesmente o aumento do calor (SD139).

(SD130) **No verão que passou, as chuvas causaram um estrago inédito no Rio de Janeiro: 700 mortos e 14 mil desalojados e desabrigados.** Mas nada comparável a China e Índia, onde a densidade populacional **leva a tragédias com milhões de vítimas - além da destruição**, as enchentes disseminam doenças infecciosas (SUPER, ed. 290, abr. 2011).

(SD132) Os resultados podem ser devastadores. Se afeta a agricultura, a seca é capaz de forçar populações a migrar para não sofrer com a falta de alimentos e doenças. **Em 1932, vítimas da seca no Ceará deixaram o interior em busca de socorro no litoral, por exemplo.** (SUPER, ed. 290, abr. 2011).

(SD134) **O problema é que, com o aquecimento global, o gelo da Sibéria está derretendo** - e pode deixar o metano escapar para a atmosfera, onde ele *provocaria um desastre ambiental*. Essa é a conclusão de cientistas da Universidade do Alasca e da Universidade de Cambridge (SUPER, ed. 324, out. 2013).

(SD137) **O calor infernal nas regiões Sul e Sudeste** no começo do ano parece um evento singular. Mas uma breve retrospectiva da história do planeta nos últimos anos mostra que **esses episódios estão se tornando cada vez mais comuns** (SUPER, ed. 330, mar, 2014).

(SD139) **O aumento da frequência dos eventos extremos é o principal sintoma das mudanças climáticas - que vão muito além do calor.** É o que cientistas falam há anos. Pode parecer paradoxal, mas os modelos climáticos explicam como o aumento médio de temperatura da Terra leva a invernos mais rigorosos. (SUPER, ed. 330, mar, 2014).

É possível perceber, ainda, que a *(RP2) Fatos comprovam o perigo* não opera enfocando histórias individuais. Assim, nesta visada discursiva, notamos que Superinteressante não concede espaço aos dramas humanos de ordem mais singular, como acontece em dizeres produzidos por outros veículos que destacam de modo frequente e intenso a figura de testemunhas, afetados e sobreviventes de tragédias relacionadas ao fenômeno. Não há, portanto, uma personalização das vítimas. Ao contrário, aqui elas são tratadas de modo mais generalista, como nas passagens “ondas de calor mataram milhares” e “leva a tragédias com milhares de vítimas”, observadas respectivamente em (SD102) e (SD130).

Diferentemente do trabalho realizado a partir da *(RPI) O futuro pode ser pior*, observamos que paráfrases desta rede circunscrevem a mudança climática como um problema de caráter concreto, exemplificando a veracidade e gravidade do problema a partir da menção a inúmeras situações e eventos. Dessa forma, a publicação não se limita a enumerar apenas as hipóteses e possibilidades advindas das previsões científicas, muitas vezes, incertas e pouco compreensíveis para a grande população (MARTINEZ, 2016), já que também enfatiza os efeitos já concretizados do problema, ou seja, dá a ver o que não está mais na ordem da possibilidade, pois já virou “fato”. Assim, Superinteressante lança mão de uma variedade de dados relacionados a diferentes dimensões da problemática do clima. O uso de tais dados, muitas vezes apresentados a partir de exemplos e estatísticas, é imprescindível na divulgação da ciência e na discursivização da revista ocupa um lugar estratégico, isto é, de autenticação da urgência e gravidade da mudança climática.

O caráter extraordinário de alguns episódios, como no caso da (SD130), ainda vai ao encontro da própria demanda do discurso jornalístico por acontecimentos impactantes, e que no caso de Superinteressante é atualizado e posto em circulação de modo incessante. Ademais, não podemos desconsiderar a compreensão de que a ênfase nos elementos sensacionais dos fatos pode colaborar na popularização de uma questão tão complexa como a mudança climática (CARNEIRO, 2013). Porém, é preciso que a discursivização ainda dê conta de outros elementos que estão no contexto da problemática do clima, não focalizando excessivamente suas consequências negativas.

O quadro abaixo expõe, em ordem cronológica, algumas marcas discursivas componentes do funcionamento da *(RP2) Fatos comprovam o perigo*.

Quadro 2: Fatos comprovam o perigo (RP2)

Marcas discursivas exemplares
(SD73) “o nível do mar subiu de 20 a 40 centímetros” [1996]
(SD80) “o calor está torrando o norte do Brasil” [1999]
(SD97) “no século 20, o mar já subiu 25 centímetros [2003]
(SD98) “os 14 anos mais quentes ocorreram a partir de 1980” [2004]
(SD118) “resultados desse aquecimento já percebido” [2007]
(SD122) “o gelo das calotas polares está indo para as cucuias” [2009]
(SD134) “com o aquecimento global, o gelo da Sibéria está derretendo” [2013]
(SD136) “o mundo está mais quente desde os anos 80” [2014]

Fonte: autoria própria

De forma bastante semelhante ao funcionamento observado em *(RP1) O futuro pode ser pior*, notamos que a *(RP2) Fatos comprovam o perigo*, ao longo desses anos, construiu uma diversidade de dizeres acerca das consequências da mudança do clima, porém, tratando-as como fatos já concretizados e não apenas como previsão. A próxima rede parafrástica a ser apresentada também diz respeito aos impactos do fenômeno, no entanto, mantém um domínio discursivo ainda mais particular, já que enfatiza especialmente os aspectos econômicos atrelados ao problema.

(RP3) Há custos econômicos

Notamos, a partir dos dizeres congregados pela *(RP3) Há custos econômicos*, uma contínua construção de sentidos que concerne aos fatores de ordem econômica ligados às consequências da mudança climática. Nesta visada discursiva, Superinteressante vincula eventos catastróficos a grandes prejuízos financeiros, enfatiza que os danos associados à problemática do clima afetam atividades econômicas importantes, além de sublinhar, em alguns momentos, que os efeitos do fenômeno poderão ser sentidos no próprio “bolso” das pessoas. Apesar de estar em sintonia direta com as redes parafrásticas anteriores, *(RP3) Há custos econômicos* chama a atenção para os efeitos danosos do problema a partir de uma determinada mercantilização da questão climática. Algumas sequências discursivas extraídas ainda nas edições da década de 1990 exemplificam as reiteraões conduzidas por este processo parafrástico.

(SD281) A previsão do tempo não tem somente o objetivo de determinar se as pessoas devem ou não usar galochas ao sair na rua. As companhias de seguros que o digam. **Perdem bilhões com o clima. Somente em 1992, catástrofes climáticas deixaram um prejuízo de 27,1 bilhões de dólares** (SUPER, ed. 93. Jun. 1995).

(SD282) As previsões semestrais de colheita, cujas **estimativas são feitas em função de modelos climáticos, influenciam diretamente os preços futuros**. E esses valores, sua vez, influenciam os agricultores na escolha de quanto e do que vão plantar (SUPER, ed. 93. Jun. 1995).

(SD284) O Nordeste sofreu com a seca. **O prejuízo total na América do Sul foi de 3 bilhões de dólares, e, em todo o planeta, 13 bilhões** (SUPER, ed. 117, jun. 1997).

(SD285) O **prejuízo recorde de 1,3 bilhões de dólares**, coube aos Estados Unidos. O Peru e o Equador arcaram com 650 000 dólares, vindo a Bolívia em seguida, com 300 000 (SUPER, ed. 117, jun. 1997).

(SD289) Nesse caso, cerca de 46 milhões de terráqueos que habitam áreas inundáveis nas costas do planeta seriam afetados, as quase 300 ilhas do Caribe e do Pacífico correriam perigo e a prefeitura de Nova York precisaria gastar 30 milhões de dólares para levantar os 46 quilômetros de muro que protegem a Ilha de Manhattan (SUPER, ed. 124, jan. 1998).

Os primeiros dizeres pertencentes à *(RP3) Há custos econômicos* denotam a relação que Superinteressante evidencia entre as previsões do tempo do setor privado, como companhias de seguros (SD281), e os (possíveis) desastres associados à alteração climática. A revista também situa a problemática do clima como uma questão capaz de gerar empecilhos na área de negócios como a agricultura, exigindo estimativas baseadas em modelos climáticos que preveem prováveis efeitos do fenômeno (SD282). Assim, sua discursivização enfatiza a necessidade do mercado também se prevenir frente aos impactos da mudança climática. Ainda durante estes primeiros anos, observamos que prejuízos econômicos relacionados à seca na América do Sul (SD284) e as enchentes nos Estados Unidos (SD285) ganham espaço na trama discursiva elaborada nesta rede. Nos anos seguintes, as reiteraões de *(RP3) Há custos econômicos* seguem essa mesma lógica de funcionamento, apenas variando os fatos exemplificados.

(SD290) **“Há dez anos, os prejuízos eram da ordem de 20 bilhões de dólares ao ano; agora, chegaram à casa dos 100 bilhões”**. Afirma. Sem falar em tragédias como a da Venezuela, onde as chuvas e as enchentes resultantes causaram 27 000 mortes, em 1999 (SUPER, ed. 159, dez. 2000).

(SD291) Mesmo nos Estados Unidos, bem mais preparados do que o resto do mundo para enfrentar desastres, a passagem do furacão Floyd pela costa leste, no ano passado, custou mais de 4 bilhões de dólares em danos. A fuga de milhares de moradores vitimados foi a maior evacuação registrada na história do país (SUPER, ed. 159, dez. 2000).

(SD294) Os cientistas argumentam que a implementação dessas técnicas geraria novas atividades econômicas **e que os prejuízos provocados pelo aquecimento global serão muito mais altos que os custos de controle** (SUPER, ed. 164, maio. 2001).

(SD295) A 850 quilômetros dali, todo o gelo que protegia a vila de Shismaref do vento e das ondas derreteu, o que obrigou os habitantes a mudar a cidade inteira para outro lugar, a um custo de 180 milhões de dólares (SUPER, ed. 218, out. 2005).

(SD296) Mas existem fenômenos mais fáceis de relacionar ao aquecimento. Em 2003, um calor muito acima da média na Europa causou cerca de 30 mil mortes e um prejuízo de 13,5 bilhões de dólares (SUPER, ed. 218, out. 2005).

(SD298) **O custo disso tudo é difícil de prever.** O terceiro relatório do IPCC estima algo **entre US\$78 bilhões e mais US\$ 1 trilhão por ano - o que vem a corresponder a entre 0,2 e 2,5% da soma dos PIBs de todas as nações do mundo** (SUPER, ed. 239, maio. 2007).

A fim de tornar mais evidente a dimensão econômica das consequências da mudança do clima, Superinteressante utiliza o artifício da comparação em alguns momentos de sua discursivização, como percebemos em (SD290). Os eventos catastróficos mencionados pela revista dão a ver prejuízos astronômicos, na maioria das vezes, na casa dos bilhões de dólares. Em passagens pessimistas, recebem mais espaço palavras como “prejuízos” (SD290) e (294); “custou/custo” (SD291), (294) e (SD298); e danos (291), que no processo parafrástico desta rede ajudam a materializar uma espessura econômica negativa da questão do clima, sempre associada a gigantescas perdas e despesas.

Outro aspecto presente em (RP3) *Há custos econômicos* se refere à associação comparativa que a revista faz entre os custos dos impactos da mudança climática com a os valores financeiros necessários para se precaver dos efeitos do problema. Assim, percebemos que, de certa maneira, a publicação parece dizer em (SD294): “sai mais barato prevenir do que remediar”. Nesta sequência discursiva, em especial, observamos o atravessamento de sentidos da (RP5) *É possível e preciso agir*, que focaliza ações de enfrentamento, como veremos mais adiante.

A dinâmica que enfatiza os valores financeiros relacionados às catástrofes também pode ser percebida em sequências discursivas recortadas das edições mais recentes de Superinteressante, conforme notamos em (SD299) e (SD300). No entanto, também consideramos a existência de um movimento mais específico desta rede na (SD301), em que o dizer da revista interpela diretamente o sujeito-leitor para alertá-lo sobre as despesas atreladas ao problema. Nesta passagem, percebemos a discursivização considerar uma lógica do próprio texto no jornalismo de revista, que recorrentemente busca pensar em questões que afetam a vida prática dos leitores, isto é, que repercutem no seu cotidiano (SCALZO, 2008).

(SD299) **O desastre no Japão será o mais caro da história**, já declararam analistas que calculam prejuízos com catástrofes. **O líder prestes a ser desbancado é um furacão: o Katrina** (SUPER, ed. 290, abr. 2011).

(SD300) Em 2005, quando varreu a costa dos EUA, o Katrina causou prejuízos de mais de US\$ 100 bilhões. De onde ele saiu, virão outros mais poderosos. Os furacões (nome usado no Atlântico) e tufões (nome usado principalmente no Pacífico) estão se fortalecendo (SUPER, ed. 290, abr. 2011).

(SD301) Não é só o planeta que sofre **com as consequências do aquecimento global: a sua carteira pode estar mais vazia por causa dele** (SUPER, ed. 355, dez. 2015).

É preciso ressaltar que os dizeres da (RP3) *Há custos econômicos* não funcionam de modo isolado, visto que para legitimar a gravidade do fenômeno, Superinteressante os relaciona a outros custos que vão além da questão meramente econômica, como as perdas humanas e os impactos nos ecossistemas, fatores trabalhados por (RP1) *O futuro pode ser pior* e (RP2) *Fatos comprovam o perigo*. Além disso, verificamos que em (RP3) *Há custos econômicos*, os prejuízos econômicos são elencados, sobretudo, com base num plano macro. Nesta direção, a discursivização da revista leva em conta os contextos das grandes catástrofes e desastres (SD300). Em raras vezes, esta rede parafrástica reiterou sentidos sobre os custos financeiros numa ordem mais individual, como já apontamos a partir da (SD301). Por seu turno, nestes momentos observamos Superinteressante construir o sentido em torno dos custos financeiros a partir de um tom interpelativo que visa falar diretamente com o leitor, algo essencialmente característico do jornalismo de revista (BENETTI, 2013).

O quadro abaixo expõe, em ordem cronológica, algumas marcas discursivas componentes do funcionamento da (RP3) *Há custos econômicos*.

Quadro 3: Há custos econômicos (RP3)

Marcas discursivas exemplares
(SD281) “catástrofes climáticas deixaram um prejuízo de 27,1 bilhões de dólares” [1996]
(SD284) “O prejuízo total na América do Sul foi de 3 bilhões de dólares” [1997]
(SD289) “prefeitura de Nova York precisaria gastar 30 milhões de dólares” [1998]
(SD295) “a um custo de 180 milhões de anos” [2005]
(SD296) “um prejuízo de 13,5 bilhões de dólares” [2005]
(SD298) “entre US\$78 bilhões e mais US\$ 1 trilhão por ano” [2007]
(SD300) “o Katrina causou prejuízos de mais de US\$ 100 bilhões” [2011]
(SD301) “a sua carteira pode estar mais vazia por causa dele” [2015]

Fonte: autoria própria

O quadro destaca a diversidade de reformulações realizadas a partir dos movimentos parafrásticos da (RP3) *Há custos econômicos*. Apesar da discursivização da revista modificar palavras e expressões, o sentido principal sempre vem ser o mesmo: “a mudança climática também gera custos econômicos”. A associação mais recorrente feita por Superinteressante é entre os eventos desastrosos com prejuízos econômicos de enorme proporção. Por vezes, a publicação ainda trabalha esse processo parafrástico através da menção a outros danos financeiros atrelados à questão do clima, como percebemos em (SD283), quando é destacado como a atividade da pesca é afetada economicamente. Em alguns momentos, nesta rede, a revista ainda sublinha custo financeiro para barrar ou minimizar os efeitos da alteração climática (SD293), aproximando seus dizeres da (RP5) *É possível e preciso agir*, que enfoca a questão do enfrentamento e está inscrita na (FD2) *A mudança climática concerne à ação humana*, como aprofundaremos mais adiante.

De maneira geral, a (FD1) *A mudança climática reúne efeitos indesejáveis*, a partir de suas três redes parafrásticas, constrói e reitera uma variedade de dizeres que mantêm relações com inúmeros acontecimentos sociais ocorridos nas últimas décadas. O derretimento das geleiras, recordes nas temperaturas em diversas localidades do mundo e eventos climáticos como o furacão Katrina, que atingiu o litoral sul dos Estados Unidos, em 2005, são apenas alguns exemplos. Ainda podemos pensar os dizeres inscritos nesta formação discursiva com base em suas relações históricas com outros fatores, incluindo a divulgação dos relatórios do IPCC e os encontros internacionais de discussão sobre o tema. Em vários enunciados, tais episódios foram acionados pela discursivização da revista.

Na sequência, caracterizamos a (FD2) *A mudança climática concerne à ação humana*, destacando suas redes parafrásticas e seus elementos que a particularizam. É preciso ressaltar que, embora se trate de outra formação discursiva, não desconsideramos os atravessamentos de sentidos, já que estes nos apontam a própria heterogeneidade discursiva comum a todo discurso (ORLANDI, 2005), e que não é diferente na discursivização de Superinteressante sobre a mudança climática.

4.2 (FD2) A MUDANÇA CLIMÁTICA CONCERNE À AÇÃO HUMANA

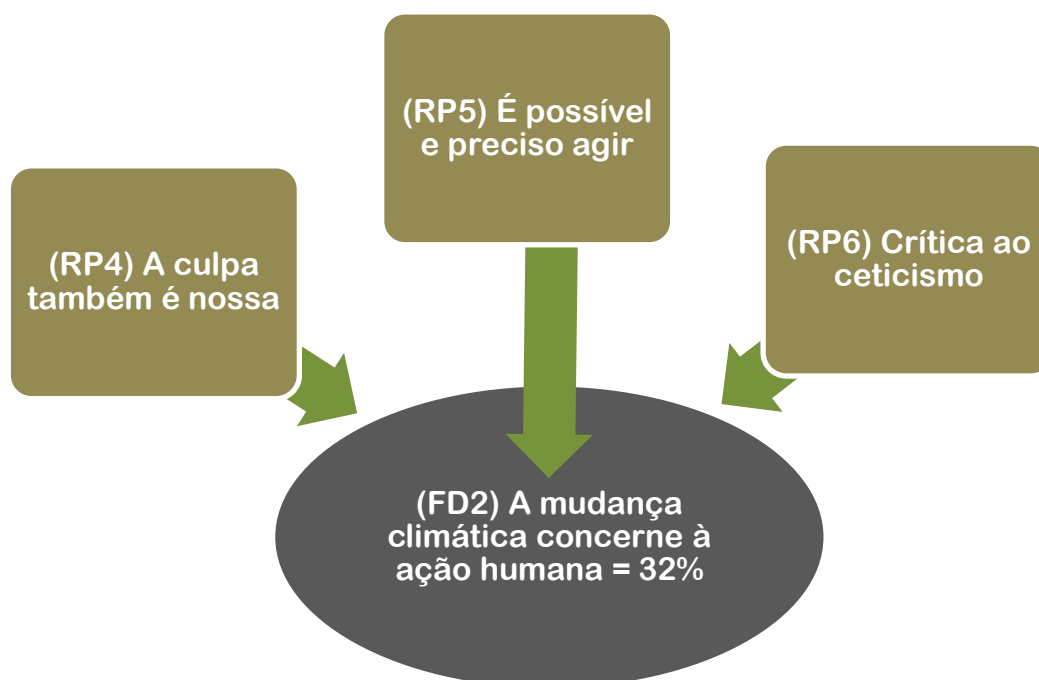
Tal formação discursiva é a segunda mais recorrente na discursivização de Superinteressante (32%) e constitui-se por dizeres relacionados ao reconhecimento do caráter antropogênico do problema, bem como as maneiras de enfrentá-lo através de medidas mitigação e adaptação. A partir desta FD, a revista assume a mudança climática como um problema essencialmente vinculado as ações do ser humano, sobretudo no que concerne aos modos de produção e consumo predominantes no mundo contemporâneo (KLEIN, 2014).

Assim, Superinteressante aponta diferentes dimensões sociais que permeiam as origens do fenômeno, destacando as responsabilidades de cada sujeito, bem como argumentos que contrariam a ideia de que a mudança climática não seria um problema real, grave e antropogênico. As três redes parafrásticas pertencentes a esta formação discursiva são: (RP4) *A culpa também é nossa*; (RP5) *É possível e preciso agir*; e (RP6) *Crítica ao ceticismo*. É preciso ressaltar que tais redes possuem especificidades bem demarcadas, o que não invalida suas relações de proximidade. A revista, então, trabalha a ideia da dimensão humana atrelada ao problema (tanto na ordem da causa, como também da responsabilidade) de diferentes maneiras.

Nestes processos parafrásticos, uma diversidade de elementos ganha espaço na discursivização de Superinteressante, espaço que não acolhe apenas a repetição, mas também a atualização dos dizeres ao longo dos anos. A discussão sobre as causas, a possibilidade e necessidade de enfrentamento do fenômeno, assim como a visão crítica às perspectivas céticas integram essa formação discursiva, que possui como eixo central, portanto, o sentido de que a problemática do clima, além de ser uma realidade, também envolve – nas mais variadas formas – o ser humano.

Após ilustrarmos a relação dessa formação discursiva com suas redes parafrásticas, apresentamos a caracterização dessas três redes mapeadas, destacando seus principais aspectos a partir de algumas sequências discursivas.

Figura 5: (FD2) e suas respectivas redes parafrásticas



(RP4) A culpa também é nossa

Com a *(RP4) A culpa também é nossa*, Superinteressante deixa evidente que o desequilíbrio climático não se deve apenas a causas naturais, destacando tanto os hábitos e costumes de consumo do nosso cotidiano, como também a lógica dos próprios sistemas econômicos que se baseiam na exploração insustentável de recursos naturais. Os sentidos engendrados neste processo parafrástico enquadram o ser humano como o principal agente causador e acelerador do problema. Assim, a discursivização da revista produz uma ampla variedade de dizeres referentes à culpabilidade social em relação à mudança do clima. Nesta visada discursiva, portanto, são enfatizados os aspectos antropogênicos associados à geração do fenômeno.

Abaixo, destacamos algumas sequências discursivas extraídas ainda nos anos 1990 que exemplificam como Superinteressante formulava dizeres em relação ao elemento da culpa humana.

(SD141) Acreditava-se que o EL Niño acontecia a cada sete anos, mas dados recentes mostram uma mudança: nos últimos doze anos, houve quatro. Vários cientistas acreditam que a **interferência humana na atmosfera tem culpa nessa alteração** (SUPER, ed. 93. Jun. 1995).

(SD144) Um aumento de um ou dois graus na temperatura média global – que hoje é de cerca de 15C – transtornaria o mapa agrícola da Terra. Três graus a mais nos oceanos duplicariam o número de furacões. Ou seja: **o homem pode pôr tudo a perder bem antes de as geleiras derreterem** (SUPER, ed. 93. Jun. 1995).

(SD145) **O aumento de emissão de gases na atmosfera coincide com um aumento médio na temperatura global** de 0,6 graus Celsius nos últimos seis anos. Entre outras consequências, teme-se que a alta temperatura marinha aumente o poder destrutivo de furacões como os que costumam passar pelos EUA (SUPER, ed. 103, abr. 1996).

(SD146) **Se a descarga de poluição continuar no nível que está atualmente é provável que a temperatura suba para 16,5 graus**, dentro de cinquenta anos, e mais 1,5 graus cinco décadas depois (SUPER, ed. 136, jan. 1999).

Por meio das SDs supracitadas, notamos que o sentido sobre a ação humana como causa da mudança climática é constantemente reformulado e apresentado de maneiras diversas. Em algumas passagens, a revista sublinha a possibilidade de interferência humana no sistema climático com base no alerta de vários cientistas (SD141). Em outros momentos, a publicação interliga o aumento das emissões de gases do efeito estufa (poluição) com o aumento médio da temperatura global, como vimos em (SD145) e (SD146). Desse modo, as ações do homem são apontadas como uma séria ameaça a um futuro seguro, visto que poderíamos colocar tudo a perder antes mesmo do derretimento das geleiras espalhadas pelo

mundo (SD144). Nos primeiros anos da década de 2000, os fatores antropogênicos associados à causa da mudança do clima continuaram a ocupar espaço significativo nos dizeres de Superinteressante, conforme observamos a partir das sequências discursivas elencadas abaixo:

(SD148) Daqui para frente, é quase certo que a situação vai piorar. Porque a causa do aquecimento global, segundo a maioria dos pesquisadores, são poluentes produzidos pelo próprio homem. O protagonista dessa história é o gás carbônico, gerado pela queima permanente de combustível em cada fábrica, carro, trator ou avião do planeta (SUPER, ed. 159, dez. 2000).

(SD149) Além disso, George W. Bush foi governador do Texas, Estado que mais produz petróleo nos EUA. A queima de petróleo é responsável por nada menos que 58% das emissões de gás carbônico no planeta (SUPER, ed. 164, maio. 2001).

(SD152) **Ou seja, o aquecimento atual não foi disparado pelos ciclos astronômicos, mas pelo gás carbônico,** cuja concentração atual no ar é – seguramente – a maior dos últimos 400 000 anos e, possivelmente, a maior em 25 milhões de anos, segundo Carlos Nobre (SUPER, ed. 173, fev. 2002).

(SD154) **Quando queimamos petróleo e carvão, devolvemos à atmosfera uma reserva de carbono** que vem se acumulando há bilhões de anos e que, **sem nossa ajuda, não voltaria ao ciclo natural** (SUPER, ed. 173, fev. 2002).

(SD156) A terra está esquentando. Graças à queima de petróleo e carvão, só no último século a temperatura média do planeta já aumentou 0,5C. E vai subir mais, dizem cientistas do mundo todo (SUPER, ed. 187, abr. 2003).

(SD162) E, quanto melhores os modelos ficam, **mais aparecem evidências de que o aquecimento global não poderia acontecer apenas por causas naturais** (SUPER, ed. 218, out. 2005).

Para o público leigo, por vezes, a faceta antropogênica da mudança climática, pode parecer um pouco abstrata a partir somente de menções aos gases causadores do efeito estufa e conseqüentemente do aquecimento global (MARTÍNEZ, 2016). Por isso, a revista também detalha em seus dizeres que tais gases são oriundos de várias atividades comuns na sociedade, como a queima permanente de combustível em fábricas, bem como em carros, tratores e aviões (SD148). Superinteressante, então, focaliza a relação entre a queima de petróleo e carvão (SD149), (SD154) e (SD156) com a problemática do clima, chamando a atenção para a impossibilidade de o aquecimento planetário ter origem apenas em causas de ordem natural (SD162). Em alguns momentos dessa discursivização, observamos que a revista busca demarcar um lugar junto ao leitor, se posicionando, como sujeito como todos os outros e que também colabora na geração do problema. Isso é perceptível em passagens com a linguagem na terceira pessoa, exemplificadas na (SD154) “quando queimamos petróleo” e “sem nossa ajuda”.

Na segunda metade dos anos 2000, essa estratégia discursiva de aproximação com o público também foi mobilizada, como demonstram os enunciados da (SD171) “estamos lançando”; (SD174) “a culpa é toda nossa”; (SD175) “do aquecimento que já produzimos” e (SD178) “lançamos no ar” e “que colocamos na atmosfera”. A reiteração de sentidos acerca da culpa humana também é trabalhada pela revista através da percepção dos comportamentos insustentáveis do homem, que acabariam por “castigar o planeta” (SD170).

(SD170) Só se fala nas tais mudanças climáticas. Todos, de cientistas a ascensoristas, se convenceram de que, **se o homem não parar de castigar o planeta**, o apocalipse virá em forma de inundações, furacões e outras pragas (SUPER, ed. 239, maio. 2007).

(SD171) O problema, dizem os cientistas, é que **estamos lançando CO2 demais na atmosfera, aumentando o efeito estufa e aquecendo o planeta. Os responsáveis por esse estrago todo seriam a queima de petróleo e carvão, a destruição de florestas e a pecuária extensiva** (sim são as flatulências bovinas) (SUPER, ed. 239, maio. 2007).

(SD174) Não vai ter escapatória. Em seu mais recente relatório, o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC, na sigla em inglês) afirmou pela primeira vez, sem meias palavras, **que o aquecimento global é um fato e que a culpa é toda nossa** (SUPER, ed. 260, dez. 2008).

(SD175) Mas não há como escapar **das consequências do aquecimento que já produzimos** e que vão mostrar as garras nas próximas décadas (SUPER, ed. 260, dez. 2008).

(SD177) **O aumento do consumo de energia pelas redes leva à emissão de mais carbono na atmosfera.** Mais carros nas ruas? Já se vai mais carbono para o ar. Comeu um hambúrguer? Toma carbono na atmosfera (SUPER, ed. 239, dez. 2009).

(SD178) Por uma razão muito simples: **os gases-estufa que lançamos no ar** não vão embora do dia para a noite. Mesmo que paremos de emitir amanhã, **tudo que colocamos na atmosfera até hoje vai levar uns 100 anos para sair de lá** (SUPER, ed. 239, dez. 2009).

O vínculo entre a ação humana e geração – e aceleração – da mudança do clima é colocado em cena de maneiras diversas pela (RP4) *A culpa também é nossa* e alguns dizeres são construídos em torno da questão do uso da energia (SD177). Ademais, nos recortes extraídos de edições mais recentes, a associação entre o comportamento humano com a geração do problema se manteve presente na discursivização da revista, como verificado em (SD182), por exemplo.

Em algumas passagens, Superinteressante defende que o seu leitor se movimente contra o aquecimento global, visto que a própria inação colaboraria na emissão de CO₂, ou seja, a opção por não tomar uma atitude já implicaria numa cumplicidade com a geração do problema (SD186). Especialmente nesta sequência discursiva, notamos um atravessamento

com os sentidos abarcados pela (RP5) *É possível e preciso agir*, pois ela também diz respeito ao enfrentamento da mudança do clima, pensado a partir de ações no âmbito individual. No entanto, circunscrevemos tal SD em (RP4) *A culpa também é nossa* por reconhecermos que seu sentido basilar refere-se à questão da culpa humana na geração da problemática do clima. O atravessamento entre (RP4) *A culpa também é nossa* e (RP5) *É possível e preciso agir* também foi percebido em outras sequências discursivas como a (SD187) que reitera simultaneamente a culpa humana (“soltamos nela”) com a possibilidade de enfrentar o problema (“reduzir as emissões”).

(SD180) **E, sim, pode existir uma ligação entre esses fenômenos e a ação humana.** Nas páginas seguintes, você descobre os riscos que corremos. E como podemos nos preparar. (2011)

(SD181) Pela primeira vez, foi provado que os gases do efeito estufa provocam aumento de chuva. Ou seja, não só está piorando como **é culpa nossa** (SUPER, ed. 290, abr. 2011).

(SD182) O Brasil começou a queimar mais carvão, óleo diesel e gás natural. Isso significa que, **sem mudar nada na sua vida, você já está emitindo mais CO2** (SUPER, ed. 300, jan. 2012).

(SD183) O Brasil sempre se orgulhou de gerar energia limpa. Mas nos últimos anos, esse cenário mudou um pouco. Isso porque o governo investiu em usinas termelétricas, que são mais baratas e rápidas de construir, **mas possuem uma grande desvantagem - como são movidas a carvão, gás ou derivados de petróleo, emitem muito mais CO2 que as hidrelétricas** (que geram uma quantidade pequena desse gás vinda do apodrecimento de plantas nas regiões alagadas pela usina) (SUPER, ed. 300, jan. 2012).

(SD186) **Sua conta com o planeta já subiu. Com o uso das usinas termelétricas, todo brasileiro está lançando 19% mais CO2 na atmosfera** (SUPER, ed. 300, jan. 2012).

(SD187) Se o Sol estiver mesmo esfriando, trata-se de uma possível boa notícia. Com essa mãozinha de nossa estrela-mãe, **talvez ganhemos algumas décadas para reduzir as emissões de gases-estufa** antes que a temperatura volte a seguir a trajetória de aumento. Mas gases como CO2 permanecem pelo menos cem anos na atmosfera assim **que os soltamos nela**. Então, não há tempo a perder (SUPER, ed. 330, mar, 2014).

O quadro abaixo expõe, em ordem cronológica, algumas marcas discursivas componentes do funcionamento da (RP4) *A culpa também é nossa*.

Quadro 4: A culpa também é nossa (RP4)

Marcas discursivas exemplares
(SD142) “acreditam que a humanidade é o vilão” [1995]
(SD145) “o aumento da emissão de gases na atmosfera coincide com um aumento médio na temperatura global” [1996]
(SD149) “a queima de petróleo é responsável por nada menos que 58% das emissões de gás carbônico no planeta” [2001]
(SD158) “na origem de todo o problema estão os sistemas econômicos” [2004]
(SD170) “se o homem não parar de castigar o planeta” [2007]
(SD178) “os gases-estufa que lançamos no ar” [2009]
(SD180) “ligação entre esses fenômenos e a ação humana” [2011]
(SD186) “Sua conta com o planeta já subiu” [2012]

Fonte: autoria própria

O quadro, assim como as sequências discursivas discutidas até aqui, apontam diferentes formulações do sentido de culpa humana em relação à mudança climática. Em determinados dizeres, Superinteressante explicitamente atribui a causa do problema ao comportamento e estilo de vida do ser humano. Em outros, o peso antropogênico é circunscrito a partir de dizeres que enfatizam a queima de combustíveis fósseis e o reflexo disso no aquecimento do planeta, ou seja, a culpa humana ainda é construída discursivamente, mas de uma maneira mais subjacente, onde o “sujeito-poluidor” é representado pelas grandes empresas do setor industrial. Apesar de tais diferenças, de forma geral, as sequências discursivas desta RP não aprofundam e problematizam as questões estruturais da sociedade que, como alerta Klein (2014), conformam o ciclo da poluição de gases do efeito estufa. Assim, em (RP4) *A culpa também é nossa*, Superinteressante expõe mais fortemente as causas do problema, por vezes, quase invisíveis para a grande população, uma vez que existe uma considerável distância temporal entre origem e impacto das emissões (MARTÍNEZ, 2016). A seguir, partimos para a discussão da rede parafrástica que destaca o fator antropogênico especialmente através das questões relacionadas ao enfrentamento da mudança climática, a (RP5) *É possível e preciso agir*.

(RP5) É possível e preciso agir

Tal rede está inscrita na (FD2) *A mudança climática concerne à ação humana* devido ao fato do seu processo parafrástico reiterar que a questão do clima é um problema

diretamente relacionado ao homem, exigindo ações de enfrentamento por parte deste. A partir desta visada discursiva, Superinteressante destaca determinadas medidas na área de adaptação e mitigação frente à mudança do clima. A revista elenca um diversificado conjunto de ações que diferentes sujeitos – cidadão, setor privado e poder privado – podem e devem adotar e cita exemplos de iniciativas e projetos que visam amenizar os impactos do problema.

Sabemos que ações de adaptação, muitas vezes, são realizadas em função de aspectos naturais. No entanto, os dizeres desta RP, que recortamos na forma de sequências discursivas, referem-se a medidas que levam em conta especialmente a faceta humana da problemática do clima, tanto no aspecto da causa, como também do tratamento ou solução. Ou seja, consideramos as condições de produção dos enunciados pertencentes a esta rede para circunscrevê-los no âmbito da (FD2) *A mudança climática concerne à ação humana*. Esta formação discursiva, portanto, não trata dos componentes humanos da mudança climática somente com base na exploração de suas causas, como vimos na (RP4) *A culpa também é nossa*, pois também engloba a dimensão humana atrelada ao seu enfrentamento (RP5) *É possível e preciso agir*, e à sua validação (RP6) *Crítica ao ceticismo*, como irá se detalhar mais adiante.

Na década de 1990, dentro dos anos abarcados por nosso estudo, observamos apenas uma sequência discursiva voltada à questão do enfrentamento. Além disso, notamos que tal SD traz à tona o aspecto da adaptação a partir de um exemplo essencialmente vinculado a uma iniciativa de caráter científico. Assim, a (SD189) apresenta como a ciência – na figura do sujeito pesquisador – se movimenta para tentar antecipar prováveis mudanças em áreas verdes, tendo em vista que o contexto de mudanças climáticas antropogênicas daquela época já afetava e ameaçava produzir efeitos futuros ainda maiores em diversos ecossistemas.

(SD189) Como esse calor crescente pode sufocar as plantas e esturricar matas, bosques e campinas em diversas regiões, **Viner acha prudente tentar antecipar as mudanças possíveis nas áreas verdes. Por isso, ele está ajudando a fazer a mais avançada simulação por computador da vegetação terrestre e das transformações que pode sofrer nas próximas cinco décadas** (SUPER, ed. 136, jan. 1999).

No início dos anos 2000, por sua vez, esta rede parafrástica esteve mais presente na discursivização de Superinteressante através de variadas reformulações de um dizer base: “a sociedade pode e deve enfrentar a mudança do clima”. O sentido relacionado à necessidade e importância de ações de enfrentamento é reiterado pela revista por meio de diferentes propostas já aplicadas ou a partir de ideias que ainda não foram devidamente colocadas em prática. Verificamos que a (SD190), por exemplo, aborda a mitigação ainda numa perspectiva

distante do cidadão comum, já que a medida referenciada é o enterro do gás carbônico, algo fundamentalmente relacionado a processos do setor industrial, como as usinas termelétricas, siderúrgicas e refinarias, além das empresas petrolíferas.

Com o passar dos anos, Superinteressante passa a ampliar o leque de possibilidades em relação às medidas de enfrentamento. Seus dizeres, por um lado, passam a tratar de questões mais estruturais, onde a própria lógica econômica predominante é questionada e incitada à mudança (SD193), (SD195) e (SD197). Por outro, percebemos que a revista, também, começa a chamar a atenção do seu próprio leitor, ofertando dizeres utilitários e prescritivos associados a comportamentos reconhecidos como ecologicamente corretos (SD203) e (SD204). Com essa visada discursiva, Superinteressante exerce, ainda, uma função própria das revistas, que é apontar para seu público o que é da ordem do importante e interessante, bem como o que necessitamos fazer na atualidade (BENETTI, 2013).

(SD190) **Remédios existem: o gás carbônico pode, por exemplo, ser enterrado no subsolo** – injetado sob pressão em rochas porosas que não o deixariam escapar por muito tempo – ou no fundo do mar, onde se dissolveria na água por centenas de milhares de anos (SUPER, ed. 159, dez. 2000).

(SD193) **Como saída para a Terra e para a espécie humana, ele propõe que os princípios ecológicos ecoem na economia mundial**, numa reforma urgente que foi batizada de ecoeconomia (SUPER, ed. 200, maio. 2004).

(SD195) Uma economia ambientalmente sustentável será movida por **fontes renováveis de energia: eólica, solar e geotérmica. A eletricidade eólica seria usada para produzir hidrogênio** (SUPER, ed. 200, maio. 2004).

(SD197) Para se alcançar esse estágio, **os sistemas tributários mundiais precisariam ser reformulados de modo a oferecer subsídios à reciclagem e à geração de energia limpa e renovável e taxar atividades insustentáveis** (SUPER, ed. 200, maio. 2004).

(SD199) Isso que dizer que **teremos de desenvolver uma quantidade gigantesca de tecnologias para substituir todas as modalidades que o petróleo nos fornece** (SUPER, ed. 218, out. 2005).

(SD203) E eles entraram para a lista de consumo das **pessoas que reciclam seu lixo, apoiam fontes alternativas de energia e tiram a bicicleta da garagem para não colaborar com o efeito estufa** (SUPER, ed. 232, nov. 2006).

(SD204) Conclusão: **do ponto de vista das emissões de carbono, é melhor comprar alimentos convencionais de produtos vizinhos do que orgânicos de longe** (SUPER, ed. 232, nov. 2006).

O processo parafrástico seguido nos anos posteriores deu continuidade à interpelação direta do sujeito leitor. Superinteressante, então, destaca a responsabilidade individual no que se refere ao enfrentamento da mudança climática. Para tanto, elenca diversas saídas, que incluem mudar hábitos, buscar novas formas de energia e reciclar o nosso lixo (SD206). A

questão da energia é um dos elementos mais presentes em toda a discursivização encaminhada por (RP5) *É possível e preciso agir*. Desse modo, observamos a revista abraçar a ideia da sustentabilidade a partir do uso de fontes renováveis, sem deixar de lembrar que o seu leitor precisa aceitar o custo de algumas ações de mitigação (SD216).

Além das medidas realizadas pela população como um todo, Superinteressante também menciona a importância da atuação do setor privado (SD209) e, em raras passagens, ainda enfatiza a necessidade dos esforços na área da mitigação vierem acompanhados de outras políticas públicas (SD207). Contudo, as ações mais referenciadas pela revista concentram-se no que o “sujeito-cidadão/consumidor” e o “sujeito-setor privado” podem fazer para minimizar o problema. É nesse espaço que se formam dizeres que reiteram a proposta de um desenvolvimento sustentável⁴⁵ que busca “reconciliar práticas e valores aparentemente ou historicamente contraditórios tendo em vista o bem estar das gerações futuras” (CARDOSO, 2013, p. 18).

(SD206) Para diminuir a emissão de gases poluentes, **temos de mudar hábitos, buscar novas formas de energia e substituir as antigas, reciclar o lixo, plantar árvores e outras medidas de mitigação do impacto humano** (SUPER, ed. 239, maio. 2007).

(SD207) O próprio relatório do IPCC reconhece que **os esforços para mitigar o aquecimento global não podem vir desacompanhados de outras políticas públicas** (SUPER, ed. 239, maio. 2007).

(SD209) **As empresas podem plantar** florestas para compensar as chaminés, **as pessoas podem trocar as lâmpadas convencionais por modelos mais econômicos, você pode substituir o carro pela bicicleta...** Podemos até formar fila para ver o filme do Al Gore. **Tudo isso é lindo e precisa ser feito** (SUPER, ed. 260, dez. 2008).

(SD211) Diante do inevitável, **várias cidades ao redor do mundo estão tentando se reinventar para conviver com os efeitos do aquecimento global. A palavra de ordem dos engenheiros e arquitetos é "adaptação", principalmente quando se trata de locais mais vulneráveis** (SUPER, ed. 260, dez. 2008).

(SD216) Para resolver isso, primeiro, **precisaremos aceitar pôr a mão no bolso para colocar em prática algumas ideias que estão no papel** e, pelo menos nele, parecem lindas. A mais básica é o **investimento pesado em Fontes renováveis para a produção de eletricidade** (SUPER, ed. 239, dez. 2009).

As sequências discursivas extraídas das edições mais recentes da revista continuaram a focalizar a importância de alterações na matriz energética, reiterando a necessidade de pensarmos em formas de energia alternativa diante da possibilidade de anos com longas estiagens (SD219). As usinas termelétricas, que possuem relação direta com os combustíveis

⁴⁵ Para Giddens (2010), o emprego da noção de desenvolvimento sustentável ajuda a reunir duas comunidades distintas. De um lado, os chamados “verdes” e críticos do crescimento econômico desenfreado; e do outro, sujeitos favoráveis ao mercado. O autor sustenta uma posição crítica diante deste lema, visto que ele congrega sentidos conflitantes e ambíguos.

fósseis, também ganham espaço no quadro de medidas paliativas sugerido por Superinteressante. Os dizeres da publicação sustentam que tais usinas poderiam compensar sua poluição gerada a partir da plantação de árvores ou ainda financiando projetos de energia limpa (SD221). Na esfera da adaptação, também percebemos a revista apontar exemplos de ações já desenvolvidas em outros países, como projetos para barrar tsunamis (SD219). Nesse caminho, sua discursivização parece reconhecer que diante da grandiosidade dos impactos da mudança do clima, é pertinente ao menos tentar adaptar-se a ela. Assim, a revista frisa que as ações de adaptação precisam ter um caráter proativo, isto é, estar relacionadas à prevenção dos possíveis efeitos da alteração do clima (GIDDENS, 2010).

(SD219) **Outra medida necessária é investir em uma arquitetura antitsunami.** Um bom exemplo é o dos templos islâmicos na Indonésia, que passaram ilesos pela avalanche de ondas. Suas grandes colunas circulares, que sustentavam os andares superiores, permitiram que a água fluísse livremente. **Moral da história: se não pode vencê-lo, adapte-se a ele** (SUPER, ed. 290, abr. 2011).

(SD220) "Se o Brasil tivesse um ano com poucas chuvas, os apagões seriam constantes. **Daí a necessidade de investir em outras formas de produzir energia**", diz Guilherme Dantas, do Grupo de Estudos do Setor Energético da UFRJ (SUPER, ed. 300, jan. 2012).

(SD221) **Para diminuir o impacto das termelétricas**, em 2009 entrou em vigor uma norma que obriga novas usinas a óleo ou carvão a compensar 25% de suas emissões **plantando árvores (ou financiando projetos de energia limpa)** (SUPER, ed. 300, jan. 2012).

O quadro que apresentamos a seguir apresenta, em ordem cronológica, algumas marcas discursivas componentes do funcionamento da (RP5) *É possível e preciso agir*.

Quadro 5: *É possível e preciso agir (RP5)*

Marcas discursivas exemplares
(SD189) “fazer a mais avançada simulação por computador” [1995]
(SD190) “o gás carbônico pode, por exemplo, ser enterrado no subsolo” [2000]
(SD195) “a eletricidade eólica seria usada para produzir hidrogênio” [2004]
(SD199) “desenvolver uma quantidade gigantesca de tecnologias” [2005]
(SD207) “não podem vir desacompanhados de outras políticas públicas” [2007]
(SD216) “precisaremos aceitar pôr a mão no bolso para colocar em prática algumas ideias” [2009]
(SD219) “investir em uma arquitetura antitsunami” [2011]
(SD220) “em outras formas de produzir energia” [2012]

Fonte: autoria própria

Com base nesta rede parafrástica, verificamos como Superinteressante constrói e reitera uma diversidade de dizeres acerca da importância do ser humano – posicionado discursivamente em diversos lugares – realizar ações de enfrentamento à mudança climática. Ao longo desses 21 anos, novos elementos passaram a fazer parte deste processo parafrástico. Sobretudo em meados da década de 2000, as medidas no âmbito individual ganharam mais espaço na discursivização da revista. Apesar de estes pequenos atos serem importantes, é preciso ressaltar que nenhuma abordagem essencialmente baseada na privação dará resultado (GIDDENS, 2010).

Os dizeres concernentes à minimização dos efeitos da mudança climática oscilam ao longo da discursivização da revista. No final da década de 1990, por exemplo, nas poucas formulações produzidas pela revista sobre a questão, as ações concentravam-se apenas na atuação de especialistas e invenções tecnológicas. Nos enunciados que reiteram ações via conhecimento científico, percebemos o estabelecimento da centralidade das soluções técnicas, com menor relevância ao questionamento de padrões de consumo e produção historicamente estabelecidos (SCHWAAB, 2013).

Um dos aspectos mais presentes nesta rede é a questão energética. Em vários momentos, Superinteressante destaca a importância de alterações no setor de energia, algo que vai ao encontro da própria política sobre a mudança climática, que historicamente enfatizou esse fator como central dentro das medidas de mitigação (BARBI, 2014). Na sequência, caracterizamos e discutimos a *(RP6) Crítica ao ceticismo*, que também se inscreve na *(FD2) A mudança climática concerne à ação humana*.

(RP6) Crítica ao ceticismo

Através desta rede parafrástica, notamos reiterações de sentidos que questionam e, muitas vezes, criticam as perceptivas céticas sobre a mudança climática. Há uma contínua sustentação de dizeres que buscam validar a existência e o caráter antropogênico do fenômeno. Nesta visada discursiva, Superinteressante chama a atenção para necessidade de se reconhecer a alteração do clima como uma questão real, urgente e, sobretudo, atrelada ao comportamento do homem, bem como à responsabilidade deste. Com base neste processo parafrástico, pesquisadores céticos e personalidades do cenário político são descreditados e colocados como “suspeitos” pela discursivização da revista, que aponta uma série de imprecisões, erros e interesses obscuros nos posicionamentos desses sujeitos.

Nossa análise não identificou dizeres inscritos na *(RP6) Crítica ao ceticismo* em recortes extraídos da década de 1990. Assim, verificamos que o sentido em torno do

“questionamento às posições céticas” passa a compor a discursivização de Superinteressante somente a partir dos anos 2000 e, mesmo assim, se manifesta de forma bem concentrada. As sequências discursivas associadas a esta rede parafrástica foram majoritariamente recortadas dos textos dos seguintes anos: 2001, 2005 e 2007, ou seja, observamos poucas ocorrências durante os outros anos.

Diante dos argumentos céticos, Superinteressante expõe determinados interesses particulares que estão por trás das discussões sobre a alteração do clima. A revista ressalta, por exemplo, a possível ligação entre o governo do então presidente norte-americano George W. Bush com empresas do ramo dos combustíveis fósseis, reiterando o sentido de descrença perante o ceticismo (SD255) e (SD256).

(SD255) A acusação mais séria ao presidente americano é de que o verdadeiro motivo da sua declaração **está em sua forte ligação com as empresas que dominam o mercado mundial de petróleo**. Seu pai, o ex-presidente George Bush, é acionista de algumas dessas empresas, que ajudaram a bancar a campanha do republicano à Casa Branca. (2001)

(SD256) **Além disso, George W. Bush foi governador do Texas, Estado que mais produz petróleo nos EUA. A queima de petróleo é responsável por nada menos que 58% das emissões de gás carbônico no planeta** (SUPER, ed. 164, maio. 2001).

Ao discorrer sobre tal vínculo, a discursivização coloca em destaque, também, os fatores antropogênicos do problema, uma vez a queima de combustíveis fósseis é uma das principais bases da geração – e principalmente da aceleração – da mudança climática. Logo, notamos que é especialmente a partir do reconhecimento das dimensões humanas do problema que Superinteressante se posiciona na direção oposta ao ceticismo. Nos anos seguintes, sobretudo, em 2005 e 2007, este processo parafrástico seguiu focalizando os interesses políticos e econômicos em torno do debate sobre a problemática do clima. Por este caminho, a revista argumenta que várias pessoas tendem a desfazer a relação entre os impactos de eventos como o furacão Katrina com o efeito estufa (SD257), além de sinalizar para a existência de um “verdadeiro exército”, nos Estados Unidos, disposto a invalidar qualquer relação entre o aquecimento global e a ação humana (SD258).

(SD257) No mês passado, o furacão Katrina devastou Nova Orleans. Não demorou um dia até que uma porção de gente começasse a declarar que a culpa não era do efeito estufa. O climatologista Pat Michaels, da Universidade de Virgínia, por exemplo, **se apressou a afirmar que** "ainda não há prova de que as contribuições humanas para o efeito estufa causem furacões". **É sempre assim** (SUPER, ed. 218, out. 2005).

(SD258) Existe nos EUA um **verdadeiro exército disposto a desfazer qualquer relação entre a ação humana e os efeitos destrutivos do aquecimento global**. (SUPER, ed. 218, out. 2005).

Os constrangimentos que permeiam a discussão pública sobre a mudança do clima são suscitados pela discursivização de Superinteressante em outras sequências discursivas, como a (SD259) que destaca uma possível “campanha de desinformação” nos Estados Unidos, onde o governo e empresas petrolíferas estariam tentando confundir a opinião pública norte-americana, silenciando os vínculos existentes entre a poluição de grandes empresas e a questão do clima. Além disso, observamos que em algumas passagens, a revista sublinha que mesmo que as dúvidas sobre o fenômeno persistam, a existência do problema e a responsabilidade do ser humano diante deste cenário não são questões a serem duvidadas (SD259). O processo parafrástico encaminhado pela (RP6) *Crítica ao ceticismo* ainda questiona o envolvimento entre cientistas céticos com a indústria do petróleo, como verificamos em (SD272) e (SD273), por exemplo.

(SD259) "Há uma enorme **campanha de desinformação**", diz o jornalista Ross Gelbspan, autor de Boiling Point ("Ponto de Ebulição", inédito no Brasil). A tese de Gelbspan é a de que o **governo Bush e as empresas petrolíferas investem pesado em confundir a opinião pública** (SUPER, ed. 218, out. 2005).

(SD262) Realmente, **há ainda muitas dúvidas** cercando o assunto - **só que a existência do aquecimento global e a nossa responsabilidade nele não estão entre elas** (SUPER, ed. 218, out. 2005).

(SD272) Muito se falou, não raro com razão, **que a indústria do petróleo financiava os céticos** (SUPER, ed. 239, maio. 2007).

(SD273) **Em 1998, o Instituto Americano do Petróleo (API)**, poderosa organização que congrega as maiores empresas do ramo nos EUA, **tentou arregimentar cientistas que pudessem ir a público e falar das falhas das teorias sobre as causas do aquecimento global** (SUPER, ed. 239, maio. 2007)

O quadro abaixo expõe, em ordem cronológica, algumas marcas discursivas componentes do funcionamento da (RP6) *Crítica ao ceticismo*.

Quadro 6: (RP6) Crítica ao ceticismo

Marcas discursivas exemplares
(SD255) "forte ligação com as empresas que dominam o mercado mundial de petróleo" [2001]
(SD256) "George W. Bush foi governador do Texas, Estado que mais produz petróleo nos EUA" [2001]
(SD259) "governo Bush e as empresas petrolíferas investem pesado em confundir a opinião pública" [2005]
(SD268) "limitar a emissão de gases ameaçaria o estilo de vida americano" [2005]
(SD269) "interesse das empresas de carvão e petróleo em abafar as discussões sobre as mudanças climáticas" [2005]
(SD270) "joga água fria nos argumentos ardentes dos céticos" [2007]
(SD271) "a indústria do petróleo financiava os céticos" [2007]
(SD278) "os números do aquecimento global estavam certos" [2010]

Fonte: autoria própria

A análise das reiteraões de sentidos da *(RP6) Crítica ao ceticismo* aponta que a crítica e o questionamento às perspectivas céticas apareceram de forma concentrada ao longo da discursivização de Superinteressante sobre a mudança climática. Quando mobilizado pela revista, na maioria das vezes, esse sentido foi trabalhado com base em suspeitas e indícios de relações entre autoridades públicas – especialmente, o governo norte-americano comandado por George W. Bush – e empresas do ramo dos combustíveis fósseis. Por vezes, a revista também questiona o ceticismo ao evidenciar vínculos entre a indústria petrolífera e cientistas céticos. Ressaltamos que tal questionamento por parte de Superinteressante vem acompanhado do reconhecimento da dimensão humana do problema, tanto no que diz respeito à sua causa, como também a seu enfrentamento. Isto é, os dizeres ancorados neste processo parafrástico partem da compreensão de que os argumentos céticos silenciam as origens e responsabilidades associadas ao fenômeno. Por tal motivo, *(RP6) Crítica ao ceticismo* se inscreve na *(FD2) A mudança climática concerne à ação humana*.

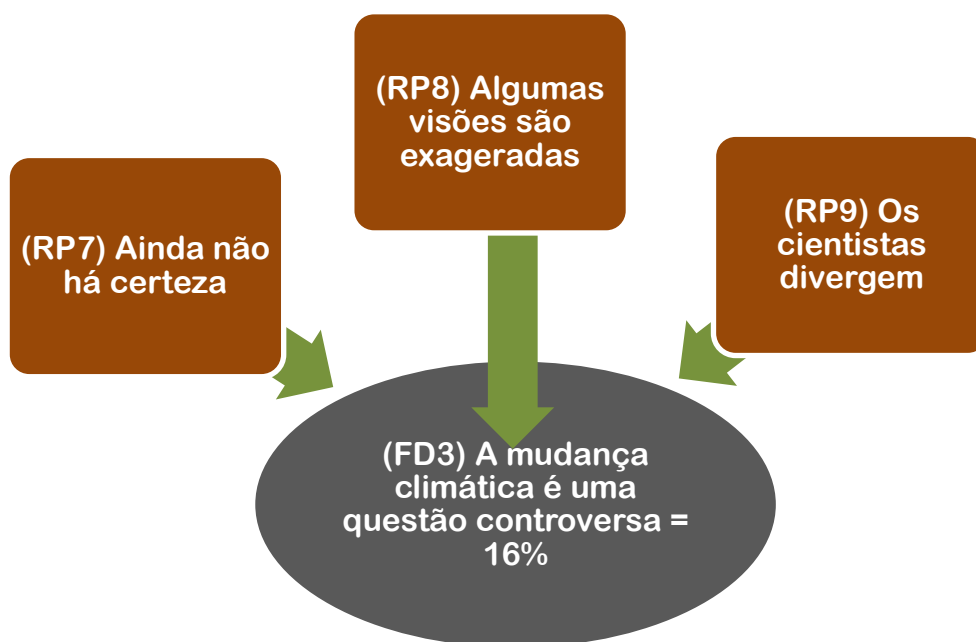
Nesta visada discursiva, portanto, notamos que a revista chama a atenção para o fato de que, muitas vezes, o ceticismo está envolvido a uma série de interesses para além da ética científica e do bem estar social (FLANERRY, 2007). No entendimento de Klein (2014), neste tipo de argumentação, temos um discurso cético altamente político que é contrário ao reconhecimento da mudança climática, bem como da sua dimensão antropogênica, porque seu funcionamento prevê a defesa do capitalismo desregulado, isto é, dos interesses das forças de

mercado predominantes no mundo contemporâneo. Na sequência da pesquisa, apresentamos e discutimos os sentidos reiterados na *(FD3) A mudança climática é uma questão controversa*, nossa terceira formação discursiva que focaliza outros elementos da problemática do clima.

4.3 (FD3) A MUDANÇA CLIMÁTICA É UMA QUESTÃO CONTROVERSA

A partir desta formação discursiva (16%), verificamos Superinteressante ofertar inúmeros dizeres que situam a mudança climática como um assunto marcado por interrogações e, por vezes, enganos. Por este trajeto, a discursivização da revista coloca em primeiro plano, especialmente, a falta de consenso, os questionamentos ainda sem respostas, as recorrentes controvérsias e as interpretações alarmistas e confusas referentes à alteração do clima. As três redes parafrásticas que constituem essa formação discursiva são: *(RP7) Ainda não há certeza*; *(RP8) Algumas visões são exageradas*; e *(RP9) Os cientistas divergem*. Os processos parafrásticos empreendidos por tais redes acrescentam tons de ponderação e serenidade na compreensão sobre a mudança climática. Nesta visada discursiva, Superinteressante sublinha que diante de um panorama onde a própria ciência é contornada por dúvidas e equívocos, torna-se necessário identificar e analisar a problemática do clima de modo cuidadoso, dispensando representações exageradas e afirmações apressadas.

Figura 6: (FD3) e suas respectivas redes parafrásticas



(RP7) Ainda não há certeza

Os dizeres desta rede parafrástica são formulados em torno das imprecisões e incertezas científicas referentes a vários aspectos da mudança do clima, como por exemplo, a subida dos mares e a relação entre as transformações no ciclo da atividade solar com o aumento da temperatura global. A *(RP7) Ainda não há certeza* foi identificada em diferentes momentos da discursivização de Superinteressante, com maior ocorrência na década de 1990 e no final dos anos 2000.

As primeiras ocorrências observadas em nossa análise pontuam a complexidade da ciência do clima, marcada pelas constantes dúvidas da comunidade científica ainda nos anos 1990 (SD222). Nas reiteraões sobre a incerteza, observamos a revista fazer uso, em vários momentos, de depoimentos de cientistas, como acontece em (SD223), em que um especialista no assunto enfatiza a dificuldade de se provar cientificamente as relações entre a produção humana de gases do efeito estufa com o aumento da temperatura global.

(SD222) **A ida e a volta dos cientistas** sobre as complicações do clima aumentou com o tempo, para desespero dos ecologistas. Isso era previsível: quanto mais se aprende, **mais dúvidas aparecem**. Paira no ar um certo ceticismo: **a catástrofe virá ou não virá?** (SUPER, ed. 93. Jun. 1995).

(SD224) Alguns, como o alemão Klaus Hasselmann, do Instituto de Meteorologia Max Plank, de Hamburgo, Alemanha, acreditam que a humanidade é o vilão. Para ele, há “95% de propabilidade de que o homem seja o principal responsável” pelo aquecimento global. Outros, como o americano Richard Lindzen, do MIT (Massachusetts Institute of Technology, nos Estados Unidos), acham tudo isso um exagero. Para ele, **“não há uma prova científica definitiva” das relações entre a produção humana de gases do efeito estufa e mais calor no planeta** (SUPER, ed. 93. Jun. 1995).

As sequências discursivas extraídas neste período nos mostram que a própria associação entre a mudança climática e a ação humana era um elemento recorrente nos dizeres de Superinteressante. Nesta época, a discursivização da revista destacava a falta de certeza dos cientistas (SD225), reconhecendo esse ambiente de questionamentos em torno do fenômeno como “uma doidice” (SD226). Além disso, as incertezas não foram percebidas apenas como um componente restrito ao conhecimento científico sobre o tema, já que a revista também lembrou que as dúvidas existentes já ameaçam a segurança futura de todo mundo, para além dos especialistas (SD227), ou seja, a incerteza se alastra em toda a sociedade. Longe do domínio das certezas e definições absolutas, algumas questões foram apresentadas por Superinteressante como estimativas e, até mesmo, previsões impossíveis de serem realizadas (SD228) e (SD230).

(SD225) **Os cientistas só não sabem dizer, ainda**, qual é o gatilho que dispara o transtorno. Há quem tente botar a culpa no efeito estufa, que é o excesso de calor provocado pela poluição industrial (SUPER, ed. 117, jun. 1997).

(SD226) Então, por enquanto, **tentar forçar uma explicação só aumenta a doçice que já cerca o fenômeno**. E aí, a loucura já não é mais do clima. **É da imaginação** (SUPER, ed. 117, jun. 1997).

(SD227) **A controvérsia é tão grande que**, em 2002, a Nasa vai colocar em órbita um satélite especialmente programado para medir alterações nas calotas polares com precisão e, **finalmente, dirimir as dúvidas que afogam os especialistas e ameaçam inundar todos nós** (SUPER, ed. 124, jan. 1998).

(SD228) **Ocorre que ninguém sabe, com precisão, o quanto o mar vai subir**. Ele vem crescendo há 20 000 anos, desde o fim da última era glacial. **Estima-se que**, de lá pra cá., já tenha ganho uns 120 metros (SUPER, ed. 124, jan. 1998).

(SD230) A verdade é que, entre o sobressalto do Greenpeace e a serenidade do IPCC, **não se pode prever o que vai acontecer com a Antártida** (SUPER, ed. 124, jan. 1998).

Na década de 2000, o processo engendrado pela (RP7) *Ainda não há certeza* continuou a destacar a dificuldade em se tecer afirmações definitivas sobre a mudança climática (SD231). Como pontua Superinteressante, isso era inviável devido ao próprio estágio do estudo do clima, que não permitia conclusões e sim hipóteses (SD232). Nesta linha do discurso, a revista ressalta que, mesmo com alguns fatos já reconhecidos – como o aquecimento global –, a ciência climática ainda encontra diversos obstáculos para fazer associações diretas e seguras entre a alteração do clima e eventos catastróficos, como o Furacão Katrina (SD236), bem como sobre a parcela humana na geração do problema (SD237).

(SD231) **Mas tudo isso são hipóteses**. No atual estágio do estudo do clima, **não é possível fazer mais que isso** (SUPER, ed. 173, fev. 2002).

(SD234) Só nos resta, portanto, confiar nos vestígios deixados pelo clima, fiarmos em **nossa limitada capacidade de prever o futuro** e procurar evitar os perigos que ele nos reserva (SUPER, ed. 173, fev. 2002).

(SD236) Quer dizer então que a ação humana causou o Katrina? **Não. É impossível afirmar isso com o pouco que sabemos sobre o clima** (SUPER, ed. 218, out. 2005).

(SD237) O resultado disso é que, **apesar de os cientistas saberem** que o planeta está esquentando, **ninguém pode determinar ao certo qual a porcentagem desse aquecimento é culpa nossa** (SUPER, ed. 218, out. 2005).

Superinteressante concede espaço à incerteza, na maioria das vezes, ancorada em declarações de cientistas como José Morengo, que apontou dúvidas científicas, inclusive,

acerca de fatos ocorridos no passado (SD238). Em outros dizeres inscritos nesta rede parafrástica, notamos a revista considerar a questão da falta de certeza como um aspecto problemático no desenvolvimento de projetos de adaptação, já que diante de um contexto de dúvidas o financiamento e apoio a medidas adaptativas tendem a ser mais remotos (SD239). Também mereceu nossa atenção uma das sequências discursivas em que Superinteressante esclarece que a incerteza é um elemento comum na própria lógica científica e que esse fato estaria na contramão da rapidez na geração de fatos privilegiada pela cultura jornalística (SD240). Neste ponto da sua discursivização, a revista parece reconhecer a ciência como um lugar marcado pela incompletude (HULME, 2009), em que a ausência de certezas é tão grande, que seria impossível sabermos com exatidão, por exemplo, quais gases do efeito estufa mais contribuem para o aquecimento planetário (SD241).

(SD238) "**As incertezas são muito grandes**, os modelos são reconstruções não instrumentais, funcionam mais como indicadores. **Ainda temos dúvidas em relação ao passado**", afirma José Marengo, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) (SUPER, ed. 239, maio. 2007).

(SD239) O que complica é **a incerteza sobre quando e onde o bicho vai pegar**. "Sabemos que o aquecimento global é um fato, **mas ainda não temos certeza sobre os impactos locais para que haja estímulo a programas caros de adaptação**", explica o professor Michael Grantz, diretor do Consortium for Capacity Building (Consórcio para Construção de Capacidade), da Universidade do Colorado, nos EUA, entidade que tem a missão de ajudar os países às voltas com os perigos das mudanças climáticas (SUPER, ed. 260, dez. 2008).

(SD240) Mesmo assim, há outra verdade sobre o aquecimento: **existem poucas certezas sobre como ele vai afetar nosso futuro. Isso é uma característica da própria ciência: ela não produz fatos com a rapidez que os jornalistas gostam** (SUPER, ed. 239, dez. 2009).

(SD241) **A incerteza sobre o clima é tanta que nem sabemos com total exatidão quais são os gases-estufa que mais contribuem para o aquecimento** (como você pode ver na tabelinha aqui à esquerda) (SUPER, ed. 239, dez. 2009).

(SD243) Mas essa novela abriu uma nova discussão: **existe muita coisa que ainda não entendemos sobre o aquecimento global** (SUPER, ed. 239, dez. 2009).

O processo parafrástico da (RP7) *Ainda não há certeza* demonstra a preocupação de Superinteressante em evidenciar a complexidade do conhecimento científico sobre a mudança climática, como percebemos em (SD245). Por meio desta sequência discursiva, notamos que a revista se baseia em falas de cientistas como o climatologista Carlos Nobre – também membro do IPCC – para sublinhar como as simulações realizadas pela ciência são marcadas por fatores de difícil medição e controle. Em outro momento de sua discursivização, verificamos Superinteressante suscitar a incerteza como componente presente no processo de

produção dos relatórios do IPCC, neste caso, se referindo especialmente ao quinto documento do Painel, publicado em 2013 e 2014 (SD246).

(SD245) Com tantas variáveis novas, **as dúvidas sobre o aquecimento global só tendem a aumentar**. Os cientistas estão aperfeiçoando suas simulações, mas o número de elementos envolvidos passa a ser tão grande, com tantos fatores difíceis de medir, que continuaremos com a mesma margem de erro. "Desde os primeiros resultados do IPCC **temos essa incerteza**, que é de 2 graus a 2 graus e meio", afirma Carlos Nobre (SUPER, ed. 282, set. 2010).

(SD246) Nos próximos resultados, o grau de variação continuará sendo mais ou menos esse. O novo relatório do IPCC, que será escrito por 831 cientistas, deve ficar pronto entre 2013 e 2014. **E esse processo, aliás, é uma fonte de incerteza à parte**. Não é fácil coordenar as opiniões e conclusões de centenas de especialistas espalhados pelo mundo, o que transforma o IPCC numa fábrica de conflitos (SUPER, ed. 282, set. 2010).

(SD249) Em 2010, desastres naturais mataram pelo menos 234 mil pessoas e afetaram quase outras 200 milhões no mundo. Nenhum especialista é capaz de dizer se esse número vai diminuir ou aumentar daqui para a frente, mas já se sabe que a intensidade das catástrofes vai crescer (SUPER, ed. 290, abr. 2011).

(SD250) **É possível atrelar cada um desses episódios, individualmente e sem sombra de dúvida, à mudança climática? Não**. Fenômenos atmosféricos e de correntes marinhas têm componentes aleatórios e imprevisíveis (SUPER, ed. 330, mar, 2014).

(SD251) Se os modelos climáticos estiverem certos, a tendência é que fenômenos como esse voltem a se repetir mais e mais vezes. Mesmo assim, **não há como traçar a cadeia exata de eventos que liga o aquecimento global a esse episódio em particular**. (SUPER, ed. 330, mar, 2014).

Em suas edições mais recentes, a revista prosseguiu reformulando o sentido da incerteza, relacionando-o à dificuldade que a ciência historicamente possui em fazer uma associação entre eventos catastróficos e a mudança climática (SD250) e (SD251). Ademais, observamos que Superinteressante também trouxe à tona o fator da incerteza ao discorrer sobre os desastres que afetaram milhões de pessoas no ano de 2010 (SD249). Os dizeres dão a ver uma incapacidade dos especialistas preverem se os eventos desastrosos relacionados ao clima diminuirão ou aumentarão futuramente.

O quadro abaixo expõe, em ordem cronológica, algumas marcas discursivas componentes do funcionamento da (RP7) *Ainda não há certeza*.

Quadro 7: (RP7) Ainda não há certeza

Marcas discursivas exemplares
(SD222) “quanto mais se aprende, mais dúvidas aparecem” [1995]
(SD225) “os cientistas só não sabem dizer” [1997]
(SD228) “ninguém sabe, com precisão, o quanto o mar vai subir” [1998]
(SD231) “mas tudo isso são hipóteses” [2002]
(SD238) “as incertezas ainda são muito grandes” [2007]
(SD246) “é uma fonte de incerteza a parte” [2010]
(SD249) “nenhum especialista é capaz de dizer” [2011]
(SD251) “não há como traçar a cadeia exata” [2014]

Fonte: autoria própria

Como nota-se a partir desse quadro e dos recortes discutidos, o elemento da incerteza é empregado por Superinteressante em variadas situações e contextos. Em alguns casos, os dizeres se voltam para a própria falta de certeza absoluta – algo comum na ciência (HULME, 2009) – em relação à existência concreta do aquecimento global e sua respectiva relação com as ações humanas. Ou seja, a partir do movimento parafrástico desta rede, a revista adota um tom mais ponderado e menos determinista diante do problema. Noutras passagens, a revista enfatiza incertezas mais específicas, por vezes, referentes ao atrelamento de alguns episódios à mudança climática. Apesar de os diversos tipos e graus de incertezas serem um componente indispensável para o desenvolvimento do saber científico, é necessário que o jornalismo contextualize como eles surgem (LOOSE, 2016) e a que interesses eles muitas vezes, estão atrelados (KLEIN, 2014). Caso contrário, a falta de certezas pode continuar sendo utilizada como justificativa para a inação perante um problema que possui o potencial de provocar profundas transformações na forma como se concebe o mundo (GAMBA, 2015). Mais adiante, ainda veremos que esse elemento da incerteza também é mobilizado pela discursivização da revista em dizeres pertencentes à (RP9) *Os cientistas divergem*. Antes, no entanto, apresentamos e discutimos os sentidos reiterados pela (RP8) *Algumas visões são exageradas*.

(RP8) Algumas visões são exageradas

Superinteressante constrói sentidos sobre o exagero de algumas visões e representações em torno da mudança do clima a partir dos dizeres abarcados pela (RP8) *Algumas visões são exageradas*. Neste processo parafrástico, a revista destaca a maneira exagerada e desproporcional que a imprensa, o cinema e outras instâncias conferiram a determinados aspectos do fenômeno. Percebemos tais reiteraões de sentidos em momentos bem específicos da discursivização da revista, constituindo-se, portanto, em um conjunto de ocorrências pontuais localizadas, sobretudo nos anos 1990 e em meados da década de 2000.

A revista aponta “certa histeria” nas interpretações sobre o efeito estufa, questionando, assim, as visões consideradas alarmistas. A publicação, então, explica que se trata de um processo que acontece há milhões de anos e que sua existência impede que nosso planeta fosse intensamente frio (SD320). Ao discutir as percepções reconhecidas como equivocadas, a publicação aponta um gosto pelo exagero por parte da imprensa, chamando atenção para abordagens possivelmente sensacionalistas de outros veículos, em que se sobressaem os efeitos mais impactantes da alteração do clima (SD323). Nesta direção, Superinteressante também sublinha que grupos relacionados ao movimento verde, como o Greenpeace redimensionam o fenômeno, numa tendência a mostrar o pior dos mundos (SD324).

(SD320) **Um esclarecimento: existe hoje uma certa histeria em torno do efeito estufa**, como se ele tivesse sido inventado anteontem, ou como se os mares fossem entrar em ebulição depois de amanhã. **Na verdade, ele acontece há milhões de anos**, impede o planeta de virar uma pedra congelada (ele seria exatos 33C mais frio) e o gás mais importante nesse processo – o vapor d’água – tem um ciclo que não depende do homem (SUPER, ed. 93. Jun. 1995).

(SD321) A seguir, **você vai entender** o que ainda é mistério, o que é fato, o que é **exagero e o que é destempero de alarmistas** na discussão sobre o desequilíbrio do clima (SUPER, ed. 93. Jun. 1995).

(SD322) **A imprensa sensacionalista gosta de exageros**: milhões morrendo de sede, os gelos da Antártida derretendo e inundando meio mundo. **Cuidado: não é preciso uma mudança tão grande para prejudicar, e muito, a economia, a agricultura e o cotidiano** (SUPER, ed. 93. Jun. 1995).

(SD323) **Ecologistas mostram o pior dos mundos**. O Greenpeace produziu um relatório com centenas de sinais de mudanças no clima. O grupo critica os governos. Acha que eles não divulgam os piores cenários possíveis (SUPER, ed. 93. Jun. 1995).

Ainda nos anos 1990, em outras passagens, percebemos Superinteressante reforçar sua característica de revista incumbida em separar “fatos” de “mitos” a partir do conhecimento científico. Em sua discursivização, ganha destaque o argumento de que nem tudo o que é

impactante é correto do ponto de vista da ciência (SD324). Sua crítica às percepções alarmistas atinge, também, às representações cinematográficas, quando o filme hollywoodiano *Waterworld*⁴⁶ é analisado pela publicação. Os dizeres enfatizam “uma habitual dose de exagero” desse tipo de produção, ajuizando que o longa-metragem em questão teria retratado a subida dos mares de maneira apocalíptica (SD325).

(SD324) **Tudo muito impactante, só que cientificamente incorreto** porque o volume de gelo existente nas calotas polares não é suficiente para afogar a terra (SUPER, ed. 124, jan. 1998).

(SD325) **Com a habitual dose de exagero empregada no cinema catástrofe, Hollywood inventou uma paisagem apocalíptica para retratar a subida dos mares.** No filme *Waterworld* (1995), com Kevin Costner no papel de galã, as últimas tribos humanas vagueiam de barco num planeta inundado pelo derretimento dos pólos (SUPER, ed. 124, jan. 1998).

Na década de 2000, os sentidos reiterados a partir da (RP8) *Algumas visões são exageradas* passaram por várias reformulações. Superinteressante pontua a falha de algumas previsões de anos anteriores que projetaram cenários catastróficos (SD326). Além disso, conclama a voz de um ex-integrante do Greenpeace para apontar um possível exagero em todas as previsões relacionadas à mudança do clima (SD327).

(SD326) Ainda assim, **a maior parte das previsões sobre o meio ambiente feitas nas últimas décadas não se concretizou de forma tão catastrófica.** Há até quem defenda que nada está errado com o planeta (SUPER, ed. 200, maio. 2004).

(SD327) Uma dessas vozes vem do estatístico dinamarquês Bjorn Lomborg, ex-militante do Greenpeace e co-autor do livro *O Ambientalista Cético*. **Para ele, “todas as previsões apocalípticas são exageradas”** (SUPER, ed. 200, maio. 2004).

Neste processo parafrástico, a discursivização da revista também incorpora aspectos relacionados à divulgação e recepção dos relatórios do IPCC, especialmente o de 2007. Para Superinteressante, o contexto dessa época congregou uma “quantidade enorme de informações alarmistas” (SD328), em que se tornou perceptível a abordagem exagerada de jornais e revistas que apresentaram as consequências mais impactantes do problema (SD329). Ao buscar trazer para o seu dizer uma visão mais ponderada e sóbria acerca da mudança

⁴⁶ O segredo das águas no título lançado em português. O enredo do filme aborda um futuro em que as calotas polares derreteriam completamente, cobrindo a superfície terrestre totalmente de água. Como resultado disso, os poucos seres humanos sobreviventes teriam que se adaptar ao “novo mundo”, passando, inclusive, por mutações genéticas em função das novas relações com o ambiente natural. Neste contexto, um ser anfíbio (Kevin Costner) vive comercializando tudo que é possível, inclusive terra pura. O filme, marcado pelo tom fantasioso, foi lançado em meio ao contexto das previsões científicas sobre as alterações climáticas divulgadas na década de 1990. Informações obtidas no site <http://www.adorocinema.com/filmes/filme-228125/> Acesso em: 15/01/2017.

climática, a publicação chama a atenção para os dados de um levantamento da Organização das Nações Unidas (ONU), indicando que é preciso tomar cuidado com a projeção de cenários apocalípticos (SD330). Em outra passagem, Superinteressante, com base em opiniões científicas, adverte que o “bombardeio de anúncios apocalípticos” pode provocar uma insensibilidade popular diante do problema (SD333).

(SD328) Este ano, acompanhando os relatórios do IPCC, chegou ao público uma quantidade **enorme de informações alarmistas** - e muitas vezes conflitantes (SUPER, ed. 239, maio. 2007).

(SD329) Jornais e revistas trouxeram montagens com **grandes cidades debaixo d'água, número de pessoas afetadas pela seca e fome, espécies de animais em extinção e todo o tipo de cenário apocalíptico** (SUPER, ed. 239, maio. 2007).

(SD330) **Entretanto, uma leitura atenta do levantamento da ONU mostra que ele é cauteloso** ao trazer uma escala de confiabilidade de cada projeção, além de considerar diversos cenários possíveis (SUPER, ed. 239, maio. 2007).

(SD331) **Ninguém lerá no relatório que um número específico de espécies será extinto**, como chegou a ser dito na imprensa (SUPER, ed. 239, maio. 2007).

(SD333) **Parry e boa parte da comunidade científica receiam que o bombardeio de anúncios apocalípticos** que inicialmente seria positivo por chamar a atenção da população para o problema, **possa acarretar insensibilidade por sua superexposição** (SUPER, ed. 239, maio. 2007).

A partir do processo parafrástico tracejado pela *(RP8) Algumas visões são exageradas*, verificamos Superinteressante fazer uso de um tom mais sereno e comedido a fim de refletir sobre o que vem sendo dito em relação ao assunto a partir de outros lugares. No entanto, as abordagens que a revista examina e até parece reprovar (dizeres alarmistas e catastrofistas) vão ao encontro do que ela mesma realiza em maior parte de sua discursivização, como podemos notar nas construções de sentidos relacionadas às redes parafrásticas da *(FDI) A mudança climática reúne efeitos indesejáveis*. Tal aparente contradição (vozes e pontos de vista dissonantes na mesma revista) pode ser explicada pelo fato de que esses dizeres estão inscritos em formações discursivas diferentes, com posições-sujeito específicas que tratam a questão a partir de vieses particulares.

O quadro abaixo expõe, em ordem cronológica, algumas marcas discursivas componentes do funcionamento da *(RP8) Algumas visões são exageradas*.

Quadro 8: (RP8) Algumas visões são exageradas

Marcas discursivas exemplares
(SD320) “existe hoje uma certa histeria em torno do efeito estufa” [1995]
(SD324) “tudo muito impactante, só que cientificamente incorreto” [1998]
(SD325) “com a habitual dose de exagero empregada no cinema catástrofe” [1998]
(SD326) “não se concretizou de forma tão catastrófica” [2004]
(SD327) “para ele, todas as previsões apocalíticas são exageradas” [2004]
(SD328) “uma quantidade enorme de informações alarmistas” [2007]
(SD329) “Jornais e revistas trouxeram montagens com grandes cidades debaixo d’água” [2007]
(SD332) “público e a imprensa já estão à frente da ciência em termos de previsões catastróficas” [2007]

Fonte: autoria própria

As seqüências discursivas relacionadas a este processo parafrástico nos mostram como Superinteressante reformulou o sentido referente às visões exageradas acerca da mudança climática. Percebemos que com *(RP8) Algumas visões são exageradas*, a revista buscou se embasar, principalmente, em depoimentos de cientistas e em leituras de documentos sobre o assunto para apontar abordagens e retratações distorcidas e alarmistas do problema.

Nos anos 1990, a crítica ao exagero dirige-se, sobretudo, às representações cinematográficas e à cobertura jornalística de outros veículos da época. Já as ocorrências mais recentes desta rede dizem respeito, especialmente, aos cenários apocalípticos ilustrados pela mídia no ano de 2007, período da divulgação do 4º relatório do IPCC. A seguir, examinamos as reiteraões de sentidos da *(RP9) Os cientistas divergem*, terceira rede inscrita na *(FD3) A mudança climática é uma questão controversa*. Tal RP ocupa um lugar particular na discursivização de Superinteressante, uma vez que dá a ver a divergência entre os cientistas.

(RP9) Os cientistas divergem

Com esta rede parafrástica, Superinteressante constrói sentidos concernentes à discordância de opinião entre pesquisadores. Os dizeres inscritos em *(RP9) Os cientistas divergem* evidenciam ambigüidades e controvérsias em relação a diferentes questões da mudança climática, como as consequências e a dimensão antropogênica do fenômeno. Em comparação com as outras nove redes parafrásticas mapeadas na discursivização da revista,

(RP9) *Os cientistas divergem* é a que congrega o menor número de ocorrências, manifestando-se, principalmente, na década de 1990. O processo empreendido por esta rede está fortemente ligado às reiteraões já discutidas em (RP7) *Ainda não há certeza*, já que ela também traz, de modo subjacente, o sentido da incerteza quando enfatiza as discordâncias no âmbito científico. Reconhecemos que ambas as redes, portanto, situam a ciência como uma esfera do saber em permanente construção, com dilemas e questionamentos de várias ordens.

Nossos primeiros recortes da (RP9) *Os cientistas divergem* notabilizam a divergência entre cientistas no que concerne ao elo entre a ação humana e o aquecimento planetário (SD334). Superinteressante apresenta as correntes de pensamento que desacordam em vários aspectos da mudança climática, destacando tanto as opiniões dos cientistas que defendem a tese do aquecimento global, como também os pontos de vista contrários a tal compreensão (SD337). Conforme a revista expõe, as diferenças de opinião entre os cientistas se desenrolam por conta de vários questionamentos, como por exemplo, o aumento do nível dos oceanos (SD336), que naquele contexto dos anos 1990 já era amplamente destacado pela comunidade científica, bem como pelo próprio jornalismo (BOYKOFF; BOYKOFF, 2007).

(SD334) **O problema é que os cientistas não concordam** quanto à relação exata entre a ação humana e a elevação dos termômetros (SUPER, ed. 93. Jun. 1995).

(SD337) **Uns sustentam que é uma febrinha de nada**, quem sabe um sintoma natural, como aquela elevação de alguns graus que todo mundo tem no final da tarde. **Outros acham que a temperatura está se estendendo por muito tempo e pode esconder uma infecção mortal** (SUPER, ed. 124, jan. 1998).

(SD336) **Uma parte dos cientistas acha** que os oceanos estão subindo rápido demais. Eles preveem um futuro cheio de inundações catastróficas. **Outros duvidam** que o perigo seja tão grande. Por via das dúvidas, países como a Holanda já começam a se preparar (SUPER, ed. 124, jan. 1998).

Os dizeres veiculados em edições do começo dos anos 2000 seguem circunscrevendo o sentido da divergência, sobretudo, no que se refere à discordância dos cientistas entre as causas e efeitos da mudança climática (SD338). Em determinadas passagens do processo desta rede, Superinteressante busca ter cuidado ao tratar dos variados olhares científicos acerca do fenômeno. Assim, lembra que, apesar de alguns pesquisadores já relacionarem as “maluquices climáticas” com o aquecimento planetário, por sua vez, a maioria da comunidade científica ainda é cautelosa em emitir conclusões (SD339).

Há, também, reformulações desse sentido de divergência que focalizam pontos mais específicos nas discussões entre os cientistas, como aponta a (SD340). Nesta sequência

discursiva, a revista evidencia o embate entre pesquisadores no que diz respeito à proposta de captura do dióxido de carbono e seu enterro em fossas altamente profundas.

(SD338) **Os cientistas divergem sobre as causas e os efeitos da alteração**, mas sua existência é um consenso, como atestou, no ano passado, o Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC), um consórcio de cientistas que estuda o tema há mais de uma década. Segundo o grupo, em 100 anos, os termômetros subiram 0,5C, em média (SUPER, ed. 173, fev. 2002).

(SD339) Bem, e quando começam os efeitos do aquecimento? **Para alguns**, as maluquices climáticas atuais já são consequência do calor extra. **Mas a maioria dos cientistas** é mais cautelosa em suas conclusões. Diz-se que o estudo do clima é complexo, envolve muitas variáveis e que **uma verdade hoje pode ser um fiasco amanhã** (SUPER, ed. 173, fev. 2002).

(SD340) **Os cientistas ainda travam acaloradas discussões** para encontrar formas de detectar pequenos vazamentos e de levar os gases às fossas (SUPER, ed. 218, out. 2005).

Através dos dizeres engendrados neste processo parafrástico, Superinteressante também destaca que o aquecimento global pode ser reconhecido como um fato, contudo, ainda persistem diversas opiniões conflitantes a seu respeito (SD341), já que os cientistas possuem variados, e nem sempre concordantes, pontos de vista em relação ao peso antropogênico e as medidas de enfrentamento.

O sentido da divergência também é suscitado em momentos em que a revista aborda a presença dos céticos no debate sobre o fenômeno. Nestes casos, verificamos que apesar de a publicação evidenciar a diversidade de opiniões acerca do assunto, os cientistas céticos são devidamente designados como uma minoria na comunidade científica (SD342). Por seu turno, notamos que a (SD343), o trecho mais recente inscrito em *(RP9) Os cientistas divergem*, aponta o sentido da divergência trazendo a contestação de especialistas (SD343) em relação a um estudo realizado por cientistas da Universidade do Alasca e da Universidade de Cambridge.

(SD341) Se o aquecimento é uma certeza, sobram dúvidas e **opiniões conflitantes em quase tudo o que diz respeito a ele**. O que exatamente está fazendo o planeta aquecer tanto? Qual é o impacto real das ações humanas? O que acontecerá no futuro? Que atitudes precisamos tomar agora? (SUPER, ed. 239, maio. 2007)

(SD342) **Se os céticos em relação às causas do aquecimento global são minoria, não faltam cientistas com um pé atrás** em relação às previsões sobre os impactos das mudanças climáticas (SUPER, ed. 239, maio. 2007).

(SD343) **O estudo tem sido contestado por outros especialistas**. Eles dizem que o Ártico já sofreu um grande derretimento 125 mil anos atrás, mas não houve liberação de metano (SUPER, ed. 324, out. 2013).

O quadro na sequência expõe, em ordem cronológica, algumas marcas discursivas componentes do funcionamento da (RP9) *Os cientistas divergem*.

Quadro 9: Os cientistas divergem (RP9)

Marcas discursivas exemplares
(SD334) “o problema é que os cientistas não concordam” [1995]
(SD336) “uma parte dos cientistas acha (...) outros duvidam” [1998]
(SD337) “uns sustentam que (...) outros acham que” [1998]
(SD338) “os cientistas divergem sobre as causas e os efeitos” [1998]
(SD339) “para alguns (...) mas a maioria dos cientistas” [2002]
(SD340) “os cientistas ainda travam acaloradas discussões” [2005]
(SD341) “opiniões conflitantes a tudo relacionado a ele” [2007]
(SD343) “o estudo tem sido contestado por outros especialistas” [2013]

Fonte: autoria própria

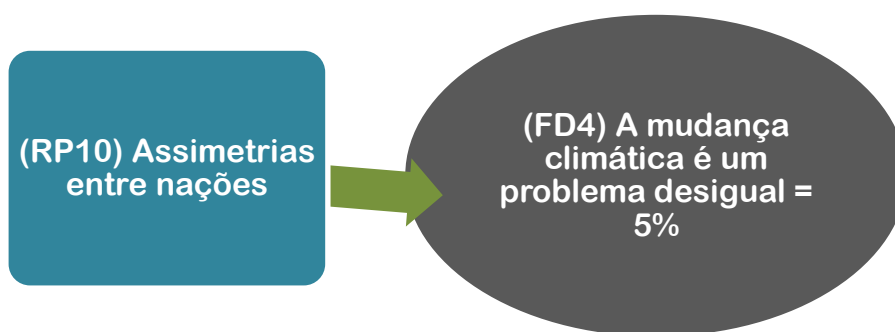
O processo parafrástico conduzido nesta rede evidencia diferentes tipos de divergências entre cientistas. Apesar de alguns dizeres abarcarem discordâncias acerca de questões específicas, como uma proposta de mitigação (SD340), a maioria das ocorrências aponta desentendimentos no que se refere às origens e impactos futuros da mudança climática. Em alguns dizeres, Superinteressante ainda coloca a perspectiva dos cientistas que defendem a tese do aquecimento global e da ação humana numa direção oposta ao pensamento dos cientistas céticos. Os pesquisadores vinculados a correntes do ceticismo ganham espaço na discursivização da revista a partir de suas visões discordantes da maioria da comunidade científica. Trata-se de um grupo heterogêneo que embasa seus argumentos em teorias relacionadas às dinâmicas naturais da alteração do clima e nas limitações dos modelos climáticos (GAMBA, 2015). Feito tais apontamentos, passamos para a quarta e mais residual formação discursiva mapeada pelo nosso estudo, a (FD4) *A mudança climática é um problema desigual*.

4.4 (FD4) A MUDANÇA CLIMÁTICA É UM PROBLEMA DESIGUAL

Nossa quarta formação discursiva, a (FD4) *A mudança climática é um problema desigual*, é constituída somente por uma rede parafrástica, a (RP10) *Assimetrias entre nações*,

espaço onde Superinteressante evidencia uma série de diferenças entre os países desenvolvidos e aqueles ainda em desenvolvimento. Nesta visada discursiva, os dizeres da revista colocam em cena os aspectos desiguais relacionados à contribuição para a geração e aceleração da mudança climática, além de também atentarem para as capacidades de adaptação e mitigação que variam em cada país. Por este caminho, a revista evidencia que a distribuição das consequências do problema ocorre, muitas vezes, de maneira irregular e injusta.

Figura 7: (FD4) e sua respectiva rede parafrástica



Fonte: autoria própria

(RP10) Assimetrias entre nações

Tal rede de paráfrases trabalha a alteração do clima a partir de uma dimensão macro, em que Superinteressante evidencia um conjunto de diferenças políticas, econômicas e sociais entre países no que diz respeito à contribuição para a geração e aceleração do problema. Além disso, em *(RP10) Assimetrias entre nações*, a revista também chama a atenção para elementos desiguais que conformam a capacidade de adaptações e mitigação de cada país. Com esta rede parafrástica, alguns aspectos estruturais da sociedade emergem na discursivização de Superinteressante. A mudança climática passa a ser interpretada como um fenômeno de caráter contraditório e injusto, já que quanto mais as nações crescem economicamente, mais consequências negativas aparecem com esse “desenvolvimento”. As

sequências discursivas observadas aparecem ao longo de vários anos da discursivização de Superinteressante, registrando uma frequência mais acentuada no início da década de 2000.

As sequências discursivas extraídas de uma edição de 1995 evidenciam a construção de sentidos em torno da ideia de desigualdade entre os países, especialmente no que diz respeito à contribuição para a geração do fenômeno. Superinteressante aponta a responsabilidade de países como os Estados Unidos, que ao longo da história, contribuíram, de modo massivo, para que a mudança climática viesse a se tornar a questão preocupante que conhecemos hoje. A revista indica, ainda, uma indisposição dos países desenvolvidos em tratar a problemática do clima com a urgência e seriedade necessárias (SD302) e (SD303).

(SD302) Os ilhéus acusaram **os grandes emissores de exercer uma apurada “ginástica verbal”**, maneira educada de dizer que só houve conversa fiada. Se as geleiras da Antártida derreterem, eles afundam. **Querem que os ricos emitam 20% menos do que em 1990** (SUPER, ed. 93. Jun. 1995).

(SD303) **Os países desenvolvidos defendem a espera; devagar com o andor**. Seus representantes **tentaram evitar qualquer pronunciamento mais duro contra os grandes emissores de CO₂, que são eles mesmos, responsáveis por quase 80% da emissão mundial**. Conseguiram. Em alguns casos, dormiram em plenário (na foto, um membro da delegação alemã tira sua soneca) (SUPER, ed. 93. Jun. 1995).

Nos primeiros anos da década de 2000, o sentido em torno da desigualdade foi reforçado através de dizeres que pautavam as negociações políticas sobre a mudança climática. Países como Estados Unidos, China e Rússia são classificados como maiores poluidores pela revista, que ainda sublinha a importância dessas nações assumirem e cumprirem acordos voltados para o enfrentamento do problema (SD305). Para além da ênfase na desigualdade concernente ao peso na geração da mudança climática, observamos Superinteressante também focalizar os aspectos desiguais em relação à capacidade adaptativa dos países. Se por um lado, a publicação lembra que há países bem preparados para enfrentar desastres associados ao clima (SD304), por outro, não deixa de mencionar que os impactos da alteração climática irão afetar, de maneira mais intensa, os mais pobres (SD307). Na reformulação deste sentido, os países ricos são citados como capazes de se reerguerem diante dos efeitos do fenômeno, ao passo que regiões como a África subsaariana viveriam uma verdadeira tragédia (SD308). A revista, então, coloca em evidência uma assimetria entre as nações ricas, que contornariam as catástrofes com mais facilidade, e os países que integram o denominado “Terceiro Mundo”, historicamente mais vulneráveis às consequências dos eventos catastróficos (SD309).

(SD304) **Mesmo nos Estados Unidos, bem mais preparados do que o resto do mundo para enfrentar desastres, a passagem do furacão Floyd pela costa leste, no ano passado, custou mais de 4 bilhões de dólares em danos.** A fuga de milhares de moradores vitimados foi a maior evacuação registrada na história do país (SUPER, ed. 159, dez. 2000).

(SD305) **A onda de protestos faz todo sentido** porque, na prática, o recuo de Bush inutiliza o acordo de Kyoto. **Só os Estados Unidos são responsáveis por 35% da emissão de gases de efeito estufa. Pior ainda será se outros países, também de alta produção desses gases, como Rússia e China** (veja quadro abaixo), seguirem esse mesmo caminho (SUPER, ed. 164, maio. 2001).

(SD307) Quando ocorrem grandes mudanças ambientais, sobrevivem as espécies com maior capacidade de adaptação. A raça humana, que já sobreviveu a uma era glacial, tem grandes chances de superar mais essa mudança, **mas alguns ficarão pelo caminho: os mais pobres** (SUPER, ed. 164, maio. 2001).

(SD308) **Na África subsaariana, onde milhões vivem da agricultura de subsistência, isso seria uma tragédia. Mas não nos países ricos,** onde os recursos permitem comprar comida, erguer diques ou abrir frentes agrícolas rapidamente (SUPER, ed. 173, fev. 2002).

(SD309) **Como sempre, os países ricos contornariam a catástrofe mais facilmente que as nações do Terceiro Mundo.** Muito tempo antes de as águas cobrirem as cidades litorâneas do mundo desenvolvido, haveria propostas de diques e barreiras para conter o avanço das águas, como já acontece há séculos na Holanda (SUPER, ed. 187, abr. 2003).

Baseada em dados divulgados por documentos como os relatórios do IPCC, Superinteressante ressalta que nem todas as regiões do mundo serão afetadas da mesma forma pela mudança do clima. Aspectos relacionados à vulnerabilidade dos países ganham corpo na discursivização da revista, como por exemplo, a situação de miséria em Bangladesh (SD317) e as doenças, fome, pobreza e guerras civis já presentes no cotidiano da maioria das nações do continente africano (SD318). Por este caminho, a publicação evidencia que as consequências da alteração climática serão ainda mais intensas nos lugares que já enfrentam outros dilemas.

A condição de vulnerabilidade de países como a Indonésia (SD317) é destaca por Superinteressante como um fator agravante na adaptação diante de tragédias relacionadas ao clima. Além disso, neste processo parafrástico empreendido, a revista também lembra que a localização geográfica tem a ver com o grau de afetação dos povos diante dos impactos do problema, uma vez que os países mais pobres ficam situados nas regiões mais quentes e, por isso, encontraram mais obstáculos para superar as adversidades impostas pelo fenômeno (SD319).

(SD313) Imagine juntar **140 milhões de miseráveis** num país um tiquinho acima do nível do mar e **sério candidato a sofrer o pior das mudanças climáticas. Essa é a situação de Bangladesh.** Segundo o IPCC, 70% das terras baixas do país estão com os dias contados (SUPER, ed. 260, dez. 2008).

(SD314) Aids, guerra civil, governos truculentos, miséria, fome... Além disso tudo - e também por causa disso -, **a África tem a maioria dos países mais indefesos contra os perigos das mudanças climáticas** (SUPER, ed. 260, dez. 2008).

(SD317) Para aliviar as tragédias, o aviso precisa ser rápido e eficaz. **Na Indonésia, em 2004, muitos dos 230 mil mortos não chegaram a ver o alerta emitido pela televisão local.** A razão: **eles viviam em vilas sem energia elétrica** (SUPER, ed. 290, abr. 2011).

(SD319) Até 2100, 77% dos países vão sofrer as consequências econômicas da queda da produtividade. **Com o mundo remodelado pelo clima, os países pobres que ficam em regiões quentes – a maioria – vão sofrer ainda mais.** A Terra vai continuar a esquentar – **mas nem todo mundo vai conseguir comprar um ar-condicionado** (SUPER, ed. 355, dez. 2015).

Ao trazer essa compreensão das assimetrias para sua discursivização, notamos que Superinteressante reforça também as “distinções significativas entre os que produzem os riscos e os que estão mais expostos aos mesmos” (VALENCIO, 2009). Ademais, entendemos que os dizeres que incluem a questão da vulnerabilidade são importantes no discurso jornalístico, pois como lembra Giddens (2010), até mesmo os países desenvolvidos posteriormente serão afetados pelos efeitos secundários dos desastres ocorridos nas nações mais pobres. A partir do funcionamento da (RP10) *Assimetrias entre nações*, portanto, Superinteressante reitera que a mudança do clima afeta a todos, mas em circunstâncias e níveis diferentes.

Quadro 10: *Assimetrias entre nações (RP10)*

Marcas discursivas exemplares
(SD303) “os países desenvolvidos defendem a espera” [1995]
(SD305) “só os Estados Unidos são responsáveis por 35% da emissão de gases de efeito estufa” [2001]
(SD306) “mas alguns ficarão pelo caminho: os mais pobres” [2001]
(SD309) “Como sempre, os países ricos contornariam a catástrofe mais facilmente que as nações do Terceiro Mundo” [2003]
(SD310) “os EUA produzem mais de um terço desses gases no mundo” [2005]
(SD314) “a África tem a maioria dos países mais indefesos contra os perigos das mudanças climáticas” [2008]
(SD317) “Na Indonésia, em 2004, muitos dos 230 mil mortos não chegaram a ver o alerta emitido pela televisão local” [2011]
(SD319) “os países pobres que ficam em regiões quentes – a maioria – vão sofrer ainda mais” [2015]

Fonte: autoria própria

As marcas discursivas destacadas no quadro, bem como nossa discussão com base nas SDs, mostram reformulações de um dizer de Superinteressante que possui como sentido basilar os aspectos desiguais em torno da mudança climática. Nos primeiros anos, a ênfase mais constante se referia à diferença na contribuição para a geração do problema, em que a revista destacou as nações com maior responsabilidade, como os Estados Unidos. Ao longo dos anos, o entendimento de que a mudança climática é, também, um problema marcado por assimetrias passou a ganhar um reforço maior a partir da menção aos países mais vulneráveis aos efeitos do fenômeno.

No funcionamento da *(RP10) Assimetrias entre nações*, também verificamos atravessamentos de sentidos com outras redes parafrásticas, em especial, com a *(RP4) A culpa também é nossa*. Ao sinalizar os níveis de contribuição dos países para a mudança do clima, Superinteressante traz, ainda que de modo subjacente, a dimensão antropogênica do problema, afastando a ideia de que o fenômeno poderia ser associado apenas a fatores naturais.

4.5 A EXTERIORIDADE E OS TRAJETOS DOS SENTIDOS

Nosso gesto interpretativo indica que a discursivização de Superinteressante sobre a mudança climática, entre os anos 1995 e 2015, é marcada pelo funcionamento de dez redes parafrásticas que se entrecruzam e movimentam uma diversidade de sentidos sobre o tema. Tais redes se relacionam, de diferentes modos, a quatro formações discursivas que, por sua vez, representam perspectivas – ou ainda compreensões e posicionamentos – acerca de um domínio específico da problemática do clima. Em outras palavras, verificamos que cada FD mapeada se refere a uma dimensão particular do problema, em que diferentes sentidos são suscitados e reformulados a partir do trabalho incessante das redes parafrásticas. Estamos diante, portanto, de uma grande teia discursiva, isto é, de um emaranhado de dizeres sobre a mudança climática que se materializam nos conteúdos jornalísticos produzidos pela revista.

A seguir, apresentamos nosso quadro geral que sintetiza o mapeamento de sentidos sobre a mudança climática em Superinteressante, assim como detalha os resultados quantitativos referentes a cada formação discursiva e rede parafrástica. Ressaltamos que tais FDs e RPs estão organizadas a partir das regularidades que mapeamos e problematizamos, embora também verificamos sentidos que, por vezes, se entrecruzam ao longo dos processos discursivos engendrados pela revista.

Quadro 11: Sentidos sobre a mudança climática em Superinteressante

Formação Discursiva (FD)	Rede Parafrástica (RP)	Sequências Discursivas (SD)
(FD1) A mudança climática reúne efeitos indesejáveis	(RP1) O futuro pode ser pior	71
	(RP2) Fatos comprovam o perigo	69
	(RP3) Há custos econômicos	21
Subtotal: 161 sequências discursivas (47%)		
(FD2) A mudança climática concerne à ação humana	(RP4) A culpa também é nossa	48
	(RP5) É possível e preciso agir	33
	(RP6) Crítica ao ceticismo	28
Subtotal: 109 sequências discursivas (32%)		
(FD3) A mudança climática é uma questão controversa	(RP7) Ainda não há certeza	31
	(RP8) Algumas visões são exageradas	14
	(RP9) Os cientistas divergem	10
Subtotal: 55 sequências discursivas (16%)		
(FD4) A mudança climática é um problema desigual	(RP10) Assimetrias entre nações	18
Subtotal: 18 sequências discursivas (5%)		

Fonte: autoria própria

Como argumenta Pêcheux (1995), todo dizer é intrinsecamente suscetível a se tornar outro, diferente de si mesmo, ou seja, é passível de deslocamentos. Logo, reconhecemos que as formações discursivas sistematizadas em nosso estudo possuem bordas com margens permeáveis devido ao próprio efeito da interdiscursividade (COURTINE, 2009). Desse modo, o percurso analítico evidencia que cada FD se constitui como uma repartição composta por

processos parafrásticos que dão conta da repetibilidade dos sentidos, mas que também podem se abrir para o novo, instaurando elementos diferentes dos que já integravam o processo discursivo (PETRI, 2009). Notamos tal aspecto a partir da interpretação das nossas redes parafrásticas, que no período observado mantiveram, acrescentaram e subtraíram uma série de dizeres, sem deixar, no entanto, de conservarem seus sentidos basilares.

O discurso jornalístico, vale sempre lembrar, é fruto de condições de produção e rotinas particulares (BENETTI, 2008), bem como essencialmente dirigido por vontades outras, da ordem da enunciação, anteriores ao dizer do aqui e agora (SCHWAAB, 2011). Por isso, os contextos (em sentido estrito e amplo) do dizer interpretado precisam ser considerados, já que não se trata de um mero adjetivo ou acessório, mas de uma parte constitutiva e inseparável do discurso (ORLANDI, 2005). Em nossa pesquisa, notamos que vários sentidos sobre a mudança do clima mobilizados pela Superinteressante são oriundos das arenas científicas, políticas, econômicas, entre outras. Devido à sua identidade e linha editorial, na maior parte das vezes, a revista recorre ao conhecimento construído pela ciência como forma de legitimar os dizeres que constrói. Observamos que o saber científico permeia, em diferentes níveis e modos, as quatro formações discursivas.

A análise da discursivização de Superinteressante sinaliza a prevalência da *(FDI) A mudança climática reúne efeitos indesejáveis*, que produz dizeres sobre as consequências do problema. Os sentidos reiterados nesta formação discursiva vão ao encontro da reflexão de Giddens (2010), que aponta a predominância de um pensamento apocalíptico na atualidade. Diante dessa constatação, o autor menciona a perspectiva do sociólogo húngaro Frank Furedi⁴⁷, que relaciona a mudança climática a um conjunto de mudanças culturais ocorridas nas últimas três décadas. Neste contexto, sensações como insegurança, apreensão e medo se tornam mais frequentes e intensas no cotidiano das pessoas.

Os sentidos abarcados por *(RP1) O futuro pode ser pior*, *(RP2) Fatos comprovam o perigo* e *(RP3) Há custos econômicos* estão atrelados a discursos-outros que enquadram a mudança climática como produtora de efeitos danosos nos mais diversos âmbitos da vida planetária. Dessa forma, os dizeres da revista não se alinham somente ao conhecimento científico que sublinha fatos do passado e prevê cenários futuros, mas também a uma ideologia que percebe a mudança climática a partir de uma visão catastrofista, permeada por angústia, pessimismo, medo e maus presságios (FUREDI, 2007). Tal perspectiva ideológica

⁴⁷ Em seus textos, o autor não aborda a mudança climática da forma central, mas sublinha que a questão do clima está diretamente associada a outros problemas que colocam em cena a preocupação extrema com a segurança e com o futuro.

não concerne somente à alteração climática, visto que engloba uma série de outras preocupações do mundo contemporâneo, como a violência e o terrorismo.

Os discursos alarmistas trazem consigo uma variedade de elementos sensacionais, espetaculares e impactantes. Com base em Hulme (2015), compreendemos que esse funcionamento discursivo se configura um tipo de abordagem que reconhece as consequências da mudança climática com base numa perspectiva totalizante, na qual se enfatiza continuamente a urgência e a magnitude do problema, sem a devida atenção a fatores contextuais. O autor sublinha a necessidade de os efeitos da alteração do clima serem entendidos e trabalhados em relação a outros riscos com os quais as pessoas convivem no seu cotidiano. Giddens (2010) e Klein (2014) também consideram que as consequências atreladas ao fenômeno precisam ser abordadas com cuidado – incluindo aí ponderação na produção de conteúdos midiático-jornalísticos –, visto que já existem outros diversos problemas na vida dos indivíduos, que trazem ameaças e produzem sentimentos de insegurança, muitas vezes, de maneira menos abstrata e num regime de tempo mais próximo em comparação aos efeitos da mudança do clima. Além disso, é preciso ter cautela com as estimativas e previsões científicas para que não se amplie ainda mais os cenários traçados por entidades como o IPCC, que já são preocupantes por si mesmos (HULME, 2009).

Para Giddens (2010, p. 55), “a mídia é um dos principais filtros dos quais as descobertas científicas são disseminadas, e tem havido muitos casos em que as reportagens sensacionalistas substituem a cautela”. O autor chama a atenção para o foco demasiado nos aspectos extraordinários que cercam a questão do clima, mas ressalta que é necessário não julgar o pensamento apocalíptico pelas aparências, já que ele ainda se relaciona ao que pode dar errado caso não realizarmos as medidas corretivas apropriadas desde agora. Por isso, é possível conceber os discursos catastrofistas, ainda, como um conjunto de histórias de advertência (GIDDENS, 2010).

Ainda podemos pensar os dizeres inscritos no domínio da *(FDI) A mudança climática reúne efeitos indesejáveis* a partir do que Hulme (2011) classifica como reducionismo climático. Com a crescente preocupação em torno da mudança climática nas últimas décadas, a ideia de que o clima pode determinar o comportamento e o destino das pessoas e da sociedade voltou a emergir⁴⁸ sob a forma de um reducionismo das questões climáticas. O

⁴⁸ Conforme o autor, cem anos atrás, persistia uma teoria (um tipo de determinismo ambiental) que sustentava que vários aspectos do clima determinavam a fisiologia e a psicologia das pessoas, definindo a conduta e a cultura das sociedades. Tal determinismo passou a ser desacreditado e marginalizado no pensamento acadêmico dominante na medida em que as guerras ideológicas do século XX remodelavam as esferas políticas e morais. No entanto, especialmente nas últimas três décadas, e mais fortemente com o

autor considera perigoso elevar o clima como um desencadeador de futuras mudanças ecológicas e sociais sem analisar as profundas incertezas em torno dessas transformações. Conforme ele, o máximo que podemos afirmar até agora é que as ações humanas estão mudando os riscos ambientais e sociais existentes, inclusive introduzindo novos destes (HULME, 2011). Na perspectiva do autor, compreende-se que o reducionismo climático é impulsionado pela hegemonia das ciências naturais que produzem relatos sobre questões incertas do futuro a partir do uso de modelos climáticos, ou seja, esse modo de pensar sobre a mudança climática é diretamente influenciado por grande parte do conhecimento científico que historicamente tem sido produzido a seu respeito.

Tal reducionismo climático, segundo explica Hulme (2011), incorpora o sentimento de perda de confiança no futuro, além de destacar números precisos e empregar tons temerosos para se referir à mudança do clima. Ademais, os discursos atrelados ao reducionismo climático são nutridos por um pessimismo ocidental, que focaliza aspectos como o desamparo, o medo e o fatalismo. Em nossa análise, observamos que Superinteressante produziu dizeres dessa ordem a partir do funcionamento das redes parafrásticas associadas à (FD1) *A mudança climática reúne efeitos indesejáveis*. Constatamos, portanto, que essa formação discursiva, predominante na discursivização da revista, é constituída por uma interdiscursividade que se relaciona ideologicamente com o pensamento apocalíptico vigente na atualidade (GIDDENS, 2010), além de agregar características do reducionismo climático (HULME, 2011).

É preciso ressaltar, também, que a prevalência desta FD não é indiferente às conformações editoriais e mercadológicas de Superinteressante, que ao longo de sua história busca demarcar um lugar associado às descobertas, às inquietudes e previsões mais atuais sobre as temáticas que aborda. Disso, resulta uma atenção constante nos aspectos mais sensacionais e espetaculares em torno da mudança climática – que neste caso, estão diretamente associados às consequências do problema apontadas, sobretudo, pela ciência –, onde a revista também aciona sua identidade como produto a partir da permanente tensão entre realidades da temática e do veículo (TAVARES, 2013). Neste caminho, a discursivização de Superinteressante vale-se do fato da problemática do clima ser contornada

novo século, a mudança climática de caráter antropogênico vem sendo responsável pela retomada da ideia de que o clima pode afetar, em diferentes níveis, o comportamento e o futuro das pessoas. Porém, no contexto atual, o autor acha plausível usar a expressão “reducionismo climático” porque o que está em curso é um conjunto de respostas simples para uma complexidade referente às relações entre clima, sociedade e futuro (HULME, 2011).

por efeitos diversos, produzindo, assim, uma sucessão de “dizeres impactantes” que dialoga precisamente com suas dinâmicas jornalísticas e com seu perfil editorial.

Por seu turno, a (FD2) *A mudança climática concerne à ação humana*, coloca em destaque especialmente as dimensões humanas relacionadas ao fenômeno. Os dizeres engendrados a partir da (RP4) *A culpa também é nossa*, (RP5) *É possível e preciso agir* e (RP6) *Crítica ao ceticismo* evidenciam a preocupação de Superinteressante em enfatizar que a mudança do clima está diretamente vinculada ao agir humano. Apesar da raiz antropogênica do problema e das responsabilidades do homem serem enfatizadas de diferentes maneiras nesta formação discursiva, percebemos que a revista pouco sinaliza ações de enfrentamento no âmbito do poder público. Ao contrário, a maioria dos dizeres se direciona a medidas que devem ser tomadas pela iniciativa privada ou pelo próprio leitor. Este último é interpelado por Superinteressante em vários momentos em que a publicação cumpre seu papel de revista, dando conselhos e sugerindo escolhas acerca do que o sujeito comum pode fazer no seu cotidiano para colaborar no enfrentamento da mudança climática. Logo, notamos um forte investimento na construção de dizeres prescritivos e utilitários, que conclamam os leitores a fazerem a sua parte na luta contra o problema. É uma das maneiras que o veículo encontra para dizer: “isso é importante!”, “isso é interessante!” e “isso diz respeito ao tempo presente, ou seja, ao agora”, algo bastante comum no trabalho desempenhado pelas revistas (BENETTI, 2013) e que encontra um encaixe estratégico na discursivização de Superinteressante sobre a mudança climática.

Há diferentes movimentos de sentidos na (FD2) *A mudança climática concerne à ação humana*. Além do apontamento da culpa do ser humano e das responsabilidades que este pode e deve assumir, notamos a revista também questionar e criticar as perspectivas céticas acerca do fenômeno. Embora as redes parafrásticas desta FD tomem caminhos específicos, elas possuem como ponto em comum o fato de colocarem em evidência as facetas humanas da mudança climática. Logo, reconhecemos que tal formação discursiva mantém relações com a chamada narrativa do Antropoceno, descrita por Hulme (2015). Essa forma de narrar, segundo elucida o autor, diz respeito a uma nova era geológica em que as ações humanas se tornaram dominantes no funcionamento do planeta. Ademais, os discursos orientados pela perspectiva do Antropoceno desfazem a histórica lógica dicotômica do pensamento ocidental que separava natureza e cultura.

Neste contexto, como elucida Hulme (2015), a mão humana da mudança climática acaba substituindo a mão divina de Deus como responsável pelo colapso das civilizações. Percebemos essa ideia perpassar vários dizeres em que Superinteressante atribui a culpa ao

homem e sinaliza a possibilidade (e necessidade) deste assumir medidas de enfrentamento diante da existência do problema. Vale sublinhar que essa visada do discurso ganha força a partir de “propostas científicas recentes que enfatizam a influência humana no planeta e fazem parte de um grande movimento de saberes e ideologias que incorporam esse pensar (MARTINEZ, 2016, p. 57)”.

Apesar de ser quantitativamente menos expressiva do que as formações discursivas anteriores, a (FD3) *A mudança climática é uma questão controversa* demarca um campo de sentidos específico no qual são reiterados dizeres em torno das suas dúvidas, equívocos e incertezas do problema. Como vimos, neste caminho, a revista torna visíveis os aspectos complexos e ambíguos que conformam a questão do clima. O funcionamento de (RP7) *Ainda não há certeza*, (RP8) *Algumas visões são exageradas* e (RP9) *Os cientistas divergem* abre espaço para as perguntas ainda sem respostas, as discordâncias entre os especialistas e as abordagens desproporcionais de instâncias como a mídia. Os limites e os conflitos, aspectos inerentes à ciência (HULME, 2009), são reformulados de diversas maneiras a partir dessa formação discursiva.

A compreensão da sociedade acerca da mudança climática, incluindo as formas de enfrentá-la, é extremamente dependente do discurso científico. Contudo, a avaliação do fenômeno está sujeita a uma série de imprecisões devido ao conhecimento sobre o problema ser tanto incompleto, quanto incognoscível⁴⁹ (NEW; HULME, 2000). Ademais, “cenários dizem respeito a possibilidades futuras, e por isso não admira que haja quem questione, ou quem objete à própria tese de que os processos atuais de aquecimento global são produzidos pela atividade humana” (GIDDENS, 2010, p. 43). Em (FD3) *A mudança climática é uma questão controversa*, observamos Superinteressante ofertar dizeres concernentes não apenas a questões bem específicas da mudança climática, como também à sua própria existência e dimensão antropogênica. Para tanto, a revista explicita dúvidas e pontos de divergência entre cientistas e, em vários momentos, questiona representações supostamente equivocadas – ou cientificamente incorretas – sobre o fenômeno.

Por esta formação discursiva, portanto, não se adotam afirmações absolutas. Ao contrário, os dizeres sinalizam a falta de certeza, as interrogações e os equívocos a respeito da mudança climática. É nesta zona da discursivização que Superinteressante parece se alinhar a

⁴⁹ O conhecimento incompleto se refere às informações inadequadas sobre os processos biofísicos, bem como à falta de recursos analíticos disponíveis para a avaliação do problema. Já o conhecimento incognoscível provém da própria imprevisibilidade inerente ao sistema terrestre, além da nossa capacidade de prever o futuro socioeconômico e o comportamento de forma determinista (NEW; HULME, 2000).

uma perspectiva mais moderada, que enfoca as controvérsias diversas que permeiam o tema. Em alguns momentos, notamos a revista elucidar que esse caráter controverso do fenômeno é observado de forma saudável na ciência, além de relativizar o saber científico, empregando tom ponderado em relação às determinadas opiniões de cientistas. Como explica Hulme (2009), é preciso ter cuidado com previsões e estatísticas, não só pela incompletude interna da ciência, mas também porque além do olhar científico, a questão do clima envolve fatores simbólicos e históricos. Em outras palavras, mesmo que a mudança climática seja legitimada pelo discurso da ciência, sua existência ultrapassa as explicações dos cientistas, uma vez que existe ainda um conjunto de implicações de ordem sociocultural.

Sendo mais residual que as demais formações discursivas, a *(FD4) A mudança climática é um problema desigual* dá a ver aspectos desiguais em torno do problema a partir dos sentidos reiterados pela *(RP10) Assimetrias entre nações*. É nesta região da sua discursivização que Superinteressante chama a atenção para o fato de alguns países contribuírem mais do que outros no que se refere à geração e aceleração do fenômeno, além de indicar que existem diferenças em relação às capacidades de adaptação e mitigação. Por esta direção, a publicação sinaliza a existência de uma desigualdade que concerne à distribuição das prováveis consequências do problema. Como lembra Giddens (2010), as regiões mais pobres do mundo serão mais afetadas pelos efeitos da mudança climática devido a fatores como localização geográfica e falta de recursos. Esta formação discursiva, portanto, é ancorada no reconhecimento de históricas discrepâncias socioeconômicas entre diferentes lugares do mundo, trazendo à tona, por vezes, elementos como a injustiça e a equidade.

A questão do clima, conforme elucidada Valencio (2009), contribui para explicitar os diferentes tipos de diferenças entre povos desenvolvidos e os que ainda estão em fase de desenvolvimento. Além disso, a assimetria em relação às tecnologias mitigatórias e adaptativas contribui para criar distinções significativas entre aqueles que produzem os riscos e daqueles que estão mais expostos aos mesmos (VALENCIO, 2009). Nesta formação discursiva, Superinteressante reformula uma variedade de dizeres que evidencia como as consequências da alteração do clima tendem a ser partilhadas de maneira irregular, visto que, muitas vezes, os que menos contribuem para o problema acabam sendo os mais afetados.

É preciso ressaltar que esta FD é atravessada por elementos da *(FD2) A mudança climática concerne à ação humana*, pois ela também percebe a dimensão antropogênica do problema, versando sobre aspectos ligados ao seu enfrentamento. No entanto, tal formação discursiva se particulariza por focalizar essencialmente as diversas assimetrias entre os países. Por vezes, Superinteressante ainda expõe as vulnerabilidades que fazem parte da realidade de

alguns povos. Ademais, notamos, também, que a questão das assimetrias é abordada pela revista em escala global, com ênfase nos países mais poluidores e nas nações mais vulneráveis. Ou seja, o contexto internacional se sobrepõe ao contexto local.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assimilar como os processos discursivos empreendidos pelo jornalismo constroem e ofertam sentidos sobre a mudança climática ao longo de determinado período temporal requer algumas premissas e ações. Primeiramente, é necessário olhar para outros lugares, isto é, para além das marcas visíveis nos produtos jornalísticos. Desse modo, passamos a ter acesso a um vasto quadro de perspectivas concernentes ao fenômeno e assimilamos com mais clareza como a questão surge, se mantém e evolui através dos discursos de diferentes sujeitos da sociedade. É imprescindível, por isso, dar conta das condições de produção que possibilitam e justificam a existência de um determinado discurso no lugar de outro (COURTINE, 2009).

Nossa investigação teve como principal objetivo compreender o funcionamento da discursivização sobre a mudança climática na revista *Superinteressante* entre 1995 e 2015. O recorte temporal se mostrou relevante, visto que a partir dele conseguimos reunir uma considerável diversidade de dizeres acerca do tema, formulados em diferentes momentos da história da publicação. Cabe, no entanto, a ressalva de que a escolha por abarcar todos esses anos exigiu cuidados específicos e um rigor ainda maior no desenvolvimento de todas as fases da pesquisa. Foi necessário, entre outras medidas, congregamos elementos históricos na reflexão sobre a problemática do clima, assim como entender que nosso objeto empírico, a *Superinteressante*, passou por inúmeras modificações ao longo desse período, embora não tenha se despreendido totalmente de princípios e aspectos editoriais demarcadores da sua prática jornalística e discursiva.

Desde sua criação até os dias atuais, *Superinteressante* é contornada por inúmeras particularidades, no qual o diálogo com o saber científico se destaca como aspecto definidor na construção de sentidos em torno da alteração climática. Nosso estudo aponta que a ciência, por meio de seus resultados de pesquisas, hipóteses e estatísticas, ocupa um espaço privilegiado nos dizeres engendrados pela revista, ou seja, o fazer científico integra fundamentalmente o movimento de forças daquilo que é anterior e exterior (BENETTI, 2010), mas, ainda assim, constitutivo da sua discursivização sobre o assunto. Esse apontamento advém do nosso gesto interpretativo que mapeou e problematizou os dizeres referentes à temática, dando a ver uma constante reformulação de sentidos a partir dos processos parafrásticos engendrados pela publicação.

A perspectiva teórico-metodológica da Análise de Discurso forneceu noções essenciais para os procedimentos operacionais do trabalho. Ao empregarmos o conceito de paráfrase reconhecendo seu potencial teórico e operador (ORLANDI, 2005), conseguimos

coligir dizeres sobre a mudança climática que se encontram dispersos nos textos produzidos por Superinteressante. As regularidades – compreendidas aqui como dizeres que retornam aos mesmos sentidos – foram agrupadas em dez redes parafrásticas. Estas, por sua vez, estão inseridas num recinto maior: as formações discursivas. Nossa empreitada analítica sinaliza a existência de quatro FDs sobre a mudança climática na discursivização de Superinteressante, são elas: (FD1) *A mudança climática reúne efeitos indesejáveis*; (FD2) *A mudança climática concerne à ação humana*; (FD3) *A mudança climática é uma questão controversa*; e (FD4) *A mudança climática é um problema desigual*. Todo dizer da revista sobre a questão do clima, portanto, se ancora numa dada perspectiva, isto é, numa visada do discurso que focaliza uma dimensão particular do problema.

É importante ressaltar que reconhecemos tais formações discursivas como fragmentos e regionalizações do interdiscurso (ORLANDI, 2005), ou seja, pensamos nelas como blocos discursivos sem, no entanto, menosprezar suas bordas permeáveis (SCHWAAB; ZAMIN, 2014), resultantes da própria heterogeneidade constitutiva da linguagem (PÊCHEUX, 1995). Isso significa que há entrecruzamentos entre as nossas FDs mapeadas, o que abre espaço para deslocamentos de sentidos e retomadas de já-ditos nos processos discursivos que se materializam nas páginas de Superinteressante.

Outra ressalva necessária diz respeito ao fato de que designamos formações discursivas específicas sobre a mudança climática e que se relacionam a alguns domínios próprios do tema. Desse modo, diferentemente de outros estudos⁵⁰ que apontam para tipos de formações discursivas pré-definidos, estruturamos nossas FDs com base nos aspectos peculiares da problemática do clima, levando em conta as condições de produção da discursivização da revista. Esse modo mais flexível de conceber as formações discursivas possibilitou trabalhá-las em suas diversas variáveis, sem perder de vista as relações interdiscursivas que as constituem. Por isso, embora cada FD se direcione a um domínio específico da mudança climática, elas não são percebidas como unidades fechadas e homogêneas. Ao contrário, devido à constante agitação e tensão dos sentidos (INDURSKY, 2007) as formações discursivas, por vezes, até mesmo se complementam.

A predominância expressiva da (FD1) *A mudança climática reúne efeitos indesejáveis* denota uma contínua ênfase nas consequências do problema frequentemente apresentadas de

⁵⁰ Como exemplo, citamos a dissertação de mestrado de Cardoso (2013) e a tese de doutorado de Moraes (2015), apresentadas em nosso Estado da Arte e que trazem, de maneira respectiva, as formações discursivas do tipo *naturalista ecotecnocrática*, *ecossocial* e *instrumentalista*, *ecotecnocrática* e *ecossocial*. Ambas as pesquisas se baseiam em autores como Caporal & Costabeber (2000) para a designação de formações discursivas sobre a mudança climática.

modo alarmista e catastrofista por Superinteressante. Postura, aliás, questionada e criticada pela própria revista em alguns momentos, como verificamos a partir de sequências discursivas inscritas no domínio da *(FD3) A mudança climática é uma questão controversa*. Ademais, a constante reformulação de dizeres em torno dos impactos negativos do fenômeno mantém relações com uma ideologia associada ao pensamento apocalíptico vigente na atualidade (GIDDENS, 2010). Trata-se de uma visada do discurso que engloba elementos como o desamparo, a angústia, o medo, e a fatalidade. Além disso, os saberes desta FD atrelam-se à crescente perda de confiança no futuro, uma característica do pessimismo ocidental que marca a contemporaneidade (HULME, 2011).

Diante da necessidade de certificar-se em relação à existência, origem e as responsabilidades do problema, Superinteressante inscreve seus dizeres na *(FD2) A mudança climática concerne à ação humana*. Nesta linha do discurso, os sentidos em torno do agir humano são mobilizados de diferentes maneiras pela publicação. Ao mesmo tempo em que é reconhecida a dimensão antropogênica do fenômeno, destaca-se a possibilidade e necessidade do homem enfrentá-lo a partir de medidas de mitigação e adaptação. Além disso, há momentos em que a revista se posiciona de maneira crítica diante das perspectivas céticas. Logo, os dizeres desta formação discursiva estão atrelados à chamada narrativa do Antropoceno, em que as ações humanas ganham centralidade no funcionamento planetário (HULME, 2015).

Outros sentidos emergem na discursivização sobre a temática, mesmo que de modo mais residual. Alguns deles pertencem à *(FD3) A mudança climática é uma questão controversa*. Por esta zona discursiva, Superinteressante dá a ver elementos como a incerteza e a discordância na ciência, além de acentuar as abordagens que classifica como exageradas. Já pela *(FD4) A mudança climática é um problema desigual*, o que obtém destaque é a assimetria entre os países no que se refere não apenas à geração da mudança climática, mas também à distribuição – na maioria das vezes, injusta – das prováveis consequências do problema. Assim, focalizam-se, ainda, questões relativas à capacidade adaptativa e as vulnerabilidades dos povos (VALENCIO, 2009).

Na intenção de valorizarmos nosso recorte temporal, para além da análise das formações discursivas, observamos como suas respectivas redes parafrásticas não apenas reiteram dizeres sobre a mudança climática, mas também os atualizam no decorrer dos anos. Por isso, destacamos e refletimos em relação à manutenção, acréscimo e subtração de determinados elementos na discursivização de Superinteressante. É importante, porém, sublinhar que esse propósito não se refletiu num apontamento sistemático que levasse em

conta todas as modificações nos dizeres da revista ano após ano. Ademais, nosso objetivo maior, desde o início da pesquisa, sempre foi compreender o funcionamento discursivo como um todo. Sendo assim, nos detemos especialmente às variações mais significativas observadas ao longo desse período.

Nosso gesto de leitura mostrou que a *(RP6) Crítica ao ceticismo*, pertencente à *(FD2) A mudança climática concerne à ação humana*, se concentrou em anos bem específicos, sobretudo, em 2001 e 2005, quando Superinteressante questionou as perspectivas céticas do governo norte-americano da época. Já a *(RP8) Algumas visões são exageradas*, rede inscrita na *(FD3) A mudança climática é uma questão controversa*, se manifestou majoritariamente na década de 1990 e em meados dos anos 2000, não sendo percebida nos recortes mais recentes extraídos da revista. A ocorrência esparsa de tais redes parafrásticas indica que a oferta de determinados sentidos sobre a mudança climática em Superinteressante é dependente de uma série de fatores, como a pauta, o enfoque, além do contexto social e histórico que entornam a elaboração dos textos.

Também merece destaque a atualização de dizeres empreendida por algumas redes parafrásticas, como a *(RP5) É possível e preciso agir*, referente ao domínio da *(FD2) A mudança climática concerne à ação humana*. Em seu funcionamento, notamos mais do que somente a repetição, característica básica das paráfrases (ORLANDI, 2005). Percebemos, ainda, momentos de abertura para o novo (MARIANI, 1998; PETRI, 2009), visto que ao longo dos anos, Superinteressante passou a incluir novas ações – e sujeitos – na questão do enfrentamento à mudança climática. Ao descentralizar o foco nas iniciativas de caráter macro, a publicação elenca e sugere medidas que o sujeito-leitor pode e deve considerar como necessárias. Compõe esse tipo de dizer uma propriedade característica dos discursos do jornalismo de revista: a pressuposta e pretensa intimidade com o público, no qual ganha força uma produção centrada no indivíduo (TAVARES; SCHWAAB, 2013).

A mudança climática está remodelando a forma como as pessoas pensam sobre si mesmas, suas sociedades e seus futuros (HULME, 2015). Diante disso, entendemos que o discurso jornalístico, especialmente o que possui caráter revistativo (TAVARES, 2011), contribui estrategicamente na visibilidade, na mediação, na análise, na interpretação e na compreensão pública do problema. Esse conjunto de fazeres não é realizado de modo qualquer, visto que além dos aspectos próprios da temática, o jornalismo de revista também incorpora elementos de ordem editorial, institucional e mercadológica. Mesmo que estes nem sempre sejam percebidos – ou facilmente localizáveis – na materialidade textual dos produtos jornalísticos, é preciso não desconsiderá-los como componentes das condições de produção da

discursivização das revistas. Tal entendimento foi imprescindível em nosso trabalho, pois não poderíamos adentrar ao processo de análise sem levar em conta as peculiaridades conformadoras de Superinteressante.

Como nos lembra Martínez (2016), a maneira como a mudança climática vem sendo entendida e gerenciada é passível de diversas críticas e falhas. Para a autora, mesmo que exista um discurso dominante e bem aceito, isso não significa que ele seja o mais adequado, e sim o mais historicamente disseminado. O desenvolvimento deste estudo nos mostra que ao discursivizar sobre a temática, o jornalismo acolhe um conjunto de dizeres legitimados em outras instâncias sociais. Nesse acolhimento, muitas vezes, se mostram frágeis o tratamento, a contextualização e a necessária visão crítica em relação às diferentes perspectivas que abordam o fenômeno. No caso de Superinteressante, apesar de constatarmos que a discursivização da revista incorpora uma diversidade de sentidos sobre o tema ao longo dos anos, nem todos se manifestam com a mesma frequência e intensidade.

Por fim, assumimos que nossa escuta discursiva obteve resultados que possuem relação direta com a escolha do objeto, do *corpus*, do período temporal mais largo, bem como do quadro teórico-metodológico que mobilizamos para a elaboração do estudo. Esta compreensão, é claro, não invalida o percurso aqui trilhado, mas sublinha a pertinência de outros olhares. Afinal, inexiste um sentido verdadeiro, mas existe a multiplicidade dos sentidos (ORLANDI, 2005), ou seja, a interpretação nunca é absoluta, muito menos possui um fim.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRANCHES, Sérgio. **Copenhague Antes e Depois**. São Paulo: Civilização Brasileira, 2010.
- AGUIAR, Helvânia Ferreira. **Deuses superinteressantes: a religião na perspectiva da revista Superinteressante – Edições de 2000 a 2002**. Dissertação de Mestrado em Pós-Graduação em Ciências da Religião da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2006.
- ALI, Fatima. **A arte de editar revistas**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2009.
- ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos do Estado**. Rio de Janeiro: Graal, 1983.
- AMARAL, Márcia. A representação dos testemunhos no discurso das catástrofes ambientais: de sujeitos sociais a sujeitos discursivos. In: **Revista Contracampo**, v.15, n.3, set. 2013. Niterói: Contracampo, 2013, p.182-190.
- BARBI, Fabiana. **Governando as mudanças climáticas no nível local: riscos e respostas políticas**. Tese de Doutorado. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2014.
- BELMONTE, Roberto Villar. **A construção do discurso da economia verde na revista Página 22**. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2015.
- BENETTI, Marcia. Análise do Discurso: estudo de vozes e sentidos. In: LAGO, Claudia; BENETTI, Marcia. **Metodologia de Pesquisa em Jornalismo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.
- _____. O jornalismo como gênero discursivo. **Galáxia** (PUCSP), São Paulo, v. 15, p. 13-28, 2008.
- _____. Revista e jornalismo: conceitos e particularidades. In: TAVARES, Frederico de Mello B; SCHWAAB, Reges (org.). **A revista e seu jornalismo**. Porto Alegre: Penso, 2013, pp; 44- 57.
- _____. Análise de discurso como método de pesquisa em comunicação. In: MOURA, Cláudia Peixoto de Moura; LOPES, Maria Immacolata Vassalo de (Org.) **Pesquisa em comunicação – métodos e práticas acadêmicas**. Porto Alegre: EdiPUCRS, 2016.
- BOYKOFF, Maxwell T. **Who speaks for the climate? Making Sense of Media Reporting on Climate Change**. USA: Cambridge University Press, 2011.
- _____;BOYKOFF, Jules M. Climate change and journalistic norms: a case-study of US mass-media coverage. **Geoforum**, v.38, n.6, p.1190-1204, 2007.
- BRANDÃO, H. H. N. **Introdução à Análise do Discurso**. 2ª edição, Campinas (SP): Editora da UNICAMP, 1995.
- BRÜGGEMANN, Michael; ENGESSER, Sven. Between consensus and denial: Climate journalists as interpretative community. **Science Communication**, 36(4), 399–427, 2014.

BUENO, Wilson da Costa. **Imprensa e mudanças climáticas no Brasil: fontes hegemônicas e pouca atenção aos conceitos.** Revista Razón Y Palabra. N. 84, set. 2013.

_____. **Jornalismo Científico no Brasil: aspectos teóricos e práticos.** São Paulo, Departamento de Jornalismo e Editoração, ECA/USP, 1988.

BURSZTYN, Marcel; BURSZTYN, Maria Augusta. Regulação, políticas públicas e governança ambiental. In: **Fundamentos de política e gestão ambiental: os caminhos do desenvolvimento sustentável.** Rio de Janeiro: Garamond, 2012. p.139-178.

CAPORAL, Francisco Roberto, COSTABEBER, José Antônio. Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável: perspectivas para uma nova Extensão Rural. Emater/RS, **Revista Extensão Rural**, v.1, n.1, jan.-mar. 2000.

CARDOSO, Felipe Mendes. **Mídia e mudanças climáticas no Brasil: entre demandas por crescimento e desenvolvimento sustentável.** Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Minas Gerais PPG em Comunicação. Minas Gerais, 2013.

CARNEIRO, Carolina Maria Zoccoli. **“Caos no clima”? sensacionalismo, comunicação da ciência e a narrativa de *O Globo* sobre o aquecimento global.** Dissertação (Mestrado em Comunicação). Universidade Federal Fluminense, Programa de Pós- Graduação em Comunicação, Rio de Janeiro, 2008.

CARVALHO, Anabela et al. A reconstrução mediática das alterações climáticas. IN: CARVALHO, Anabela (org). **As alterações climáticas, os media e os cidadãos.** Coimbra: Gracio Editor, 2011.

_____, Anabela. (org). **As alterações climáticas, os media e os cidadãos.** Coimbra: Gracio Editor, 2011.

CAZARIN, Ercília Ana. **Identificação e representação política: uma análise do discurso de Lula.** Ijuí, RS: Ed. UNIJUÍ, 2005.

CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário de análise do discurso.** São Paulo: Contexto, 2008.

COURTINE, J-J. **Análise do discurso político – o discurso comunista endereçado aos cristãos.** São Carlos, Edufscar, 2009.

COUTINHO, Robério Daniel da Silva. **Jornalismo construtivista e mudanças climáticas: desafios para uma adequada representação noticiosa.** Pós-Graduação em Comunicação, da Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2014.

DEROSA, Madalena Cristian. **O discurso das mudanças climáticas no Diário Catarinense.** Dissertação de Mestrado em Programa de Pós-Graduação em Jornalismo, da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2013.

FLANNERY, Tim. **Os Senhores do Clima.** Rio de Janeiro: Record, 2007.

FORD, James; KING, Diana. Coverage and framing of climate change adaptation in the media: A review of influential North American newspapers during 1993–2013. **Environmental Science & Policy**, nº 48, p.137-146, 2015.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997. [Edição Original publicada em 1969].

FRANÇA, Renné Oliveira. Revista e referentes: a pensata na construção do mundo de cada publicação. In: TAVARES, Frederico de Mello B; SCHWAAB, Reges (org.). **A revista e seu jornalismo**. p. 93-106. Porto Alegre: Penso, 2013.

FUREDI, Frank. *Invitation to Terror*. Londres, Continuum, 2007.

GAMBA, Carolina. **O Brasil na ordem ambiental internacional sobre mudanças climáticas: Período 2009-2014**. Tese de Doutorado em Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2015.

GIDDENS, Anthony. **A política da mudança climática**. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

GIRARDI, I.M.T. & MORAES, C.H. **Jornalismo e mudanças climáticas: reflexões a partir da ótica do jornalismo ambiental**. In: REYES, FR. & MANCINAS-CHÁVEZ, R. (org). *Medios de comunicación y cambio climático*, Sevilla: Fénix editora. 2013.

GREGOLIN, Maria do Rosário. Formação discursiva, mídia e identidades. In: INDURSKY, Freda e FERREIRA, Maria Cristina Leandro. **Análise do Discurso no Brasil: mapeando conceitos, confrontando limites**. São Carlos: Claraluz, 2007.

GRIGOLETTO, Evandra. **O discurso de divulgação científica: um espaço intervalar**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Letras. Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2005.

GRIMM, Isabel Jurema. **Mudanças climáticas e turismo: estratégias de adaptação e mitigação**. 249 f. Tese de Doutorado em Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento (PPGMade) da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2016.

HERNANDES, Hilton. **A revista Veja e o discurso do emprego na globalização: uma análise semiótica**. Salvador: Edufba; Maceió: Edufal, 2004.

HERNANDO, Manuel Calvo. La difusión del conocimiento al público: cuestiones y perspectivas. In: **Comunicação & Sociedade: Divulgação científica e Poder Midiático**. São Bernardo do Campo, n. 29, 1998.

_____. **Periodismo científico**. Madrid, Paraninfo, 1977.

HULME, Mike. (Still) Disagreeing about Climate Change: What Way Forward? Article for Zygon: **Journal of Religion and Science Special Issue**. London. 2015.

_____. Reducing the future to climate: a story of climate determinism and reductionism. **Osiris**, 26 (1): 245-266, 2011.

_____. **Why we disagree about climate change: understanding controversy, inaction and opportunity.** New York: Cambridge University Press, 2009.

INDURSKY, Freda. **A fala dos quartéis e outras vozes.** Campinas: Ed. Unicamp, 1997.

_____. Da interpretação à falha no ritual: a trajetória teórica da noção de formação discursiva. In: BARONAS, Roberto Leises (org). **Análise do discurso: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva.** São Carlos: Pedro & João Editores, 2007. pp. 75-87.

_____. Reflexões sobre a linguagem: de Bakhtin à análise do discurso. In: **Línguas e Instrumentos Linguísticos.** N. 4/5. p. 69-88, 1999.

IPCC - PAINEL INTERGOVERNAMENTAL SOBRE MUDANÇA CLIMÁTICA, versão em português. **Mudança do Clima 2007: A Base das Ciências Físicas Contribuição do Grupo de Trabalho I ao Quarto Relatório de Avaliação do Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima.** Ecolatina: 2007.

IVANISSEVICH, Alicia. A mídia como interprete: como popularizar a ciência com responsabilidade e sem sensacionalismo. In: VILAS BOAS, Sergio (org.) **Formação & Informação científica: jornalismo para iniciados e leigos.** São Paulo: Summos editorial, p. 19-30, 2005.

KLEIN, Naomi. **This Changes Everything: Capitalism vs. Climate.** Canadá: Knopf, 2014.

LEFF, Enrique. **Saber ambiental: Sustentabilidade, Racionalidade, Complexidade, Poder.** Petrópolis: Vozes, 2001

LIMA, Luiz Carlos. Jornalismo Científico análise da superinteressante e suas tendências. In: **Revista Temática.** UFPB NAMID, 2008.

LOOSE, Eloisa Beling; CARVALHO, Anabela. O que pensam os jornalistas sobre seu papel no enfrentamento das mudanças climáticas: as percepções dos profissionais da *Gazeta do Povo* no Paraná, Brasil. **Razón y Palabra**, v.19, n.91, set./nov. 2015.

_____. **Riscos climáticos no circuito da notícia local: percepção, comunicação e governança.** Tese de Doutorado em Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento (PPGMade) da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2016.

LOZANO ASCENCIO, Carlos. **El cambio climático en los telediarios: alusiones a la catástrofe en tiempos de calma.** Disertaciones 6, 1. Universidad de los Andes y Universidad Complutense, 2013.

_____. Introducción: La construcción del acontecer de riesgos y de catástrofes. In: LOZANO ASCENCIO, Carlos (org.) **La construcción del acontecer de riesgos y de catástrofes.** Tenerife: Sociedad Latina de Comunicación Social, p 11-32, 2015.

MAINGUENEAU, Dominique. **Gênese dos discursos.** Curitiba: Criar Edições, 2007.

_____. **Os termos-chave da Análise do Discurso.** Lisboa, Gradiva, 1997.

MARIANI, B. **O PCB e a imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais (1922-1989)**. Rio de Janeiro: Revan; Campinas: Editora da Unicamp, 1998.

MARTÍNEZ, Joyde Giacomini. **A governança climática na região metropolitana de Curitiba. Uma perspectiva crítica interdisciplinar**. 269 f. Tese de Doutorado em Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento (PPGMade) da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2016.

MAY, Peter; DA VINHA, Valéria. Adaptação às mudanças climáticas no Brasil: o papel do investimento privado. **Estudos Avançados**, v. 26, n. 74, p. 229-245, 2012.

MAZZOLA, Renan Belmonte. **Análise do Discurso: um campo de reformulações**. In **Análise do discurso: sujeito, lugares e olhares**. Nilton Milanez e Janaina de Jesus Santos (org.). São Carlos: Claraluz, 2009.

MCCANN, Marie. **A Framing Study of Media Coverage on Climate Change from 1989 to 2009**. Tese de Doutorado. The Faculty of the School of Journalism and Mass Communications. San Jose State University. 2010.

MEDEIROS, Caciane Souza de. **As condições de produção e discurso na mídia: a construção de um percurso de análise**. Famecos. Porto Alegre. V.20, p.48-55, 2008.

MELLO, Leonardo Freire de; OJIMA, Ricardo. **Além das certezas e incertezas: desafios teóricos para o mito da explosão populacional e os acordos internacionais**. XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais (ABEP). Caxambu-MG-Brasil, 2004.

MIRA, Maria Celeste. **O leitor e a banca de revistas: a segmentação da cultura no século XX**. São Paulo: Olho d'Água/ Fapesp, 2001.

MORAES, Claudia Herte de. **Entre o clima e a economia: enquadramentos discursivos sobre a Rio+20 nas revistas Veja, Isto É, Época e Carta Capital**. Tese (Doutorado em Comunicação e Informação) – Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2015

MORAES, Verena Raquel Fornetti. **Jornalismo científico fetichizado: análise comparativa das revistas Superinteressante, suas edições especiais e National Geographic magazine**. 144 p. Dissertação de Mestrado em Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2007.

MOREIRA, H. M.; GIOMETTI, A. B. R. **Protocolo de Quioto e as possibilidades de inserção do Brasil no Mecanismo de Desenvolvimento Limpo por meio de projetos em energia limpa**. **Contexto Internacional**. Rio de Janeiro, v. 30, n.1, jan./abr. 2008.

MOUSINHO, Patrícia. Glossário. In: TRIGUEIRO, André (org.). **Meio ambiente no século 21: 21 especialistas falam da questão nas suas áreas de conhecimento**. Rio de Janeiro: Sextante, 2003.

MUÑOZ, Miquel; SOMMER, Bernd. Perceptions of Climate Change: The Role of Art and the Media. **Issues in Brief. Frederick S. Pardee School of Global Studies**. Boston University, (United States). 2011.

MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Ana. Análise de Discurso. In: MUSSALIM, F. e BENTES, A.C. **Introdução à linguística: domínio e fronteiras**. v. 2. São Paulo: Cortez, 2009.

NACARATTI, Marilene Agrizzi. **Os Cenários de Mudanças Climáticas como Novo Condicionante para a Gestão Urbana: as Perspectivas para a População da Cidade do Rio de Janeiro**. Anais do XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, Caxambu, MG, Brasil, 2008.

NEW, Mark; HULME, Mike. Representing uncertainty in climate change scenarios: A Monte-Carlo approach, **Integrated Assess.**, 1, 203 – 213. 2000.

NETTO, Ana Paula Freire Artaxo. **O futuro da terra: discursos inconvenientes**. Tese de doutorado em Instituto de Estudos da Linguagem, da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2013.

NETTLES, Katherine Doan. Climate change in popular magazines: **The role of long form journalism in communicating ‘the most important issue of our time**. Journalism & Mass Communication Program in University of Colorado, 2013.

NEVES, Frederico Monteiro. **Análise da política brasileira relacionada à mudança do clima sob a perspectiva da sustentabilidade: consistências e contradições**. Tese de doutorado, Universidade Federal do Paraná, 2012.

NOCCIOLI, C. A. M. **Análise das estratégias linguístico-discursivas na divulgação de temas tabu na Revista Superinteressante**. 2010. 145f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Programa de Pós-graduação em Letras, UFV, Viçosa, 2010.

O’NEILL, Saffron; NICHOLSON-COLE, Sophie. “Fear Won’t Do It” - Promoting Positive Engagement With Climate Change Through Visual and Iconic Representation. **Science Communication**, vol. 30, nº 3, 2009. pp. 355-379.

OLIVEIRA, Fabíola. **Jornalismo Científico**. São Paulo: Contexto, 2002.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **Discurso e leitura**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1993.

_____. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. 6. ed. Campinas, SP: Pontes, 2005.

PEARCE, Fred. **O aquecimento global e efeitos de um mundo mais quente**. Trad. Ederli Fortunato. 2. Ed. São Paulo: Publifolha, 2002.

PÊCHEUX, Michael. A Análise do Discurso: três épocas. Trad. J. de A. Romualdo. In: GADET, F.; HAK, T. In: GADET, Françoise; HAK, Tony (org). **Por uma análise automática do discurso: uma Introdução à obra de Michel Pêcheux**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2009.

_____. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. 2ed. Campinas: Ed. Unicamp, 1995.

_____; FUCHS, Catherine. A propósito da Análise automática do discurso: atualização e perspectivas (1975). In: GADET, Françoise; HAK, Tony (org). **Por uma análise automática do discurso: uma Introdução à obra de Michel Pêcheux**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1993.

PETRI, Verli. A produção de sentidos “sobre” o gaúcho: um desafio social no discurso da história e da literatura. In: **Revista Conexão Letras. História, linguística e literatura**, n. 4. Porto Alegre, UFRGS, 2009. p. 71-86

PORTILHO, Fátima. Consumo sustentável: limites e possibilidades de ambientalização e politização das práticas de consumo. **Cad. EBAPE.BR**, vol.3, no.3, 2005.

_____. CARNEIRO, Camila Batista Marins.; GALINDO, Flávia Luzia Oliveira da Cunha. **Consumo e Meio Ambiente: como a educação ambiental brasileira aborda essa relação?**. In: Encontro Nacional das Anppas, V, Florianópolis- SC, 2010.

PORTO-GONÇALVES, Walter Carlos. **Os (des) caminhos do meio ambiente**. 14. Ed. São Paulo: Contexto, 2006.

REREYES, R Fernández; RAIGADA, JL Piñuel; MARIÑO, M Vicente. La cobertura periodística del cambio climático y del calentamiento global en El País, El Mundo y La Vanguardia”. **Revista Latina de Comunicación Social**, 70. 2015. p. 122 a 140.

RODRIGUES, Adriano Duarte. **Delimitação, natureza e funções do discurso midiático**. In: MOUILLAUD, Maurice; PORTO, Sérgio Dayrell (org.). **O Jornal: da forma ao sentido**. 2 ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.

SAÉZ, María Teresa Mercado. **Países industrializados y países en vías de desarrollo como antagonistas en la lucha contra el cambio climático en la prensa argentina**. Actas – IV Congreso Internacional Latina de Comunicación Social – IV CILCS – Universidad de La Laguna, 2012.

SCALZO, Marilia. **Jornalismo de revista**. Sao Paulo: Contexto, 2008.

SCHMIDT, A.; IVANOVA, A.; and SCHAFER, M. S. **Media attention for climate change around the world**. Global Environ. Change. 2013.

SCHWAAB, Reges. Para ler de perto o jornalismo. Porto Alegre: **Em Questão**, 2007.

_____; ZAMIN, Angela. O discurso jornalístico e a noção-conceito de interdiscurso. **Vozes & Diálogo**. Itajaí, v. 13, n. 01, jan/jun, 2014.

_____. **Revista e instituição: a escrita do lugar discursivo**. In: TAVARES, Frederico de Mello B.; _____ (Orgs.). **A revista e seu jornalismo**. Porto Alegre: Penso, 2013. p. 58-75.

_____. **Uma ecologia do jornalismo: o valor do verde no saber dizer das revistas da Abril**. Tese de Doutorado em Pós-Graduação em Comunicação e Informação, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2011.

SERRANI, Silvana Mabel. **A paráfrase como ressonância interdiscursiva na construção do imaginário de língua - o caso do espanhol riopratense**. Tese de Doutorado. Campinas, SP: [s/n] Unicamp, 1991. 327 p.

SCHERMACK, Keila de Quadros; FREITAS, Ernani Cesar de. A formação discursiva e as condições de produção no discurso vieiriano: uma análise do sermão de Santo Antônio. **Revista Moara**. Belém. – V, 1, n. 37, p.45-59, 2012.

SPONHOLZ, Liriam. **As objetividades do jornalista brasileiro**. *Líbero*, 21: 69-77, 2008.

STORCH, Laura; ELMAN, Debora. Segmentação editorial nas revistas de moda: a construção do leitor imaginado do jornalismo na publicidade de Estilo e Elle. **Líbero**. São Paulo – v. 18, n. 35, p. 145-154, 2015

TAVARES, Frederico de Mello B. Entre objetos, objetos no entre: Revista, Jornalismo Especializado e Qualidade de Vida. **Contemporânea** (UFBA), Salvador, v. 6, p. 1-22, 2008.

_____.; SCHWAAB, Reges. Revista e comunicação: percursos, lógicas e circuitos. In: TAVARES, Frederico de Mello B; SCHWAAB, Reges (orgs.). **A revista e seu jornalismo**. Porto Alegre: Penso, 2013.

_____. Revista e identidade editorial: mutações e construções de si e de um mesmo. In: F.M.B. TAVARES; R. SCHWAAB (orgs.), **A revista e seu jornalismo**. Porto Alegre, Penso, p. 76-92, 2013.

_____. **Ser revista e viver bem: um estudo de jornalismo a partir de Vida Simples**. 2011. 468 f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos. São Leopoldo, RS, 2011.

TAVARES, Mayara Barbosa. **História em quadrinhos não ficcionais: usos e discursos**. 2011. 210 f. Tese (Doutorado em Letras e Linguística) – Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2016.

VALENCIO, Norma. Da morte da Quimera à procura de Pégaso: A importância da interpretação sociológica na análise do fenômeno denominado desastre. IN: VALENCIO, Norma; SIENA, Mariana; MARCHEZINI, Victor; GONÇALVES, Juliano Costa (orgs.). **Sociologia dos desastres: construção, interfaces e perspectivas no Brasil**. São Carlos: RiMa Editora, 2009.

VALLADA, Kardec Pinto. **Revistas: um produto, objeto e instrumento de marketing**. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação. Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 1989.

VIANNA, Sérgio Besserman. Apresentação. IN: GIDDENS, Anthony. **A política da mudança climática**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2010.

VILAS BOAS, Sergio. **O estilo magazine: o texto em revista**. São Paulo: Summus, 1996.

VIOLA, Eduardo. O Regime Internacional de Mudança Climática e o Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.17, n.50, p. 25-46, out. 2002.

_____. Perspectivas da governança e segurança climática global. **Plenarium**, v.5, n.5, Câmara dos Deputados, Edições Câmara. p.178-196, out. 2008.

VIVARTA, Veet (Coord.). **Mudanças climáticas na imprensa brasileira: uma análise comparativa de 50 jornais nos períodos de julho de 2005 a junho de 2007- julho de 2007 a dezembro de 2008** (Relatório de Pesquisa/2010). Brasília, DF, Agência de Notícias dos Direitos da Infância (Andi), 2010.

VOGEL, Daisi. Revista e contemporaneidade: imagens, montagens e suas anacronias. In: TAVARES, Frederico de Mello B.; SCHWAAB, Tavares (Orgs.). **A revista e seu jornalismo**. Porto Alegre: Penso, 2013.

APÊNDICE

APÊNDICE A – TEXTOS DE SUPERINTERESSANTE POR ANO (1995 – 2015)

Título	Data de publicação	Tipo	Seção
Clima o que a ciência sabe (e o que a ciência não sabe)	Junho de 1995	Reportagem (capa)	Meio Ambiente
A quantas anda o planeta	Abril de 1996	Notícia	Meio Ambiente
El Niño, a receita da confusão	Junho de 1997	Reportagem	Meteorologia
Os mares estão chegando	Janeiro de 1998	Reportagem (capa)	Meio Ambiente
Diagnóstico para o verde do futuro	Janeiro de 1999	Notícia	SUPERNOTÍCIAS
Febre alta no planeta	Dezembro de 2000	Reportagem	SUPERNOVAS
Cavaleiro do Apocalipse	Mai de 2001	Reportagem	SUPERNOVAS
O que está havendo com o clima?	Fevereiro de 2002	Reportagem	Meio Ambiente
E se... as calotas polares derretessem?	Abril de 2003	Reportagem	SUPERFANTÁSTICO
A economia vai devorar o planeta?	Mai de 2004	Reportagem	Meio Ambiente
O começo do fim	Outubro de 2005	Reportagem (capa)	CAPA
Qual é a dos orgânicos?	Novembro de 2006	Reportagem	ESPECIAL
Por que você deve desconfiar de tudo (ou quase tudo) que ouve e lê sobre o aquecimento global	Mai de 2007	Reportagem	Meio Ambiente
Arquitetura da destruição	Dezembro de 2008	Reportagem	IDEAIS
O CO2 é só o começo	Dezembro de 2009	Notícia	ESSENCIAL
Os novos suspeitos do aquecimento global	Setembro de 2010	Reportagem	Meio Ambiente
O pior que pode acontecer	Abril de 2011	Reportagem (capa)	CAPA
Você está poluindo (19%) mais	Janeiro de 2012	Notícia	SUPERNOVAS
Superbolha pode acelerar o aquecimento global	Outubro de 2013	Notícia	SUPERNOVAS
Clima extremo	Março de 2014	Reportagem	ATUALIDADES
Aquecimento global afeta a produtividade dos países	Dezembro de 2015	Notícia	FATOS